



**Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**  
**Diário da Sessão**

**XII Legislatura**

**Número: 113**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 14 de junho de 2023**

**Presidente:** *Deputado Luís Garcia*

**Secretários:** *Deputado Marco Costa (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Elisa Sousa e pelo Deputado Paulo Gomes) e Deputada Maria Isabel Teixeira (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Lubélio Mendonça)*

**Sumário**

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o **Debate de urgência sobre “Investimento Público”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), José Pacheco (*CH*), Pedro Neves (*PAN*), Sandra Faria (*PS*), Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), Carlos Furtado (*Independente*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alexandra Manes (*BE*) e João Bruto da Costa (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*José Manuel Bolieiro*).

Posteriormente, deu-se continuidade à votação do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 85/XII – “Portal da Transparência”](#), apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PPM, tendo sido, em votação final global, aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações do voto a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Pedro Pinto (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Seguiu-se o debate e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ \(PEPGRA 20+\)”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (*Alonso Miguel*), usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Vieira (*PSD*), Carlos Furtado (*Independente*), Nuno Barata (*IL*), António Lima (*BE*), Gustavo Alves (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Marco Costa (*PSD*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Eduardo (*PS*), bem como a Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Joana Pombo (*PS*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Nuno Barata (*IL*) e Marco Costa (*PSD*).

Por fim, deu-se início ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

A apresentação da iniciativa coube ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e

Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), tendo intervindo no debate os/as Srs./as Deputados/as Rui Martins (*CDS-PP*), Gustavo Alves (*PPM*), Carlos Furtado (*Independente*), Pedro Neves (*PAN*), Alexandra Manes (*BE*), Patrícia Miranda (*PS*), Vitória Pereira (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 02 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

*Eram 10 horas e 05 minutos.*

Vamos dar início à chamada.

Tem a palavra a Sra. Secretária. Faz favor.

**Secretária:** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia.

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

***Partido Socialista (PS)***

**Ana Luísa Pereira Luís**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Célia Otelinda Borges Pereira**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Maria Isabel Góis Teixeira**

**Joana Pombo Sousa Tavares**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Gabriel Freitas Eduardo**

**Lubélio de Fraga Mendonça**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Mário José Dinis Tomé**

**Marta Ávila Matos**

**Patrícia Maria Melo Miranda**

**Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca**

**Rui Filipe Vieira Anjos**

**Sandra Micaela Costa Dias Faria**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

**Tiago Alexandre dos Santos Lopes**

**Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho**

**Vasco Alves Cordeiro**

**Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Alberto Pacheco da Ponte**

**Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Carlos Eduardo da Cunha Freitas**

**Délia Maria Melo**

**Elisa Lima de Sousa**

**Flávio da Silva Soares**

**Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva**

**Jaime Luís Melo Vieira**

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

**José Joaquim Ferreira Machado**

**Luís Carlos Correia Garcia**

**Luís Carlos Cota Soares**

**Marco José Freitas da Costa**

**Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio**

**Paulo Duarte Gomes**

**Paulo Alberto Bettencourt da Silveira**

**Ricardo Beato Gomes Vieira**

**Sabrina Marília Coutinho Furtado**

**Maria Salomé Dias de Matos**

**Vitória Alexandra Correia Pereira**

***Partido Popular (CDS/PP)***

**Catarina Oliveira Cabeceiras**

**Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto**

**Rui Miguel Oliveira Martins**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Alexandra Patrícia Soares Manes**

**António Manuel Raposo Lima**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Gustavo Valadão Alves**

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

***Chega (CH)***

**José Eduardo Cunha Pacheco**

*Iniciativa Liberal (IL)*

**Nuno** Alberto **Barata** Almeida Sousa

*Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*

**Pedro** Miguel Vicente **Neves**

*Independente*

**Carlos** Alberto Borges Rodrigues **Furtado**

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Secretária.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos, conforme deliberado na Conferência de Líderes, nesta manhã, promover o **Debate de urgência sobre o “Investimento público”**, apresentado e solicitado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento.

Os tempos já estão espelhados nos nossos quadros: o PS, o Bloco de Esquerda e o Governo dispõem de 28 minutos; o PSD de 24; o CDS-PP dispõe de 14 minutos; o PPM de 12; as Representações Parlamentares de 10 cada; e o Sr. Deputado independente de 5 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento público é o garante da manutenção e melhoria dos serviços públicos, como a saúde, a educação, a habitação ou os transportes, que são fundamentais ao bem-estar, à melhoria das condições de vida, ao

desenvolvimento e à coesão.

O investimento público, realizado de modo eficiente, traduz-se em crescimento económico. O crescimento reforça, por sua vez, a capacidade de produzir e permite a redução da dívida pública relativamente ao PIB.

Não há economia nem investimento privado sem comunicações, sem transportes, sem serviços disponibilizados pela administração pública. E estes dependem do investimento público.

Não há economia sem investigação científica e sem inovação, na sua vasta maioria realizadas com recurso a investimento público.

Isto para não falar da economia que é gerada diretamente pelo investimento público em aquisições de bens e serviços.

Em alturas de crise, a política contracíclica que incrementa o investimento público é a que salva a economia e a que salva o emprego.

O período da crise económico-financeira que trouxe a troika ao país foi paradigmático, pois nesta altura foi colocado em prática o oposto desta linha de raciocínio.

Com a economia a cair, travou-se a fundo no investimento, juntando crise à crise.

O investimento público líquido do país caiu desde 2010, só recuperando ligeiramente a partir de 2016, com as consequências que estão à vista.

Pagamos hoje o preço dessas opções e políticas que brotam da cartilha económica da União Europeia a que os grandes partidos do centro – PS e PSD – são fiéis.

Nos Açores, o investimento na última década ficou muito aquém das necessidades e as opções de investimento foram muitas vezes erradas.

É evidente que os Açores, para deixarem de ser uma Região pobre em que os jovens mais ou menos qualificados não encontram oportunidades e onde o salário mínimo é tantas vezes a regra, terão de diversificar e qualificar a sua economia.

Mas quando olhamos, por exemplo, para a aplicação dos fundos do Programa Operacional Açores 2020, segundo recente relatório do CESA, verificamos que

27% dos fundos foram aplicados no setor do turismo e alojamento – de longe o setor da economia com a maior aplicação de fundos – e que os Açores são a Região do país onde existiram menos projetos de investigação e desenvolvimento e transferência de conhecimentos – apenas 55.

Esta é uma opção política por um modelo de desenvolvimento errado.

Os resultados já estão à vista: uma Região mais dependente do turismo, com os riscos que lhe são inerentes, como a pandemia provou.

Uma Região onde a riqueza não é distribuída equitativamente – a Região mais desigual do país – porque quem trabalha está condenado a baixos salários.

Uma Região que não sai do fundo dos indicadores de pobreza do país.

O turismo é uma atividade importante, mas quando se canaliza quase a totalidade dos fundos do Açores 2020 destinados ao setor privado para este setor, significa que os restantes setores da economia não passam de paisagem!

E o que mudou com este Governo a esse nível? Absolutamente nada!

Pelo contrário, o reforço dessa aposta só se intensifica nas palavras e nos atos, de que é exemplo a disponibilidade do Governo para negociar o pagamento de subsídios à Ryanair para operar em rotas entre os Açores e o continente.

Desde que seja para os poderosos, o Governo Regional da direita tem sempre subsídios disponíveis!

O que também não mudou com este Governo, pelo contrário, foi o baixo nível de investimento público.

Na verdade, os planos anuais de investimento estão peçados de rúbricas que, sendo essenciais e que por isso devem ser mantidas e até reforçadas, não são de modo algum investimento real.

Não somos nós a dizê-lo, é o Tribunal de Contas, que já em 2018 alertava que dos 412 milhões de euros de investimento público concretizado, apenas 140 eram investimento público real.

Para executar mais de 60% do plano de investimentos, o Governo só precisa de

estar quieto, porque grande parte das verbas correspondem a despesa corrente, que não pode de modo algum deixar de ser executada.

Por exemplo, as Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo ou as transferências para as IPSS e misericórdias que pagam os salários dos seus trabalhadores encaixam nesse alerta do Tribunal de Contas.

Trata-se de questões essenciais, que têm que ser asseguradas pelo Orçamento da Região, mas não se trata propriamente de investimento público real.

Portanto, quando se reduz, como fez o Governo Regional este ano, 140 milhões de euros no investimento público real, este quase que desaparece.

É por isso que assistimos a cativações de 25% do plano de investimentos determinadas pelo Governo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Já é mais de 25%!

**O Orador:** E é em parte por isso que assistimos a investimentos que estão a zero, a apoios que não chegam, como inúmeros projetos na cultura que estão em risco por falta de pagamento, como soubemos ainda há dias do Angra Jazz ou do Festival de Violas do Atlântico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Constantemente, desde o início desta legislatura assistimos, dia sim, dia não, ao Governo a apontar o estado decadente de muitos serviços públicos.

A pergunta que se impõe após essas críticas é: o que fez o Governo para resolver esses problemas? Dou apenas alguns exemplos:

Centro de Saúde das Lajes do Pico, já debatido neste plenário, em mais de dois anos e meio de Governo, a verdade é que o processo não avançou um único milímetro!

**Secretária Regional da Saúde e Desporto (Mónica Seidi):** Não é verdade!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):** Isso é tudo menos verdade!

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Falar é fácil!

**O Orador:** Já ouvimos repetida a promessa de um novo centro de saúde. Mas quando e onde? E durante quantos anos funcionará o centro de saúde naquele decrepito edifício sem sequer alguns remendos?

O Centro de Saúde da Ribeira Grande, para me centrar nas questões da saúde! Em tempos a grande reivindicação do PSD de São Miguel na área da Saúde. Até hoje nem há projeto de um novo centro de saúde! A população da Ribeira Grande foi abandonada pelo PSD e pelo Governo da direita.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Pelo amor de Deus, seja sério!

**O Orador:** O Porto das Lajes das Flores avança a passo de caracol e não há atrasos do Governo da República nem tempestades que justifiquem que quatro anos depois do furacão não haja sequer o projeto concluído!

A Escola Básica e Secundária da Povoação, outro projeto em tempos nas prioridades do PSD de São Miguel. Até hoje o Governo não fez absolutamente nada para concretizar este projeto! É tempo de tomar decisões e de assumir compromissos também sobre ele!

E por falar no concelho da Povoação e em investimentos absolutamente urgentes, não posso, neste momento, deixar de enviar uma palavra de solidariedade para com a população da Ribeira Quente, que desde 1997 espera uma solução definitiva que garanta segurança na estrada de acesso à freguesia.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não é há três anos? É esse tempo todo?

**O Orador:** Sra. Secretária, nada temos contra estudar vias alternativas, mas, como se costuma dizer, quando não se quer fazer, cria-se um grupo de trabalho. Ou faz-se um estudo, na versão do Governo Regional.

**Deputada Ana Quental (PSD):** Faz-se de qualquer maneira!

**Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):** O Bloco de Esquerda é que está habituado a não fazer nada!

**O Orador:** Sra. Secretária, a realização de um estudo sobre uma possível via alternativa de acesso à Ribeira Quente não pode ser desculpa para não melhorar

já a atual via.

Assume desde já, questiono já agora o Sr. Presidente do Governo, o compromisso de continuar imediatamente a tornar mais segura a atual via, fazendo o prolongamento do semi-túnel ou outras soluções imediatas, tecnicamente viáveis?

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Foi isso que eu disse, está assumido!

**O Orador:** Para o Bloco de Esquerda esse compromisso é para ontem, mesmo que isso ponha em causa o sagrado endividamento zero.

Vale mais a vida humana do que o dogma ideológico do Governo de direita e dos partidos que o apoiam.

E já agora, Sra. Secretária, quando será lançado o concurso para a via Furnas-Povoação? Uma obra mais urgente, pelos mesmos motivos de segurança, do que a variante às Furnas, que o Governo optou por dar prioridade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quem olha para a governação do Governo da direita, pensará que vivemos tempos de ausência de recursos para investimento. Mas isso não é verdade. O Governo tem recursos, e muitos, disponíveis.

Os fundos do PRR, por exemplo, não bastam para fazer tudo o que é necessário na Região, mas permitem recuperar investimentos atrasados há muitos anos. Isso se forem bem executados! Mas não é a isso que assistimos.

Por exemplo, na medida que se designa por Hospital Digital, soubemos, na semana passada, através da Comissão de Acompanhamento do PRR, que nem gestor de investimento existia...

**Secretária Regional da Saúde e Desporto** (*Mónica Seidi*): Isso é mentira! Está nomeada desde o dia 1 de maio!

**O Orador:** ... e que a sua execução é um absoluto desastre. Assim se vê a prioridade que o Governo dá à saúde.

Na habitação, cuja crise se agudiza pela proliferação de alojamento local em casas

onde podia morar gente e pela especulação que faz subir preços de tal forma que se torna impossível ao açoriano que trabalha garantir um teto, o PRR poderia ser um marco de mudança.

Mas não há uma estratégia correta para a habitação. Aliás, não há estratégia nenhuma por parte do Governo. Senão vejamos:

Então não era o Governo Regional que se queixava tanto de que o anterior Governo tinha apenas reservado 60 milhões de euros do PRR para a habitação?

Mas para além de ter mantido essa distribuição quando entrou em funções, na recente revisão do PRR o Governo reservou apenas mais 4,3 milhões de euros para a habitação. 4,3 milhões de euros, é esse o enorme reforço de investimento que o Governo quer implementar na habitação?!

Na economia, a juntar aos 125 milhões de euros desaparecidos no Banco de Fomento, que deviam estar a chegar às pequenas e médias empresas, o Governo resolveu juntar mais 22 milhões de euros para o mesmo fim. No total são 147 milhões de euros, a que se juntam 50 para o mesmo fim para o setor agrícola.

Mas mais grave é que nem um cêntimo tenha chegado desse dinheiro e que quase 40 milhões de euros da verba dos 125 milhões destinada à recapitalização das empresas estejam envoltos em mistério e tenham sido entregues a fundos de capital de risco que ninguém sabe de quem são e muito menos o que farão com estas verbas.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
(*Duarte Freitas*): Isso não é verdade!

**O Orador:** O Governo tem aqui a oportunidade de esclarecer, porque já foi questionado diversas vezes sobre isso, onde para o dinheiro e de quem são os fundos de capital de risco que ficarão com quase 40 milhões de euros de dinheiro público.

**Deputado Carlos Silva (PS):** A Sra. Secretária tem alguma coisa a dizer?

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Os Açores precisam muito, mas muito, de investimento para se desenvolverem. A economia precisa imensamente desse investimento. Sem a modernização que só o investimento público pode garantir, os serviços públicos vão definhar, gerando cada vez mais desigualdades, por exemplo, no acesso à saúde.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade! Sabe que não é verdade! É precisamente o contrário!

**O Orador:** Criando um sistema em que quem pode pagar tem acesso a condições de excelência e quem não pode terá que se contentar com serviços mínimos e com a demora eterna das listas de espera.

Acima de tudo, os açorianos e açorianas exigem um investimento público que permita viver numa Região diferente, mais justa e mais desenvolvida. Para viverem uma vida digna e melhor.

Os açorianos e as açorianas estão fartos de ver uma região estagnada, pobre, desigual e pouco desenvolvida. Uma região em que os rios de dinheiro que aqui chegam acabam sempre nos bolsos de uma elite poderosa, quando a vasta maioria permanece pobre e sem esperança no futuro.

Disse.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. A Mesa já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor.

**(\*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O insuspeito Governador do Banco de Portugal registou, na semana passada, na sexta-feira, positivamente o desempenho da economia dos Açores...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... salientando o número record de açorianos empregados.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Na realidade, além do maior número de empregados temos a maior população ativa de que há registo e o menor número de desempregados inscritos dos últimos 15 anos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** São factos. Inquestionáveis.

Estes dados deveriam, pois, ser motivo de regozijo de todos, julgamos nós.

São produto, naturalmente, de políticas acertadas, algumas das quais foram contestadas, mas hoje em dia provam-se absolutamente certas, nomeadamente as reformas das políticas de emprego, mas, dizia eu, são um produto de políticas acertadas, mas, em especial, de uma comunhão e esforço de todos e com todos os Açorianos.

E porquê? Porque o histórico apelava a que se fizesse diferente e, na verdade, a prática política provou-o possível.

E com indubitável sucesso!

Mas não é apenas o Governador do Banco de Portugal que o reconhece ou o Governo que o sublinha.

A Comissão Europeia, no seu relatório sobre os impactos do financiamento da política de coesão durante o período de programação 2021-2027, estima para os Açores, por via destas políticas, um crescimento record na União Europeia e que é mais do dobro do que se prevê para Portugal.

Sr. Presidente:

Olhemos aos dados do período 2014-2020, para que percebamos melhor o que a mudança de paradigma significa e vai significar para as nossas ilhas.

O PIB per capita dos Açores em 2014 era de 69,5% da média comunitária.

Em 2019 – para não considerarmos o ano pandémico de 2020 – era de 69,7% da média de União Europeia.

Quer dizer que não convergíamos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E em 2021?

**O Orador:** E repito, retirando aqui os anos pandémicos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E em 2021? Diga lá!

**O Orador:** Mesmo com as execuções financeiras de que se vangloriavam os executivos anteriores, execuções fantásticas, mas a desgraça social e económica em cima de todos os Açorianos. O Governo gastava muito, mas não sabia gastar bem!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Bem lembrado! Apoiado!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É por isso, Sras. e Srs. Deputados, que tínhamos, mesmo, de fazer diferente, se queríamos resultados melhores.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Não fazer nada é fazer diferente!

**O Orador:** Foi este mandato que recebemos dos Açorianos e é este o desiderato que estamos a cumprir.

Aliás, a Comissão Europeia ao destinar sensivelmente os mesmos valores no 2030 que tínhamos no 2020, mas com uma redução significativa no FEDER e reforço no Fundo Social Europeu, deu clara nota de que, também, entendia que era preciso um rumo diferente.

E é este o caminho que estamos a seguir e que merece o crédito das afirmações de Mário Centeno ou das previsões de Bruxelas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, as visões quase catastróficas que aqui nos trouxe o Bloco de Esquerda num esforço de ser a verdadeira oposição nos Açores, ou aqueles discursos do Partido Socialista da desgraça todos os dias anunciada, estão permanentemente a ser negados. E o futuro torna-se melhor em função das políticas que estamos a desenvolver.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Governo está orgulhoso do seu desempenho, mas também é evidente que quer sempre mais.

Entre 2014 e 2020, o Orçamento Regional executou, em média, 67 milhões de receita de Fundos Comunitários por ano.

Nos próximos anos vamos triplicar este valor anualmente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em 2022, já foram 98 milhões e a partir deste ano serão, em média, cerca de 200 milhões que iremos executar de receitas comunitárias para o Orçamento da Região.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

A nossa ambição é executar três vezes mais do que existia.

Mas não é pela execução, porque dessa os Governos anteriores podem-se vangloriar. O que não se podem vangloriar é dos efeitos dessa execução.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Gastar dinheiro sabiam, ter resultados nada ou muito pouco, para mal dos Açorianos.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Estamos a finalizar, ainda assim, o Programa Operacional 2020 e vamos aproximar-nos também da execução a 100%, como tem vindo a acontecer ao longo dos últimos programas.

Mas, naturalmente, também, da execução dos privados dependerá boa parte deste esforço final, razão pela qual estamos, todos, focados no fecho dos projetos, atentas, naturalmente, as dificuldades de mão de obra, de fornecimento de materiais e da inflação que a todos nos atingem.

É porque é preciso lembrar que estes extraordinários resultados desta governação foram tidos no contexto mais difícil da história dos Açores. Imaginem se este Governo, com estas políticas, tivesse governado, como outros, em tempos de tranquilidade, de segurança e de progresso. Os resultados que os açorianos não poderiam ter. E vão ter quando ultrapassarmos este problema com este Governo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sras. e Srs. Deputados:

Posso aqui anunciar que até final deste mês será aprovado todo o quadro regulamentar do novo sistema de incentivos, o Construir 2030, que emerge de um processo participativo, que começou em julho passado, que juntou centenas de pessoas em todas e cada uma das ilhas, além de muitos a seguirem no espaço

digital.

Posso ainda dar nota que o Aviso de abertura do Construir 2030 sairá durante o mês de julho, data em que se prevê também a finalização do Competir Mais, significando que não haverá paragens de esforço de investimento.

De realçar ainda que, para que ninguém ficasse prejudicado, foi lançado o Aviso de “Braço no Ar”, que permite que investimentos pretéritos possam aceder ao Construir 2030.

Aproveito ainda para revelar os mais recentes desenvolvimentos do Açores 2030 e do PRR.

No passado dia 26 de maio reuniu, pela primeira vez, o Comité de Acompanhamento do 2030, com a presença da Comissão Europeia, na data fixada pela Comissão Europeia.

Não estamos atrasados nem adiantados nesta matéria. Seguimos o calendário de todo o país e as indicações da Comissão Europeia.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ainda no passado dia 5 deste mês, reuniu a Comissão Interministerial de Coordenação, onde estive presente, para aprovar o Plano de Avisos, as orientações sobre o modelo e a metodologia, prevendo-se para setembro próximo o início do plano anual nacional de avisos de rotação trimestral.

Quanto ao PRR, aproveitámos a reprogramação para não esquecer as autarquias dos Açores e os nossos empresários.

De facto, no PRR que herdámos, dos 580 milhões de euros destinados à gestão regional, havia zero para as autarquias e zero para a digitalização do nosso tecido empresarial.

Dos 64 milhões de reforço que vamos ter, mais de um terço destinam-se a este objetivo empresarial.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** É preciso ainda sublinhar que, tal como prometeu o Sr. Presidente do

Governo, não vamos perder um cêntimo dos 117 milhões das agendas mobilizadoras.

Destes, 50 milhões foram alocados ao reforço dos 580 milhões, para manter as metas face ao acréscimo dos preços e à inflação. E mais de 23 milhões já estão comprometidos com entidades regionais, que facilmente acederão ao restante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me ainda destacar o global de montantes alocados nos próximos anos aos privados. E compreendo a visão do Bloco de Esquerda que é contrária a esta visão do Governo da coligação, porque nós entendemos que é através dos privados que se pode mobilizar a economia dos Açores. São as empresas e as famílias que criam riqueza.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Permitam-me, pois, destacar que são mais de 500 milhões de euros para os privados nos próximos anos.

Acreditamos no esforço dos Açorianos e das empresas dos Açores!

Por isso temos, para o Construir 2030, 360 milhões.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** Para a capitalização, 125 milhões. Para a digitalização, 22 milhões. São mais de 500 milhões nos próximos anos para o tecido empresarial dos Açores.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Neste aspeto, permitam-me, desde já e daqui, dar uma nota ao Sr. Deputado António Lima e ao Bloco de Esquerda: não há 40 milhões perdidos. Os 125 milhões que estão para a capitalização do tecido empresarial dos Açores estão intactos. Porquê? Porque o Governo entendeu anular o Aviso do Capital de Risco,

porque entendeu que primeiro que tudo interessava apoiar os mais pequenos. E é por isso que em vez do Capital de Risco, que é para grandes projetos ou para projetos especiais, a nossa prioridade é para o Capital Participativo Açores, para as pequenas, micro e médias empresas dos Açores. E, por isso, com essa opção, certamente, o Sr. Deputado, agora que sabe, deverá concordar.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** No Construir 2030 não esquecemos, de novo (eu gostaria de sublinhar), as pequenas empresas e as nossas pequenas terras. Com a linha dos pequenos negócios, desburocratizada e simplificada, vamos responder aos microinvestimentos e valorizar as nossas pequenas comunidades.

E iniciamos uma nova abordagem em que aos investimentos em capital fixo juntamos a formação e a contratação de trabalhadores, para que ao betão se junte e valorize a qualificação e a estabilidade do emprego. Algo que, certamente, o Bloco de Esquerda também concordará.

Para a capitalização do nosso tecido empresarial, como referi, apostamos no caminho inovador – e destacado, aliás, recentemente, por órgãos de comunicação social nacionais – dos empréstimos participativos.

A pouca abertura dos empresários portugueses e – em especial – açorianos, em relação ao Capital de Risco, obriga a novas abordagens para capitalizar as nossas micro, pequenas e médias empresas, que representam mais de 98% do tecido empresarial regional.

Por isso, ultrapassada a inércia da anterior gestão do Banco de Fomento, conseguimos desenhar um sistema, chamado Capital Participativo Açores, que será divulgado na próxima sexta-feira, em sessão pública do Banco de Fomento

em Ponta Delgada.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Quanto às verbas para a digitalização, incorporadas na reprogramação do PRR, já desenvolvemos uma auscultação para o desenho da sua operacionalização com as incubadoras de empresas dos Açores, ouvindo todas elas. E continuaremos o diálogo para a sua melhor adequação à nossa realidade tecnológica e empresarial.

E é assim, com diálogo e com proximidade que vamos construindo os Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E é assim, com participação, com visão estratégica e com o conhecimento profundo da nossa terra e das nossas gentes, que prosseguiremos, consistentemente, na busca do que nos irmana: fazer o melhor pela nossa terra, pela nossa gente e pelos nossos filhos.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A minha primeira nota é uma nota negativa ao Bloco de Esquerda, não pela iniciativa em si, mas àquilo que é a informação transmitida no conteúdo do debate de urgência. Normalmente, nós elogiamos sempre aquilo que são essas iniciativas e que são válidas, mas no caso em concreto, Sr. Deputado, o debate de urgência com o tema “Investimento público” acaba por ser muito pouco densificado para aquilo que poderá ser o debate.

Ouvindo a sua intervenção, percebemos algumas daquelas que são as suas intenções, mas contraria, claramente, por exemplo, aquilo que foram os três debates de urgência nos últimos anos, 2022 e 2023, apresentados pelo Bloco de Esquerda, em que tinha um tema em concreto, em que cada um dos partidos se podia preparar para aquele debate. E que é o interesse. O interesse é que haja debate e que cada um esteja preparado.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Isso é o que o senhor queria!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Para a próxima manda o texto da intervenção inicial!

**O Orador:** Dou-lhe o exemplo: em 2023, já em fevereiro, o debate de urgência “Condições de vida dos Açores e os mais recentes indicadores”. Há o exemplo ainda em 2022, em julho: “O plano de reestruturação da SATA”. Agora, “Investimento público”, Sr. Deputado, é demasiado vasto para que alguém se possa concentrar no debate.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Pois, que chatice!

**O Orador:** Para isso, temos as declarações políticas, que têm o efeito surpresa. Mas isso é a nossa opinião. E, portanto, este debate deixa abertura para qualquer tema, ...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Isso é ótimo!

**O Orador:** ... incluindo sair do investimento regional e passar para o investimento

público nacional. Portanto, Sr. Deputado, deixa abertura para tudo.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Claro, é isso que nos interessa! Claro que sim!

**O Orador:** Mas o que nos parece é que, nos debates de urgência, os temas deviam ser mais concretos dando aqui oportunidades a todos. Mas isso é uma opinião. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não tem a mesma opinião.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas quem é que disse que eu não tenho a mesma opinião?

**O Orador:** Tem toda a legitimidade, como eu tenho a minha opinião. E acho que devia ser.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Hoje, está imparável!

**O Orador:** Quanto ao investimento, quer seja público ou privado, nós, no debate de abril, na aprovação do Construir 2030, falamos todos de investimento. E, de facto, o investimento está na génese do crescimento e do desenvolvimento económico, significa abdicar de consumir no presente, criando condições para o crescimento no futuro, aumentando a capacidade produtiva. E, portanto, nesse sentido, quer o investimento privado, mas quer, sobretudo, aqui, no caso em concreto, o investimento público, constituem um instrumento essencial. E nisso estamos todos de acordo.

Em Portugal, infelizmente, na última década, naquilo que é o conjunto dos países em convergência, a evolução do investimento em Portugal, quer seja público, quer seja privado, teve sempre um ritmo de crescimento mais vasto do que a maior parte dos países. E daí que Portugal tenha sido ultrapassado por um conjunto de países que, no início da década passada, estavam bastante atrás de Portugal. E, nesse sentido, é um desafio que se coloca ao país e é um desafio que se coloca à Região. E tudo aquilo que são as matérias, por exemplo, apresentadas pelo Sr. Secretário das Finanças, constituem um instrumento essencial.

Mas o Sr. Deputado António Lima, e falando agora de investimento nacional, cometeu um erro tremendo, contrariando aquilo que são os números, quando diz

que em 2016 o investimento público nacional inverteu a tendência. Foi exatamente o contrário.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**Deputado António Lima (BE):** Vou entregar-lhe os números!

**O Orador:** Pois, mas eu tenho aqui e vou entregar à Mesa, se quiser. Em 2016, primeiro ano da governação do Governo minoritário do PS, que o Bloco de Esquerda apoiou, o investimento público, em 2015, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Claramente, não era investimento público do Governo da República!

**O Orador:** ... eram 4045 milhões de euros. E em 2016, primeiro ano do Governo o minoritário socialista, apoiado pelo Bloco de Esquerda, baixou para 2875.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Ou seja, teve um decréscimo. Ao contrário do que disse o Sr. Deputado António Lima, teve um decréscimo de quase 40%. E, portanto, aquilo que é a responsabilidade do Bloco de Esquerda no apoio a um Governo minoritário, em matéria de investimento público, não é meritório. É, pelo contrário, negativo.

Aliás, o investimento baixou em 2016 e manteve-se até 2020 ou até 2019 em valores inferiores a 2015. Aliás, foi uma fraude política aquilo que se passou, em que as cativações do que estava orçamentado depois não eram executadas.

**Deputado António Lima (BE):** Há cativações de 5%!

**O Orador:** Sr. Deputado, eu já entrego na Mesa...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ouça, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... aquilo que foi investimento público entre de 2016 e 2020. E esses números não abonam ao Bloco de Esquerda, que apoiou um Governo que, no fundo, acabou por enganar os portugueses.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

Quanto ao reflexo do investimento público ou à redução do investimento público do Governo, que o Bloco de Esquerda apoiou nos Açores, foi grave.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Nos Açores?

**O Orador:** A gravidade daquilo que foi a falta de investimento público nacional também se refletiu nos Açores. Foi o adiamento do início, que não iniciou ainda, do estabelecimento prisional, foram os radares, é a degradação dos serviços periféricos e é também a degradação do sistema educativo nacional e do sistema nacional de saúde, ao qual os açorianos também recorrem, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem lembrado!

**O Orador:** ... para além daquilo que foi o reflexo na Universidade dos Açores, que resulta da falta de investimento público.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, portanto, nesse sentido, Sr. Deputado, aquilo que diz é evidente que não valoriza o que foi o empenho ou a participação ou o apoio do Bloco de Esquerda ao Governo minoritário entre 2016 e 2020.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Relativamente aos Açores e àquilo que se passou nos Açores relativamente à execução do plano de investimentos da Região... E é verdade o que disse, nem tudo o que é plano de investimentos no passado e no presente, nem tudo é formação bruta de capital fixo, nem tudo é investimento que perdura para o futuro. Mas a questão é essa.

Até deixando aqui, não é um elogio, mas a nível regional, sendo o Governo

Socialista, o investimento não baixou entre 2015 e 2016 e assim sucessivamente. A execução do plano, ainda que a taxas relativamente baixas, mas em termos absolutos os valores mantiveram-se e não baixaram, ao contrário do que aconteceu a nível nacional.

E a verdade é que, em 2022, a taxa de execução do plano de investimentos na Região foi baixa, mas em termos absolutos foi superior à realizada em 2019, em mais de 100 milhões de euros.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ah, pois!

**O Orador:** E aquilo que foi a baixa execução em 2022 tem uma explicação plausível e que já foi prestada várias vezes pelo Governo, que tem a ver com o atraso na aprovação de 2030, tem a ver com a dificuldade que foi a implementação do PRR. E são matérias em que há boas perspetivas que fiquem resolvidas a partir de agora. E há evidências disso.

Em matéria de futuro, e é aquilo que nos interessa, aquilo que foi apresentado pelo Sr. Secretário das Finanças deixa claramente uma palavra de esperança muito positiva, quer no reporte ao investimento público, quer naquilo que são os apoios às empresas privadas. E nós acreditamos que sim, que é possível a partir de agora. Todos os indicadores apontam nesse sentido.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não há nem um que aponte nesse sentido, nem os do primeiro trimestre deste ano!

**O Orador:** E aquilo que foi uma crítica do Partido Socialista ainda há pouco tempo relativamente à execução do 2020, a indicação e a informação que o Sr. Secretário transmitiu é que, até ao final de dezembro, a execução do 2020 será próxima de 100%. E nós acreditamos que sim.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, mas ela já está próxima!

**O Orador:** E nós acreditamos que sim, que seja possível atingir esse objetivo. E que também seja possível relativamente ao PRR e ao 2030 no futuro que se atinjam aquilo que são as execuções compatíveis com as verbas disponíveis.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra. Faça favor.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, neste debate de urgência acerca do investimento público, elencou uma série de dificuldades ou de problemas. Aliás, é recorrente. Eu pensei que já estavam mais ou menos desmistificados, até por causa da sessão de perguntas de ontem que acabou por incidir também nestas questões. Mas o Bloco de Esquerda reincide. Pronto, diz que não há comunicações, não há transportes, não há investigação sem investimento público.

**Deputado António Lima (BE):** Há!

**O Orador:** Deixe-me concluir o raciocínio antes de tirar conclusões precipitadas. E, depois, diz, por exemplo, relativamente ao turismo, no fundo, volta a reincidir na teoria da monocultura, que o turismo é uma aposta errada, porque situações como a pandemia, por exemplo, são uma ameaça e que, basicamente, haveria o descalabro da situação económica da Região.

Uma pandemia ou qualquer situação do género é o descalabro sempre. Não é por causa de se ter um setor como o turismo ou não, se dependêssemos exclusivamente do turismo. Mas, obviamente, ontem foi comprovado exatamente o inverso. Por exemplo, temos no setor agrícola. O setor agrícola teve o maior crescimento de produção, teve a maior diversificação dos últimos tempos, que é um rumo também à autossuficiência.

Depois, uma das coisas que foi uma alteração de fundo neste setor tem a ver com a confiança e a previsibilidade que foi dada aos agricultores relativamente aos instrumentos de apoio, que sabiam à cabeça o que é que iriam receber. E não como no passado, em que previam uma coisa e depois recebiam aquilo que previam menos uma fatia substancial, que eram os rateios.

E, aliás, também neste particular devo dizer que só o Partido Socialista é que anda aqui todos os dias com notas de imprensa a dizer que há atrasos nos pagamentos de apoios. Mas, honestamente, só o Partido Socialista é que diz isto.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito bem!

**O Orador:** Não ouvi uma única associação de agricultores a dizer que havia atrasos aos agricultores.

**Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Não ouvi uma única associação. Eu fiz uma pesquisa na comunicação social a ver quem é que se estava a pronunciar sobre os atrasos nos pagamentos dos apoios. É o Partido Socialista. Não sei se o Partido Socialista tem alguma cooperativa associada ao partido que não esteja a receber, mas só se for por aí, porque, de resto, eu não vi nada disso.

**Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Muito bem!

**Deputado Manuel Ramos** (*PS*): Fale com a Associação de Agricultores do Faial!

**O Orador:** Depois, o Bloco de Esquerda, entretanto, fala no investimento público, por exemplo, relativamente aos transportes.

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Deixem o Sr. Deputado falar!

**O Orador:** E concordo com o Bloco de Esquerda, que, efetivamente, a nível de

transportes, por exemplo, é necessário investimento público. Isso não há dúvidas. Agora, dizer que não houve investimento público é que já é uma falácia. E vou ter que falar, por exemplo, na Tarifa Açores.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ah!

**O Orador:** Não é investimento público? Eu tenho que falar todos os dias, Sra. Deputada, sabe porquê? Porque parece que o Bloco de Esquerda quer obliterar da realidade açoriana aquilo que foi a mudança de paradigma na mobilidade dos cidadãos açorianos, ...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... no conhecimento das suas ilhas, no incremento da economia. E o Bloco de Esquerda quer apagar isto como se fosse uma memória má. Não é uma memória má. É uma realidade boa. Isso é um facto.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Depois, também no capítulo da mobilidade, o Bloco de Esquerda, uma matéria que até é bastante cara ao Bloco de Esquerda, até porque tem trazido iniciativas nesse sentido, também se esquece do apoio que houve na isenção do pagamento dos passes para os transportes públicos terrestres. Isso também não é investimento público na mobilidade, em transportes?

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Então? E não há investimento, não é?

Depois, relativamente à investigação, o navio de investigação, que, entretanto, foi lançado o concurso, que vem após uma década de inação neste particular. Uma década de inação. Tínhamos o “Arquipélago”, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é uma realidade. Eu percebo que possa ter feito muitos esforços e desencadeado muitas diligências para o tornar uma realidade. A verdade é que foram infrutíferas.

Esse é que é o facto. É um facto.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, neste momento, é uma realidade, felizmente, para a investigação nos Açores, investigação marinha, que é, talvez, uma das áreas com maior potencial. E que já é uma realidade. Não é uma promessa, é uma realidade a qualidade da investigação marinha que se faz nos Açores.

Temos, por exemplo, a cooperação com os centros de investigação regionais. Tem havido imensos acordos de cooperação e de investimento do Governo Regional para com os centros de investigação regionais.

O próprio apoio à Universidade dos Açores. O apoio à Universidade dos Açores, que não tem paralelo nos anos anteriores, é também uma aposta na ciência e na investigação. E isso é um facto também inegável.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** O Bloco de Esquerda, depois, entretanto, disse que os anos da troika juntaram crise à crise, ou seja, em que não houve investimento público e, então, foi isso que veio ainda aprofundar a crise. Isso aí os números desmentem exatamente essa afirmação. Foram os anos da troika e foram exatamente as políticas seguidas nos anos da troika que permitiram que o governo de coligação... o apoio parlamentar, uma solução governativa que foi a “geringonça”, com o Bloco de Esquerda a apoiar, permitiram depois andar a distribuir recursos como se fossem os maiores governantes, a maior sumidade da governação. O que não é verdade, porque o que fizeram foi...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Permitiram reverter os vossos cortes!

**O Orador:** E depois sabe o que é que aconteceu, Sra. Deputada, em 2019?

Vai-se inscrever a seguir ou vai continuar a interromper a minha intervenção?

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O que é que fizeram até agora?

**O Orador:** Vai continuar a interromper?

Devo-lhe dizer uma coisa: o que é que aconteceu depois, em 2019, quando começou a haver falta de dinheiro? Sabe o que é que começou a haver? É aquilo que acontece sempre. Em casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. E o Bloco de Esquerda deixou de apoiar o Partido Socialista porque não era possível distribuir aquilo que já tinham esbanjado nos anos anteriores, única e exclusivamente.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Isso foi factual. E por isso é que deixaram de apoiar o Governo Socialista, porque o Governo Socialista não estava disponível para ir além das possibilidades. Foi aquilo que conseguiram fazer. O que conseguiram fazer de 2015 a 2019 deveu-se àquilo que o Sr. António Lima apelida de juntar a crise a mais crise. Isso é um facto.

A situação das finanças públicas que herdaram do Governo de Passos Coelho/Portas, ou PSD/CDS, foi exatamente o que os permitiu governar com alguma paz social entre 2015 e 2019. Isso também é factual.

Depois, para terminar, relativamente ao percurso que tem sido seguido por este Governo, devo dizer que é investimento público, por exemplo, a redução fiscal. A baixa do IRS, a baixa do IRC. Sabe porque é que é investimento público? Porque é uma diminuição eventual da receita, mas que se traduz em dar confiança às empresas e em dar confiança às pessoas. E é isso que vai, efetivamente, incrementar e dar solidez e robustez à economia açoriana. É esse o caminho!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, é nessa linha aquilo que foi anunciado pelo Sr. Secretário das Finanças, o facto de inicialmente se terem previsto... E havia um anúncio de 40 milhões dedicados e alocados ao Capital de Risco. Essa inversão de política tem a ver com a sensibilidade deste Governo em identificar aquilo que é a prioridade, aquilo que é prioritário, que é efetivamente investir nas micro, pequenas e médias

empresas. E é isso que este Governo está a fazer.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Da mesma maneira que o Banco de Fomento agora, finalmente, vai ser operacionalizado. E que não foi por culpa deste Governo. Atenção, não foi por culpa do Governo Regional. E agora, finalmente, isso vai permitir também a recapitalização das empresas.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** E é esse o caminho. Esse é o caminho que está a ser seguido. É esse o caminho que este Governo, com o apoio desta coligação, irá prosseguir.

E, efetivamente, é isso que trará maior estabilidade e robustez económica à Região Autónoma dos Açores.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** É para isso que nós estamos aqui. É isso que defendemos. E é isso que este Governo vai prosseguir.

Por isso, Sr. Deputado, está errado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

**(\*) Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Bloco de Esquerda. E, pasme-se, podia ser uma intervenção do Chega.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Misericórdia, senhor!

**O Orador:** Olhe, até o Sr. Deputado Vasco Cordeiro saltou da cadeira.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É verdade!

**O Orador:** E eu fico assim... Quem nos vê imparcialmente e que não está dentro desta bolha, dentro deste chapéu, pelos vistos bastante quente, até fica um bocadinho intrigado. O Bloco diz as coisas que o Chega diz? Vamos a elas.

Aliás, quando o Bloco diz extrema-direita, hão de reparar, o Sr. Deputado António Lima baixa a cabeça. Diz extrema-direita e baixa a cabeça. Eu estou para saber se é com vergonha ou se é uma vénia.

*(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do IL e dos Membros do Governo)*

Ainda estou nessa dúvida. Mas é constante.

Bom, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, e bem, denunciou aqui uma série de situações. Sim, nós também temos denunciado. A estrada da Povoação? Sim, temos denunciado.

Mas, como diz a sua colega, copiar em política não é copiar, não é plágio. Eu não sei o que é que é. É falta de ideias, talvez.

A estrada da Ribeira Quente? Sim, e vamos discutir essa semana, já entrou a urgência. Nós não queremos um estudo. Nós queremos o estudo. Porque um pressupõe que há dois e que há três e que há quatro. E palavras leva o vento, como as pombinhas que voam. Nós temos que ter o estudo a sério.

E quem não leva aquela estrada a sério... Olhe, eu estive ali com o Sr. Diretor das Obras Públicas, é assustador. É assustador.

Há que fazer alguma coisa naquela estrada e criar uma estrada alternativa. Onde é? Não sou eu que vou dizer, não sou engenheiro, ponto final.

Mas quer mais dificuldades, Sr. Deputado da extrema-esquerda? Vou-lhe dar. Olhe, eu digo extrema-esquerda sempre de queixo para cima, já viu? Não tenho

vergonha de dizer. E até digo “canhota”. Não tenho vergonha de dizer. É olhos nos olhos, a olhar para si.

O Centro de Saúde do Nordeste? A estrada dos Mosteiros? E uma série de outras acessibilidades... Não vamos falar das escolas. Não vamos falar da habitação. Ontem, falamos da habitação. Há uma série de coisas na ilha de São Miguel, que é onde nós vivemos, é a que conhecemos mais, é a que conhecemos melhor, que vão passando. Mas foi hoje? Não, não foi hoje. Olha, o caso da Ribeira Quente já vem desde 97.

É muito bonito um governante chegar no meio de uma catástrofe e prometer coisas. Eu já estou como São Tomé, eu já não acredito, eu tenho que ver para acreditar. E a verdade é esta.

Nós falamos muito aqui... Ó Sr. Secretário, permita-me esta graça, mas o senhor devia fazer uma t-shirt a dizer PRR. E andava com essa t-shirt... Eu já não posso ouvir falar do PRR. Não posso.

**Deputado Nuno Barata (IL):** “I love PRR!”

**O Orador:** “I love PRR!” Eu já não posso. Eu não quero o PRR. Eu quero é que se faça alguma coisa com o PRR. Quero lá saber do PRR, do DRR, do LRR ou do BE, que eu não gosto mesmo...

Ó Sr. Secretário, vamos à ação e vamos deixar as palavras, para que na rua os açorianos não comecem a dizer: este Governo é igual ao outro. Eu tinha vergonha de ser igual ao outro. É tão certo quanto isso.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Tem toda a razão!

**O Orador:** A verdade é que os investimentos públicos, não basta vir à Assembleia falar neles. Os investimentos públicos, é preciso fazer como se fazia até, às vezes, antigamente, pôr lá a maquinazinha e dizer assim: vamos começar. É isto que eu entendo. Isto de vamos começar, vai ser um dia destes...

A verdade é que, quando os açorianos (eu vou falar do meu partido) votaram no

meu partido, não foi a pensar no passado, o passado pode ter pesado, mas eles votaram a pensar no futuro. E nós governamos para o futuro. O passado está feito, não podemos mudar. Podemos penalizar. Podemos censurar. Podemos levar a uma comissão de inquérito. Podemos fazer uma série de coisas. Falar nele constantemente, a mim já me aborrece.

Vamos falar do futuro. E é do futuro que nós temos que falar imediatamente. Nós estamos a pouco mais de um ano de eleições e nós não vamos continuar a dizer que a culpa é daqueles, a culpa é daqueles... Nós já sabemos. Os açorianos disseram: a culpa é daqueles.

Agora, vamos fazer diferente. E foi isso que nós dissemos a todos, que vamos fazer diferente. Já fizemos algumas coisas diferentes. Vamos fazer mais e melhor. E eu estou à sua espera. O senhor promete, promete, promete... Habitação, está bem?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa ao Sr. Deputado José Pacheco, mas eu vou falar do PRR. E vou falar do PRR, porque, para mim, não estou farto, aliás, é o envelope financeiro mais importante da Região que alguma vez podemos receber.

**Deputado José Pacheco (CH):** Vai para o Estado, não vai para as famílias!

**O Orador:** Não quer dizer que a gente receba. Podemos receber. E aqui há uma grande diferença.

E eu vou ter cuidado, vou só apenas falar do PRR. Não vou falar em mais nenhum tipo de investimento nem nas taxas de execução, que poderiam ser melhores, porque aí estaria, obviamente, a abrir uma porta para a coligação falar do passado

e dos 24 anos do PS. Aí é que já estamos um bocado fartos sobre isso. Ou então abrir a janela para falar sobre a Tarifa Açores. E lá estamos nós... Em vez de falarmos sobre aquilo que queremos falar diretamente, vamos arranjar, obviamente, argumentos ou então números que possam fortalecer os nossos argumentos. Porque os números podem fortalecer tudo. Aliás, até o Sr. Secretário das Finanças falou sobre o PIB per capita e esquece-se do Coeficiente de Gini, que nunca tivemos tão mal em termos da partilha de riqueza aqui nos Açores.

Mas eu penso que talvez viva num universo paralelo ou não viva nos mesmos Açores que o Sr. Secretário das Finanças disse, ou então eu tenho um relatório completamente diferente daquilo que disse ali na tribuna. Eu falo do relatório periódico da monitorização trimestral do PRR. E disse que nós não estamos atrasados e até fez uma reunião com a Comissão Europeia ou com a União Europeia. Eu não sei com quem é que foi. Diz que nós estamos no prazo, não estamos atrasados, mas o relatório diz que só 39% é que se encontra dentro do prazo. 60,78% está atrasado.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Está a confundir o PRR com o P2030!

**O Orador:** Como? Ah, então no PRR estamos atrasados, admite? OK. Já não é mau.

Vamos então falar de outra coisa, assumindo à partida que não falou sobre nós estarmos atrasados.

**Deputado Nuno Barata (IL):** No PRR estamos muito atrasados!

**O Orador:** Mas falou sobre o investimento que quer fazer usando o PRR, nomeadamente canalizando. E é uma estratégia política, obviamente, que não discordo, falando das autarquias e do tecido empresarial açoriano. Só que o problema foi a omissão. O problema foi a omissão.

*(Aparte inaudível)*

Tem piada para o Sr. Deputado do IL. Eu não acho piada nenhuma. E vai perceber porquê. Porque falamos das empresas, queremos o investimento das empresas e das autarquias, mas esquecemos daquilo que temos mais atrasado do PRR. Ia falar do relatório. E estamos a falar do i08 – Hospital Digital, já foi falado pelo Bloco de Esquerda, que está atrasadíssimo. E não temos sequer justificação absolutamente nenhuma relativamente ao beneficiário final.

Temos outra: aumentar as condições habitacionais do parque habitacional. O Sr. Secretário também não falou sobre isso ou então fala de um investimento que pode dar no futuro, mas não falou diretamente que isso é o investimento necessário para a Região. Apenas o tecido empresarial é que conta.

Implementar a estratégia regional, que é o i04, de combate à pobreza e exclusão social. Outro atraso descomunal da parte da Região Autónoma dos Açores relativamente ao PRR, do qual devia ser um investimento. Nós não temos. O Sr. Secretário não falou. Falou apenas das empresas.

Depois, falar também da qualificação de adultos, de aprendizagem ao longo da vida, na Região Autónoma dos Açores, que é o i05, C06-i05. Também, o Sr. Secretário não falou sobre esse assunto. Falou apenas das empresas, das autarquias.

E para o Sr. Deputado do CDS, investimento é baixar os impostos. Talvez a consequência poderá ser, mas não é, obviamente, o pensamento direto.

Por isso, eu pergunto: se nós temos o mesmo relatório, Sr. Secretário, se vivemos exatamente na mesma Região, porque é que o Governo está a mudar a estratégia neste caso, nomeadamente para o tecido empresarial açoriano? Que não acho problema nenhum, acho que deve ser, mas omitir por completo ou então esquecer por completo o investimento em que nós estamos atrasadíssimos, que é a exclusão social e a proteção da sociedade que tem mais dificuldades em termos financeiros, é que eu não consigo compreender. E eu gostava pelo menos que desse algum

pequeno debate ou alguma resposta relativamente a isso.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faça favor.

**Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A avaliação da capacidade deste Governo de investir não só é importante, como oferece-nos a oportunidade de, mais uma vez, alertar para os riscos que a não execução e o não investimento acarretam.

Nunca a Região teve tanto dinheiro de fundos comunitários disponíveis como tem neste momento. E nunca existiu um Governo Regional tão incapaz e incompetente na rentabilização e aplicação desses recursos na resolução dos problemas do dia a dia dos Açorianos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Muito bem!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** E temos quatro provas que sustentam esta afirmação. Então, vejamos:

Programa Operacional 2020: passamos da primeira Região do país na capacidade de investir fundos em 2020 para sermos agora a quinta Região num total de sete, um sinal claro do risco que corremos de desperdiçarmos fundos comunitários;

PRR: atrasos recorrentes no cumprimento de metas e marcos do PRR, em áreas críticas como a habitação, a saúde, o mar, a recapitalização das empresas e, ainda, a qualificação e formação. Estes atrasos são ainda mais graves quando podem levar à perda de verbas, conforme o próprio Governo Regional já admitiu;

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não admitiu nada!

**A Oradora:** O Diretor Regional dos Fundos Comunitários.

O Programa Operacional Açores 2030: enquanto no continente, desde abril, já

abriram avisos, nos Açores ainda não conhecemos qualquer aviso e deixamos as empresas açorianas sem sistemas de incentivos ao investimento privado há 18 meses, mais um marco negativo;

Plano Regional de 2022: teve uma taxa de execução do investimento historicamente baixa, na ordem dos 60%, conforme foi reconhecido até pelo ex-membro do Governo Regional, Eng.º Bastos e Silva.

Quanto à execução do Plano Regional de 2023, nada se sabe. Estamos em junho e ainda não há relatório disponível sobre a execução do 1.º trimestre de 2023.

A verdade é que o Governo Regional não sabe o que fazer com tanto dinheiro e quem sofre com esta inércia e incompetência são as famílias e empresas Açorianas!

Vejamos, em maior detalhe, alguns desses dados, relativamente ao Plano Regional em 2022:

A execução registou o seu pior valor nas Finanças, com cerca de 40,1%, essencialmente devido à baixíssima execução do Projeto 3.1 – Competitividade Empresarial, com 37,7%.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): 40 milhões que não foram para o Capital de Risco!

**A Oradora:** Este é um Governo que há quase três anos estrangula as empresas açorianas!

Os projetos com financiamento no âmbito do PRR apresentam execuções muito baixas, tal como expresso nos relatórios emanados pelo próprio Governo, assim como da análise da Comissão de Acompanhamento do PRR da responsabilidade do Conselho Económico e Social dos Açores.

São exemplo disso: Tecnologias na Saúde, com uma execução apenas de 31,8%; a Eficiência Energética e Energias Renováveis, com execução de 1,6%, e recordo o desastre que tem sido o programa SOLENERGE; e ainda a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, com uma execução de 8,6%.

A Ciência e Transição Digital, a par do Ambiente e Alterações Climáticas, apresentam também taxas de execução muito moderadas, a rondar, em média, os 57%.

No PRR:

A execução dos marcos e metas do 1.º trimestre de 2023 foi de 25%. Dos oito marcos a metas previstos foram executados apenas dois. E os atrasos de trimestre para trimestre agravam-se.

Os 31 marcos e metas que não foram executados nos trimestres anteriores continuaram por executar neste trimestre, sem registo de qualquer evolução positiva.

Não existe ou não é conhecida a informação de como se irá recuperar o atraso relativo ao cumprimento dos 31 marcos e metas...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** O vosso atraso!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade! São 24 anos, como é que vamos recuperar?

**A Oradora:** ... que já se encontravam como “Não Completos” no anterior trimestre, principalmente investimentos no Hospital Digital, no parque habitacional da Região, na Estratégia Regional de Combate à Pobreza e ainda na Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida.

Relativamente ao investimento “Recapitalizar o Sistema Empresarial dos Açores” nada ainda está materializado que possa chegar e apoiar as empresas regionais. O Governo Regional, ao abdicar da gestão dos 125 milhões de euros e colocá-los nas mãos do Banco de Fomento, fez com que até hoje tenha chegado às empresas açorianas zero euros.

E atenção, estas conclusões não são só nossas!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** São, são!

**A Oradora:** Estas conclusões são avançadas pela entidade a quem compete avaliar a execução do PRR, o Conselho Económico e Social dos Açores.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Essa análise é do Partido Socialista!

**A Oradora:** Estas conclusões são avançadas pelas Câmaras de Comércio, que ao longo de meses vêm alertando para os atrasos na implementação da recapitalização e no sistema de incentivos. Estas conclusões foram corroboradas pelo próprio Governo, mais precisamente pelo Diretor Regional dos Fundos ou, ainda, pelo ex-Secretário Regional das Finanças, Eng.º Bastos e Silva.

E, finalmente, hoje ficámos a saber que este Governo Regional, mais uma vez, a reboque, criou um grupo de trabalho interdepartamental, designado por GTI/FC, que tem o objetivo de facilitar a execução das tarefas que respeitam à execução dos programas financiados por Fundos Comunitários, definindo a sua composição. 20 meses após o início do PRR?! Só agora?! Este é um Governo que anda sempre a correr atrás do prejuízo!

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Não tem a ver com o PRR!

**A Oradora:** Só agora porque também os senhores, por muito que vociferem e acusem o PS de estar a mentir, sabem o quão atrasados estão!

Por isso, desta bancada, reafirmo: a verdade é que o Governo Regional não sabe o que fazer com tanto dinheiro. E quem sofre com esta inércia e incompetência são as famílias e as empresas Açorianas!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** A senhor sabia!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz-nos aqui um debate que, não querendo ser um debate

sobre keynesianismo versus Hayek, nos vai permitir também...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Há um bom livro sobre isso!

**O Orador:** Já li esses livros todos, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Como o senhor deve imaginar, já li esses livros quase todos.

Mas é um debate que nos pode também levar a fazermos esse tipo de exercício, a tentarmos perceber se é, de facto, o investimento público, o tal keynesianismo dos últimos 40 anos, que nos leva à melhor situação de vida dos açorianos, à melhor condição económica das empresas, à melhor solução para o crescimento económico.

De facto, e disse a Sra. Deputada Sandra Faria há pouco, nunca houve tanto dinheiro como agora. Não importa saber a quantidade de dinheiro, importa saber a qualidade da execução deste dinheiro disponível e onde vai ser gasto. Daí que a Iniciativa Liberal tenha inscrito uma norma orçamental para que seja feito um estudo de viabilidade económica e de impacto económico dos investimentos públicos acima de 500 mil euros. Esta é que é a questão. Não é derramar dinheiro a rodos no orçamento, não é derramar dinheiro a rodos em investimento público. É preciso saber como é que ele vai ser feito, onde é que ele vai ser feito e onde é que ele vai ser reprodutivo.

Aliás, também Keynes defende isso. Também Keynes defende que é preciso investimento público, nem que seja abrir buracos e fechar os buracos. É verdade. Mas é preciso saber quem é que vai abrir os buracos e quem é que vai fechar os buracos e se essa abertura e encerramento de buracos reproduz na economia valor acrescentado. Portanto, nesse aspeto, estamos absolutamente conversados.

Uma coisa é certa, o Sr. Deputado Pedro Neves falou numa coisa que tem sido aqui dita várias vezes pela Iniciativa Liberal e que é de relevante importância para o futuro dos Açores, que tem a ver precisamente com o Índice de Gini. E se olharmos para um passado ainda recente, onde o investimento público era descomunal, aliás, onde quase tudo era investimento público e, inclusivamente, o

investimento privado era quase todo com grandes participações públicas, o que registámos é que esse Índice de Gini ficou cada vez maior.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Mentira!

**O Orador:** Não é. Não é verdade. Os números dos relatórios é que o dizem, não sou eu. São os números dos relatórios que o dizem, não sou eu.

Mas há um dado aqui entre o Keynes e o Hayek que a mim me parece relevante e que todos nós devíamos refletir com seriedade, mas com seriedade sobre ele, não é atirar pedras à bancada do vizinho, é refletir com seriedade sobre ele, e não vou puxar a brasa à minha sardinha, mas vou dizer: o liberalismo funciona e fazia falta aos Açores! Porque aquilo que o Sr. Secretário disse ali daquela tribuna, foi precisamente isto que aconteceu, é verdade, não houve investimento público nos últimos anos. Nós estamos quase a chegar ao terceiro ano de legislatura, o investimento público foi mínimo, é verdade, reconheço. O que é também verdade é que a economia dos Açores cresceu, a receita fiscal cresceu apesar de nós termos diminuído os impostos e o dinheiro ter ficado na algibeira dos açorianos, em vez de ter sido gasto em obra pública desnecessária. E a questão é essa: o liberalismo funciona. Com menos investimento público, crescemos mais. Com menos investimento público e menos impostos, recebemos mais impostos.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não é verdade!

**O Orador:** As pessoas, as famílias e as empresas ficaram com mais dinheiro disponível em casa. Sim, o liberalismo funciona e fazia poderios de falta aos Açores!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(\*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dar aqui duas ou três notas no seguimento do que aqui foi referido. Em primeiro lugar, gostaria de dizer, e já que a questão foi colocada, que a execução do plano de investimentos em 2023, em maio, ...

**Deputado António Lima (BE):** Onde é que está isso publicado?

**O Orador:** Será publicado, mas posso dar nota aqui pública.

**Deputado António Lima (BE):** No mês passado também já era para ter sido!

**O Orador:** Posso dar nota aqui que a execução do plano de investimentos em maio é a maior, em percentagem, dos últimos 10 anos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Posso também dar nota que a execução da receita fiscal e das transferências do orçamento de Estado está dentro do programado. A execução da despesa pública também está dentro do programado. Evidente, com mais peso relativamente aos impostos daqueles créditos da Região que não estão a taxas fixas. E, ainda assim, nós estamos a assegurar todos os pagamentos como é devido e conseguindo ter a melhor execução do plano desde os últimos 10 anos.

Gostaria de deixar só duas ou três notas. Verbas do 2030 desperdiçadas não vai haver. Nós temos umas dificuldades, é verdade. São cerca de 187 milhões de euros que estavam em *overbooking* no sistema de incentivos, que houve desistências das empresas. E porquê? Também é evidente, por causa dos problemas dos mercados, mas também devido aos erros básicos do sistema de incentivos, o Competir +, que pela primeira vez não era exigente em termos de capitais próprios. E, depois, fez com que projetos muito bonitos no papel não pudessem arrancar, mas ficaram a ocupar lugar e a criar *overbooking* no sistema de incentivos. É também por isso que o Construir 2030 vai ser mais exigente nos

capitais próprios e é também por isso que nós estamos a instalar o sistema de capitalização Capital Participativo Açores. É tudo feito com estratégia, com reflexão.

Dar nota, de novo, foi colocada aqui, porque as Finanças executaram muito mal o ano passado... Executaram muito mal. E eu diria: ainda bem que executaram mal, porque a ideia era meter 40 milhões de euros no Banco de Fomento para o Capital de Risco, para, se calhar, os mesmos do costume irem buscá-lo. E nós achamos que são as micro, pequenas e médias empresas que devem ter esse apoio e não as maiores empresas. A prioridade é o nosso tecido empresarial de micro, pequenas e médias empresas.

E, por isso, ao não executamos e termos anulado o aviso dos 40 milhões e não tendo transferido para o Banco de Fomento os 40 milhões tem a ver com essa opção do Governo de apoiar, prioritariamente, através do Capital Participativo Açores, as micro, pequenas e médias empresas.

No fim, se restar dinheiro, vamos então pensar no sistema Capital de Risco. Mas a nossa prioridade é claramente esta.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em relação ao PRR e aos atrasos, os atrasos nos Açores não são diferentes de Portugal e do resto da União Europeia. Recordam-se de se dizer que o PRR era inegociável, que não se podia rever? É evidente que teve que se rever, porque as circunstâncias são especiais, mais especiais ainda nos Açores porque estamos no fim da linha do abastecimento, com os problemas todos que temos. Mas, ainda assim, a única meta de classe A que nós incumprimos não foi por responsabilidade do Governo, foi por concurso deserto, relativamente ao Martec. Foi por isso, o concurso ficou deserto. Como ficaram vários outros concursos, mesmo sem ser do PRR. Concursos desertos porque as empresas apresentavam preços... ou nem sequer se apresentavam a concurso. É, por isso, a única meta que está incumprida. De resto, não estamos nem mais atrasados nem mais adiantados

no PRR que o resto de Portugal, que tem também metas de classe A incumpridas. E é por isso que Portugal e o resto dos países da União Europeia tiveram a revisão. E, agora, vamos ter a possibilidade de continuar o seu cumprimento.

Em relação ao 2030, fala-se que há avisos no plano nacional desde abril. Esses avisos são avisos avulso, que, por sua vez, prejudicaram inclusivamente o início dos programas noutros setores, noutras áreas, porque sem terem os critérios de escolha definidos foram lançados avisos. E é por isso que o Comité Interministerial teve que reunir. E agora estamos a repensar e a organizar tudo no plano nacional, porque, se não tivesse havido essa precipitação em dois ou três avisos nacionais, se calhar a Comissão Europeia até tinha vindo aos Açores mais cedo. E, portanto, não estamos nem atrasados nem adiantados, estamos a cumprir aquilo que está estabelecido.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Em relação ao Grupo Interministerial, que saiu hoje em despacho...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Interministerial?!

**O Orador:** Interdepartamental, que saiu hoje em despacho e que, pelos vistos... Não tem a ver com o PRR, Sra. Deputada. De novo, não tem a ver com o PRR. É bom que sejamos um pouco mais rigorosos. Especialmente quem acusa os outros de incompetência, tem uma responsabilidade acrescida de ser rigoroso.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Acho eu, mas cada um fica com as afirmações que entende.

Este grupo, naturalmente, pretende, entre os departamentos, promover uma melhor articulação, para que, em vez dos 67 milhões de euros que executávamos para o orçamento regional no último quadro, passemos a poder executar cerca de

200 milhões, quando em 2022 já executamos 98, perto de 100 milhões. E vamos chegar aos 200 milhões. E vamos executar.

Mas mais importante que isso, mais importante que as execuções, que os planos, é a realidade. O que aqui tentaram desviar as atenções, nomeadamente o ainda maior partido da oposição, o Partido Socialista, aquilo que tentou fazer foi derivar com discursos para outro lado. Eu gostava que o Partido Socialista dissesse o seguinte: aquilo que o Sr. Governador do Banco de Portugal transmitiu de elogios à economia e ao emprego nos Açores é digno de nota, é digno de louvor, ou não é?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Aquilo que a Comissão Europeia estima, em função dos fundos comunitários, para o futuro, em relação aos Açores, é digno de registo, ou não? É que são pessoas e entidades de fora que nos vêm dizer e confirmar aquilo que o Governo diz.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** E as de dentro o que é que dizem?

**O Orador:** E o Partido Socialista continua a puxar os Açores para baixo, ...

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Os açorianos não sentem isso!

**O Orador:** ... quer trazer as más notícias, a política dos pequenos casos.

A realidade é ineludível, os Açores estão no bom caminho. Estamos a fazer diferente e a obter melhores resultados. E vamos continuar a fazer diferente e a ter ainda melhores resultados.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, nesta segunda intervenção, queria começar por dizer que, para a próxima, terei o cuidado de enviar a minha intervenção inicial ao PSD, para se melhor preparar. Eu julgo que o tema é objetivo o suficiente para se fazer o debate que estamos a fazer. E quando se fala de investimento público, sendo certo que o tema é vasto, temos efetivamente muito para dizer e muito para nos prepararmos, muito para falar, muitos investimentos a fazer, muita avaliação a fazer, muito questionamento a fazer. Mas noto que o PSD não tem uma palavra sobre a atuação do Governo Regional e uma questão sobre os inúmeros problemas que há, por exemplo, na execução do PRR. E tenho a certeza de que o PSD está preocupado com isso.

Relativamente às questões e às críticas que surgem recorrentemente sobre o apoio, na legislatura de 2015 a 2019, ao Governo do Partido Socialista, por parte do Bloco de Esquerda na República, eu tenho uma novidade para lhes dar: o Bloco de Esquerda votou contra dois orçamentos de Estado, que, por acaso, levou à queda do Governo da República. Por isso, eu não sei em que sentido é que os senhores continuam a achar que o Bloco de Esquerda apoia seja quem for na República.

Mas, quando não se quer falar dos problemas dos Açores, fala-se dos problemas da República. É típico da maioria e do Governo que nós temos na Região neste momento.

Mas, Sr. Secretário, indo à sua intervenção, às questões e aos anúncios que fez, começo por dizer que ainda bem que o Bloco de Esquerda fez este debate, é porque, se não o fizesse, provavelmente, o Governo estaria outra vez a dormir, sentado à sombra da bananeira. E aquilo que o senhor anunciou dali continuaria na gaveta.

Aliás, o problema também é esse, é que anúncios de milhões nós temos tido muitos, mas muitos anúncios de milhões. Concretização desses milhões é que não vemos nada.

Sr. Secretário, só para lhe dar um exemplo, o dinheiro que é suposto chegar às pequenas e médias empresas, que o senhor se farta de falar neste plenário, já deveria ter chegado na sua totalidade. E os números não são nossos, é da programação do PRR, está disponível até no site do Governo. Esses 125 milhões já deviam ter chegado na íntegra às empresas. E não era hoje, era em 2021! O que é que os senhores fizeram relativamente a isso? Nada, zero cêntimos de verbas que chegaram às empresas!

E tenho uma pergunta para si, Sr. Secretário...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não tem é uma proposta!

**O Orador:** A opção de entregar e de criar um instrumento financeiro que envolve fundos de capitais de risco com o Banco de Fomento foi do Governo Regional. Esses 40 milhões de euros que agora diz que vai anular, foi o Governo Regional que decidiu que era assim.

Mas eu tenho uma pergunta para si, Sr. Secretário: então, o Governo decidiu anular aquilo que tinha decidido. Diz que cometeu um erro no passado e acha que agora é que é uma boa decisão. Bem, e os fundos que concorreram a essa verba e tinham sido qualificados, não vão reclamar? Eu gostaria de saber quem são.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Quem abriu o processo judicial?

**O Orador:** Tenho conhecimento, através do Sr. Diretor Regional com esta pasta, que referiu, no grupo de trabalho sobre o acompanhamento do PRR, que havia um processo judicial em curso. Como é que ficou esse processo judicial? Ó Sr. Secretário, essa informação foi transmitida por um elemento do seu departamento, pelo Diretor Regional que tem esta pasta. Ou mentiu, ou o senhor vai ter que esclarecer. Como é que está esse processo? Quem são os fundos que concorreram?

E como é que vai ficar agora com essa anulação? E o que nós queremos, como é óbvio, é que esse dinheiro chegue a quem de direito.

Mas também notei que o senhor se socorre, imagine-se, dos pretextos e das desculpas do Governo de António Costa para justificar as suas falhas, as suas incompetências: a guerra, os custos de produção, a inflação. Então, na República, o PSD diz que isso é incompetência do Governo de António Costa. Nos Açores, o Governo Regional diz: sim, senhor, o Governo de António Costa tem toda a razão e temos imensas dificuldades em executar o PRR.

Sr. Secretário, decida-se.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Quem foi que referiu que era um processo judicial? Quem foi?

**O Orador:** O Diretor Regional dos Fundos Estruturais, Dr. Nuno Melo Alves.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Não é verdade!

**O Orador:** Vai ter que se entender com ele!

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Não é verdade! Ele está aqui e até pode vir aqui confirmar, que é para o senhor ver!

**O Orador:** Vai ter que se entender com ele!

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Não é verdade! O senhor fica mal!

**O Orador:** Sr. Secretário, gostaria que me esclarecesse: de um total de oito marcos e metas, lê-se no relatório de execução do PRR do CESA, apenas dois foram identificados como completos, 25%. E os 31 marcos e metas que não foram executados nos trimestres anteriores ficaram por executar neste trimestre. Explique-nos como é que isto é possível e o que é que se está a passar!

O Hospital Digital dos Açores não completou nenhum dos marcos e metas (cinco) definidos para este trimestre. Nem nenhum dos 28 que ficaram por executar nos

trimestres anteriores. Explique-nos porque é que isso acontece! É a estas questões que o senhor tem que responder!

E tem que responder, por exemplo: porque é que passamos aqui várias sessões plenárias a criticar, passou o Governo, os 60 milhões que foram reservados para habitação? E que era pouquinho. Então, 60 milhões era pouco. E 64,3 é muito?! É esse o grande investimento que é para habitação, quando é dos setores em maior crise?! E a execução, bem, também é uma desgraça.

Sr. Secretário, termino deixando essas questões e recordando que deixei um desafio ao Sr. Presidente do Governo relativamente à estrada da Ribeira Quente, porque julgo que essa matéria deve ficar clara. O Governo assume, ou não, o compromisso continuar a fazer o trabalho que está a ser feito, tornar aquela via segura no imediato, independentemente dos estudos para uma via alternativa? Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo de praticamente uma hora e meia deste debate, já foram feitas várias intervenções. O Sr. Secretário Regional veio aqui fazer uma apresentação e, no fundo, aquilo que revela é que está em estado de negação. E o Governo Regional está em absoluto estado de negação porque vem aqui falar no PIB per capita de 2014, vem aqui falar no PIB per capita de 2019, mas omite o PIB per capita em convergência com a União Europeia em 2021. E porquê? Porque: em 2014, 69.5; em 2019, 69.7; e em 2021, 65.8. O Governo que prometia convergir com a União Europeia, afinal, está a divergir a níveis históricos.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Mas essa responsabilidade não é só do Governo, é também do Sr. Deputado Nuno Barata, que vem aqui apregoar os méritos do fraco investimento público, dizendo: não é preciso investir, o PIB per capita cresce, o PIB cresce, está tudo bem. Ó Sr. Deputado Nuno Barata, eu peço desculpa, mas os seus dados não estão corretos. O PIB per capita em 2021: 65.8.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Eu não falei no PIB per capita! Não ponha na minha boca coisas que eu não disse!

**O Orador:** Calma, não se enerve, eu vou lá chegar.

Nós, em 2021, recuámos a níveis de 1998. Isso é também sua responsabilidade. PIB nominal, é isso que o senhor quer falar? Os Açores, em 2021, foram a região do país que menos cresceu a nível nacional. Responsabilidade sua também. 6.2, com a média cerca de 8%. O senhor não tem responsabilidade nesta matéria, ou só quando corre bem é que é mérito seu?

**Deputado Nuno Barata (IL):** Não, não!

**O Orador:** A responsabilidade não é só sua, é do Governo também, que está em negação e que se recusa a aceitar esses números para mudar a sua postura. Não, está tudo bem nos Açores...

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Não houve pandemia!

**O Orador:** Ó Sra. Secretária Berta Cabral, houve pandemia em 2020 também! Houve em 2020. Houve em 2021.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Por isso é que não é correto falar em 2020 e 2021!

**O Orador:** É mais grave do que o facto de não ter crescido acima da média nacional é o facto de o próprio Governo Regional, no orçamento para 2021, ter estimado que a Região iria crescer acima da média nacional. Afinal, cresceu abaixo da média nacional.

**Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Isso é que é negação!

**O Orador:** De quem é a responsabilidade? Se fosse no tempo do Partido Socialista, vinha logo o Deputado António Vasco Viveiros dizer que era propaganda. Agora, como a taxa de execução de 2022 rondou os 60%, o Sr. Deputado já não diz nada.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** 28 de maio de 2018, passo a citar: “O PSD/Açores, pelo porta-voz para as áreas económicas, António Vasco Viveiros, afirmou hoje que o Governo Regional voltou a falhar na meta que traçou para o investimento público. Voltou a registar-se, à semelhança dos anos anteriores, uma baixa execução, comprovando uma vez mais que os anúncios feitos pelo Governo em matéria de investimento público não passam de propaganda enganosa.” Diz mais: “Em 2017, a execução do investimento público foi de apenas 72,2%.” Ó Sr. Deputado, em 2022, foi de 66%! Afinal, em que ficamos? Qual é a sua opinião sobre este assunto? É propaganda enganosa?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O que é que foi feito com adiantamento de 100 milhões de euros do PRR? Foi registada em receitas. E a despesa?

O relatório de monitorização, de 2022, do PRR, pela voz do CESA, pela primeira vez ficámos a saber que a Região já recebeu 100 milhões de euros: 75 em 2021, 25 em 2022. E qual foi o valor que foi executado? A execução financeira do PRR? 16 milhões de euros. Onde é que estão os 84 milhões de euros? Explique, Sr. Deputado António Vasco! Explique, Sr. Secretário Duarte Freitas! Seja rigoroso na sua análise! O senhor pede rigor aos outros, mas não consegue aplicar.

Sr. Secretário Regional, o senhor tenta omitir a sua responsabilidade no programa Capitalizar. O senhor já era membro deste Governo.

5 de abril de 2022, “Governo Regional cria o programa Capitalizar Açores para apoio às PME”. Afinal, são as mesmas PME. “O Governo Regional, através da Secretaria Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública criou o programa Capitalizar Açores, uma nova medida de auxílio público à capitalização de pequenas empresas com sede nos Açores.” Diz ainda mais: “Este programa é inovador, distingue-se dos congéneres nacionais ao incluir, além de empresas, cooperativas e associações com fins comerciais, assim como uma mediada complementar de fundo perdido, com uma dotação de 50 milhões de euros.” Não são 40, o senhor enganou-se. São só 10 milhões de euros, mais uma vez, de engano.

E, portanto, Sr. Secretário, qual é a credibilidade que o senhor merece com tantos enganos? Nós percebemos que há um ajuste de contas entre si e o seu antecessor. Já percebemos isso por diversas vezes, nas agendas mobilizadoras, ...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): O senhor é que vai ajustar contas com a Escola Profissional da Ribeira Grande!

**Deputado Berto Messias (PS)**: Isso fica-lhe mal, Sr. Secretário!

**O Orador**: ... com o programa Capitalizar Açores e em outras matérias. Mas, afinal, Sr. Secretário, o senhor assume ou não assume a sua responsabilidade nesta matéria?

Este programa era inovador em 2022. E agora deixou de ser inovador só porque o senhor revogou?

Mas há mais, Sr. Secretário, há mais... E, portanto, o que aqui fica bem notório é que este é um Governo que, apesar dos milhões que tem ao seu dispor para investir em prol das famílias açorianas, das empresas açorianas, se revela incapaz, incompetente e com uma grande inércia na capacidade de resolução dos

problemas dos açorianos. Este é um Governo que é forte, sim, nos almoços e nos jantares, mas fraco no investimento público.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para uma interpelação. Faça favor.

**(\*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**  
*(Duarte Freitas):*

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para dar nota ao Sr. Presidente que eu vou fazer chegar à Mesa a parte da minha intervenção em que, por uma questão de seriedade, referi os dados de PIB per capita de 2014 e 2019, referindo explicitamente que não falava em 2020, que era um ano anómalo, tal como 2021.

E, portanto, esta minha preocupação contrasta bem com a preocupação de outros que querem falar de anos que não fazem sentido.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma interpelação, penso eu, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sim, Sr. Presidente, é para uma interpretação.

**Presidente:** Faz favor.

**(\*) Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, faço uma interpretação para informar que irei entregar à Mesa os dados do Serviço Regional de Estatística referentes às contas regionais de 2021, que apresentam os dados do PIB.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar ambos os documentos, fá-los-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

*Eram 11 horas e 39 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que reocupem os vossos lugares.

*Eram 12 horas e 06 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estava inscrito o Sr. Deputado Carlos Furtado, a quem dou a palavra... Para uma interpelação? Espere, Sr. Deputado Carlos Furtado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de informar a Mesa que vou fazer chegar ao Sr. Presidente e à Mesa uma transcrição de um excerto de uma audição ao Sr. Diretor Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, no âmbito do Grupo de Trabalho dos Fundos Europeus, que se realizou a 3 de abril de 2023. E essa transcrição, da qual vou ler uma parte... Eu referi em debate essa mesma audição. O Sr. Secretário das Finanças acusou-me de estar a mentir sobre esta matéria. E é bom que fique claro que, se estivesse a mentir ou se tivesse cometido algum erro, tinha todo o gosto de corrigir e pedir desculpa por isso. Mas não foi isso que aconteceu. Vou ler parte dessa transcrição, porque a matéria, julgo eu, é importante e acusações de que se está a mentir não podem ficar no ar: ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Leia, leia!

**O Orador:** ... “O resultado deste concurso tem repercussões a nível jurídico porque um dos fundos ficou excluído dessa candidatura por razões técnicas. O Banco de Fomento avançou procedimentos a nível do tribunal. Foi informado ao Governo Regional que existiam três ou quatro concorrentes validados para este valor de 34 milhões de euros, que não está em desenvolvimento por estas razões que referi.” Este assunto diz respeito aos 125 milhões de euros do Fundo de Recapitalização das Empresas. Eu vou fazer chegar à Mesa, com o respetivo *link* para o vídeo da audição, que está disponível para qualquer pessoa ver.

**Presidente:** Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir pelos Srs. Deputados.

E vamos então avançar com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As intervenções que me antecederam, na minha leitura, mostram que existem dois mundos: o mundo dentro desta sala e o mundo lá fora. O mundo dentro desta sala, conforme a intervenção do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que promoveu este debate de urgência, é um mundo em que é necessário fazer investimento público como motor de desenvolvimento da atividade regional.

Depois, o mundo anunciado pelo Secretário das Finanças, em que está tudo bem e recomenda-se, onde os Açores estão a ficar numa velocidade de cruzeiro interessante, onde tudo funciona perfeitamente.

Depois, existe o outro mundo para lá desta sala, que é aquele mundo dos funcionários das Secretarias, que até já têm vergonha de ir às empresas buscar um balde de tinta para uma pequena reparação, porque o homem da empresa diz que já não quer vender mais tinta porque tem uma conta lá que não recebe.

O outro senhor que também vai buscar uma bateria ou uns pneus para uma viatura

da Secretaria, mas que também ninguém lhe paga e o homem diz que já não quer vender baterias.

E, depois, ficamos assim a perceber: mas, afinal, de que mundo é que estamos a falar?

Depois, existe ainda o outro funcionário de uma empresa, em que o patrão disse a ele: só vais receber metade do salário, porque ainda tenho os fundos Covid que ainda não vieram e eu não tenho como te pagar o ordenado na totalidade porque não tenho.

Depois, ainda tem os senhores das empresas em que, ao abrigo dos tais fundos Covid, o PME2, por exemplo, tem um pedido de pagamento feito em outubro de 2022, tem uma ordem de pagamento emitida em abril de 2023, o dinheiro ainda não chegou à conta.

Portanto, existem essas duas realidades: a realidade de que é preciso investimento, que parece que o dinheiro existe a rodos; a realidade do Governo, que diz que está tudo bem e recomenda-se. E, depois, as pessoas lá fora que percebem: onde é que está esse dinheiro, que não me chega às mãos?

Eu acho que é disso que temos que falar, sinceramente, porque, antes de falarmos de investimento público, que é necessário, obviamente, e não vou contestar essa situação, é preciso perceber o que é que está a falhar na economia açoriana, que o dinheiro do PRR e o dinheiro ao abrigo dos fundos Covid não chegam às pessoas. E se não chegam às pessoas, não há economia. Temos que perceber que as empresas, atualmente, estão com grande dificuldade em regularizar os seus compromissos diários porque também não recebem. E vamos falar de investimento público?!

Ainda no campo do investimento público, há um outro elemento que é preciso acautelar. Investimento público sim, mas temos aqui, atualmente, uma realidade, para mim, muito presente na nossa Região e é um assunto que eu não entendo ainda como resolvido, que se trata da mobilidade dos açorianos. Bastas vezes eu

tenho falado do problema da mobilidade dos açorianos. A privatização da SATA é um assunto que tenho falado bastante porque a mim constrange-me bastante. E razão tenho em estar constrangido com esta situação, porque a prova provada disso mesmo é que atualmente até temos uma Ryanair que agora percebeu que poderá ter na Região um filão para receber mais uns milhões, ao abrigo da necessidade que a Região terá de manter também aquele operador aéreo a voar aqui para a Região. Isso porque temos uma companhia aérea regional que, a custo dos nossos antepassados, foi criada e que agora será para desbaratar a qualquer dinheiro. Aliás, foi muito mal gerida durante muitos anos. E agora é para desbaratar a qualquer dinheiro. Temos uma companhia aérea nacional que voa para cá enquanto não for privatizada, depois logo se verá. E temos uma Ryanair que agora já vai dizendo: se quiseres aviões, tens que pagar.

Ora bem, é dessa realidade que temos que falar. Vamos falar de investimento público e, depois, não vamos ter forma de aguentar esse investimento público? Vamos falar de investimento público, quando, depois, poderemos não ter aqui assegurada a mobilidade dos açorianos, mas também a mobilidade daqueles que nos visitam e que têm ajudado a segurar a nossa economia?

Acima disso tudo, eu acho que é preciso perceber a qualidade do investimento público que temos que fazer, mas também é preciso perceber que haja um bom funcionamento da nossa economia na Região. E, para isso, a mobilidade dos açorianos é determinante.

E deixava aqui uma pergunta à Sra. Secretária dos Transportes e Mobilidade relativamente ao assunto Ryanair: em que é que estamos? Quais são as exigências da Ryanair para continuar a voar para a Região? E que mobilidade é que podemos ter de uma Ryanair que, infelizmente, já não nos quer garantir coisa nenhuma?

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(\*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, na intervenção que fiz falei do PRR, ao contrário do que disse. Reconheci aquilo que eram as dificuldades que o Governo também reconhece. E também temos presente aquilo que foi o depoimento ou a audição da Dra. Alexandra Bragança, em representação do CESA, no Grupo de Trabalho dos Fundos Europeus, em que, reconhecendo dificuldades, também deixou uma palavra de esperança e falou naquilo que eram os aspetos positivos, uma palavra de otimismo relativamente àquilo que são as perspetivas de evolução.

E disse, por exemplo, relativamente ao Hospital Digital, que tem 30 milhões de euros, em 580 milhões de euros, que representa ou tem quase 50% das metas e marcos do programa. E achou que era um desequilíbrio entre aquilo que era o seu volume financeiro e aquilo que era o volume e o número de marcos e metas. E que, naturalmente, isso afeta aquilo que são os relatórios do cumprimento do PRR.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Um pormenor que os senhores não sabiam!

**O Orador:** Relativamente ainda àquilo que foi a sua intervenção inicial, que eu já o desmenti, eu penso que aceita que, ao contrário do que disse, 2016, a nível nacional, foi um ano de inversão e decadência do investimento público, superior a 30%. E só foi recuperado o valor de investimento de 2015 no ano da Covid, com os investimentos associados à Covid. E o Bloco de Esquerda aprovou o orçamento de 2016, 2017, 2018 e, se não me engano, 2019. E só inviabilizou o de 2020 e o de 2021. E, portanto, quanto a essa matéria, estamos esclarecidos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade! Muito bem!

**O Orador:** Sr. Deputado Carlos Silva, relativamente ao crescimento do PIB em 2021, todos nós reconhecemos, os dados estão disponíveis, a economia dos Açores cresceu 5% e a economia do país cresceu 5,5%, ou seja, nós crescemos

menos meio ponto do que o país, tal como aconteceu em 2020, em que decrescemos mais do que o país.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** E o PIB per capita?

**O Orador:** Tal como aconteceu em 2019, em que crescemos menos do que o país. Em 2018, crescemos menos do que o país.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** E em 2021?

**O Orador:** Em 2017, crescemos menos do que o país. E em 2016, crescemos menos do que o país. Portanto, aquilo que aconteceu em 2021 foi exatamente aquilo que aconteceu entre 2016 e 2020, da responsabilidade do Partido Socialista. E, portanto, o Sr. Deputado disse que era gravíssimo a economia dos Açores ter crescido menos de 0,5 do que a do país. Esqueceu-se dos últimos cinco anos da governação socialista. E é bom que tenha presente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** O que não é bom. Todos nós reconhecemos que não é bom, ainda que, em PIB per capita, 2021 manteve aquilo que era o PIB per capita dos anos anteriores, nomeadamente 88%...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não, senhor! Ó Sr. Deputado...

**O Orador:** Sr. Presidente, vou ter de deixar um documento aí. Em 2021, o PIB per capita... Estou a falar do país, já vamos ao europeu. Em termos de país, manteve o mesmo valor em termos percentuais, 88%. Fica esclarecido.

Relativamente ao PIB per capita em paridade com o poder de compra com a situação europeia, em 2021, divergimos daquilo que era o valor nacional em dois pontos percentuais, tal como o país também.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Então, foi isso que dissemos, que o Sr.

Secretário tinha omitido! E não foi em dois pontos, foi um bocadinho mais.

**O Orador:** O Sr. Secretário falou até 2019, antes do efeito Covid.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Ah!

**O Orador:** E o Sr. Deputado Carlos Silva falou em 2021. E é evidente que os dados disponíveis mostram que, em 2021, a Região divergiu dois pontos percentuais. E nós todos sabemos que os efeitos Covid...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Quase três!

**O Orador:** Não são quase três, são dois pontos e quatro décimas, se quer ser rigorosa.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Arredonda para 3 os 2.4, é?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não, não! 2.9!

**O Orador:** Mas se quer arredondar para quatro, tudo bem. 2.4.

E relativamente ao efeito Covid a nível europeu, os efeitos foram simétricos em termos temporais.

E aquilo que nós temos otimismo relativamente àquilo que é o índice de atividade económica é que, em 2022, quando forem divulgados os dados relativamente ao PIB, os dados sejam bons para os Açores. É essa a nossa expectativa. Não conheço os dados nem o Governador do Banco de Portugal conhece, apesar do que disse. E, portanto nós esperamos é que esses dados sejam positivos.

Os indicadores do ponto de vista económico estão disponíveis. O índice de atividade económica, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O índice de atividade económica não é PIB, o senhor sabe disso!

**O Orador:** ... o crescimento do turismo, a valorização dos produtos laticínios, tudo isso são dados indiretos que levam a que se tenha essa expectativa. E é isso que nós partilhamos.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! É isso!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Faltou a formação bruta do capital fixo!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu percebo algum incómodo do Partido Socialista, nomeadamente do Sr. Deputado Carlos Silva, sobre o sucesso das políticas liberais. Eu não faço questão, como bem sabe a câmara, de ir ao passado buscar heranças. Tenho dito isso aqui centenas de vezes, dezenas de vezes. Não vou aqui fazer esse exercício outra vez. Mas vou fazer e vou repetir o exercício que fiz há pouco, pode ser que o Sr. Deputado Carlos Silva desta vez perceba que, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sou de compreensão lenta!

**O Orador:** ... apesar de termos baixado os impostos, contra a vontade do Partido Socialista, ...

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

*(Duarte Freitas):* Muito bem!

**O Orador:** ... que, dessa bancada, do lugar onde o senhor está agora, o antigo Vice-Presidente do Governo e responsável pelas finanças apelidou de irresponsável, mesmo assim, no primeiro trimestre de 2023, a receita fiscal cresceu 18%.

E só não cresceu no imposto sobre os produtos petrolíferos porque, depois de um alerta que, inclusivamente, a Iniciativa Liberal fez daquela bancada quando denunciou o acordo de incidência parlamentar, a Região tem estado a fazer um esforço para não cobrar mais ISP. Isso também é importante que seja dito aqui

nesta Casa. Neste momento, os açorianos pagam combustíveis mais baratos do que estariam a pagar com os mesmos cálculos que o Partido Socialista fazia em 2020. É bom que seja dito também isto aqui.

**Deputado António Lima (BE):** Está-se a contradizer!

**O Orador:** E eu não vou muito ao passado. Mas, Sr. Deputado Carlos Silva, sobre investimento público nós estamos conversados. A falta de investimento público nos últimos dois anos nos Açores fez com que a economia continuasse a crescer nos últimos dois anos nos Açores, com que a receita fiscal continuasse a crescer nos Açores e com que houvesse, neste momento, na Região Autónoma dos Açores, menos desempregados do que havia em 2020. Este é um facto inegável. Estes são números inegáveis.

E os senhores até podem dizer, porque têm legitimidade para isso, que, se fosse um Governo Socialista, ainda estaria melhor.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É o seu Governo!

**O Orador:** Mas não é um Governo Socialista. É um Governo que tem um apoio parlamentar nos documentos fundamentais para a governação da Iniciativa Liberal, que tem duas bandeiras: o endividamento zero, e não vou precisar de citar Mário Centeno, no passado dia 9 de junho, para dizer que o endividamento zero não é problema, bem pelo contrário, é uma boa opção para a Região...

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Não foi o que ele disse!

**O Orador:** Foi o que ele disse! Foi, sim, senhor! Leia o que é que ele disse!

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Não foi!

**O Orador:** Leiam bem o que é que ele disse!

E há mais uma questão, é que o endividamento zero até nos pode criar constrangimentos no presente, mas não deixa hipoteca para o futuro, para as gerações que vêm a seguir, porque eu não quero que os meus filhos continuem a pagar as contas dos desmandos que andarmos aqui fazer. Esta é uma realidade, porque qualquer dívida constituída hoje é um euro de impostos que tem que ser

cobrado depois de amanhã. E vai ser pago pelos nossos filhos, pelos nossos netos e hipoteca o futuro das gerações desta Região. Não é isso que nós pretendemos. Não é isso que eu pretendo. E eu vou fazer esse esforço enquanto os açorianos me derem votos. Vou fazer esse esforço para não endividar a Região.

Mas mais, vão-me permitir que uma vez, uma vez sem exemplo, eu invoque heranças do passado do investimento público. Isto eu vou ter que dizer. E vou ter que dizer em duas áreas, onde me têm ouvido aqui nesta Casa dizer que não é preciso iniciativa privada, que o Estado tem que garantir: educação e saúde.

Pois, Sr. Deputado Carlos Silva, eu devo-lhe dizer que andei pelos Açores nos últimos 24 meses, de ilha a ilha, canto a canto desta Região. E aquilo que eu encontrei foram escolas ao abandono, até as novas, cheias de problemas, cheias de degradação, sem investimento, sem manutenção. Centros de saúde. Querem que eu fale de centros de saúde? Querem que eu explique aos açorianos das Velas de São Jorge, das Lajes do Pico, da Maia, querem que eu diga aos açorianos como é que estão os centros de saúde? Eu não vou continuar o rol do passado. A mim interessa-me para a frente, para o futuro. Menos impostos, mais...

**Deputado Carlos Silva (PS):** O Sr. Deputado não conseguiu ser coerente numa frase!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado Carlos Silva, há uma coisa que o senhor há de aprender ao longo dos anos da sua vida, é que em política, muitas vezes, a coerência é teimosia. E a teimosia em política trouxe-nos àquilo que nos trouxe o Partido Socialista em 2020, ao descabro em que estávamos.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** E não é por acaso. Vou-lhe explicar uma coisa: o Partido Socialista ganhou as eleições em 2020, mas não é por acaso que o Partido Socialista não é poder nesta Região, foi porque os açorianos disseram que também queriam a Iniciativa Liberal no Parlamento, também queriam o Chega no Parlamento, também queriam o PAN no Parlamento.

**Deputado José Contente (PS):** Não há mal que sempre dure!

**O Orador:** E não queriam uma maioria absoluta no Parlamento dos Açores! E é bom que os açorianos percebam de uma vez por todas e o Partido Socialista também aprenda com isso... O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, honra lhe seja feita, já fez esse ato de contrição. É bom que os açorianos percebam que os Açores se governam melhor sem maiorias absolutas, que os Açores se governam melhor com pluralidade no Parlamento, que os Açores se governam melhor quando se defendem os açorianos!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este debate, que decorre por iniciativa do Bloco de Esquerda, na minha perspetiva, tem um determinado contexto. E o contexto que este debate tem, permitam-me que o refira de forma resumida, é que, entre 2021 e 2027, os Açores têm à sua disposição para investir mais de 3200 milhões de euros, se somarmos aquilo que são os reforços do anterior Quadro Comunitário, o PO 2020, o PRR e o Programa Açores 2030.

Os Açores têm, desde 2020 até 2023, um crescimento nas transferências da República de mais de 100 milhões de euros.

**Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Onde é que o senhor foi buscar esse valor?

**O Orador:** E, em relação a isso, é, neste contexto, bom fazer uma análise de onde estamos. E eu penso que, na minha opinião pelo menos, aquilo que resulta à evidência de todos é que, nestas matérias, o Governo Regional tem tratado destes assuntos e, nomeadamente, a questão do investimento público de uma forma desastrada, amadora, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** O senhor era um profissional!

**O Orador:** ... a brincar com a confiança da iniciativa privada e, em alguns casos, mesmo incompetente.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não apoiado!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** É preciso não esquecer também algumas coisas, que me parece que por vezes se esquecem. Já decorreram quase três anos desde que este Governo entrou em funções.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Dois anos e meio!

**O Orador:** Já decorreram mais de dois terços do período em que vigorará o Plano de Recuperação e Resiliência. E estamos-nos a aproximar do decurso de metade do tempo em que vigora o Programa Açores 2030. E aquilo que se nota é que, em relação a estas possibilidades de os Açores usarem dinheiro, somam-se atrasos, somam-se confusões e somam-se indecisões. O Governo não sabe o que está a fazer nestas matérias.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não apoiado!

**O Orador:** Só assim se explica que já vão em mais de 150 milhões de euros os cancelamentos, os anulamentos, com graves consequências para a economia privada e para a confiança dos investidores privados na Região, para a confiança da economia privada. Foram 117 milhões de euros nas agendas mobilizadoras, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso não é verdade! Isso é falso!

**O Orador:** ... que, ao contrário daquilo que se afirma, foi dinheiro perdido para os objetivos das agendas mobilizadoras.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é falso!

**O Orador:** As empresas açorianas já não podem recorrer para aqueles objetivos. E agora é o cancelamento de mais 50 milhões de euros de uma medida de capitalização. O Governo não sabe o que está a fazer, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É falso!

**O Orador:** ... cancela e anula as suas próprias medidas e as suas próprias opções, induzindo um clima de desconfiança na economia privada, que é profundamente negativo para a nossa Região.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Pela exclusiva responsabilidade deste Governo, já vamos em mais de 150 milhões de euros a tentativa e erro, da forma como o Governo gere estas coisas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**O Orador:** É mau demais para ser verdade!

Mas também há uma incapacidade de executar. É uma incapacidade de executar que, por exemplo, se verifica na queda da posição da Região Autónoma dos Açores em termos da execução do PO 2020, que se verifica naquilo que tem a ver com a execução do PRR e que se verifica naquilo que tem a ver com o Programa Açores 2030.

E é verdade, o Programa Açores 2030 foi aprovado em dezembro de 2022. Em março de 2023, foi aprovada a legislação que permitia o acesso a esses fundos, a legislação nacional. Em abril, houve regiões do continente que já lançaram avisos públicos. E nós ainda temos zero, nem avisos, nem uma ideia concreta daquilo que será essa execução.

Mas, em relação ao PRR, à medida que o tempo decorre, a situação não melhora, a situação piora. Os senhores estão a esconder o sol com a peneira relativamente ao desnorte completo deste Governo. Não sou eu que o digo. Diz o Diretor Regional dos Planeamentos, em entrevista a um jornal, que corremos o risco de perder fundos comunitários. Diz o Conselho Económico e Social dos Açores que, em termos de valores acumulados, não estou a citar, se verifica uma degradação da execução do Programa de Recuperação e Resiliência. Os marcos e metas

completos passam de uma taxa de execução de 64% no quarto trimestre de 2022 para cerca de 61% no primeiro trimestre de 2023. E isso poderia ser algo de momentâneo. Não, isso já vem em cima de um outro atraso que se verificou do terceiro trimestre de 2022 para o quarto trimestre de 2022.

Nós estamos a desperdiçar esta oportunidade. E o risco de perder fundos comunitários é da responsabilidade deste Governo, das suas indecisões, dos seus erros, das anulações que faz, de uma forma que induz falta de confiança na iniciativa privada.

Mas, para além disso, há uma outra questão, é que não se sabe o que é que o Governo está a fazer ao dinheiro que recebe das antecipações. Já aqui foi dito. O Governo recebeu 100 milhões de euros do PRR. Executou 16 milhões de euros. Onde é que está o resto? Até hoje ninguém respondeu a esta questão.

E não vale a pena vir com a desculpa da guerra da Ucrânia e da pandemia. Se isso fosse verdade, todas as regiões do país acompanhavam este triste trajeto que a Região Autónoma dos Açores está a fazer nesse domínio. Mas não, nós estamos a ficar para trás. Os Açores estão a ficar para trás no aproveitamento dos fundos comunitários por vossa responsabilidade, por vossa culpa, pelos vossos erros.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Eu ouvi atentamente todas as intervenções. E ouvi também atentamente a intervenção do Sr. Deputado Nuno Barata. Só falta agora, para vir em socorro do Governo, o Sr. Deputado Nuno Barata dizer: olhe, afinal, não é preciso dinheiro. Não é preciso dinheiro da União Europeia porque o liberalismo... Isto assim é que está bem. A gente manda os 3200 milhões às malvas. A gente não quer saber de investimento público, porque assim é que está bem.

E não vale a pena, Sr. Deputado Nuno Barata, porque o senhor sabe isso tão bem ou melhor do que eu, dizer que aumentou a receita fiscal. Ela aumentou, mas o

senhor sabe porque é que ela aumentou. Porque no IVA ela aumenta, não por força principalmente daquilo que acontece na Região, mas por força da arrecadação de receitas a nível nacional. E como a taxa de inflação é superior a nível nacional do que na Região, isso quer dizer que a Região está a receber mais dinheiro.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Eu aproveitava, em termos finais, para esclarecer duas questões. O Sr. Secretário Regional das Finanças, ontem, neste plenário, disse que o anterior Governo não tinha acautelado fundos comunitários para o financiamento das medidas de emprego. Sr. Secretário, o senhor esteve numa conferência de imprensa, a 18 de dezembro de 2020, sentado ao lado do então Secretário Regional das Finanças, em que anunciou dois programas, um deles o Programa de Apoio à Manutenção do Emprego II. E aquilo que o Sr. Secretário Regional das Finanças dizia claramente é que o financiamento estava assegurado por fundos comunitários. E, portanto, não é verdade, se foi isso que foi dito ontem... Se não foi isso, o senhor esclareça. Não é verdade que não tenha sido acautelado o financiamento com fundos comunitários em relação às medidas de emprego.

O Sr. Deputado António Lima lançou aqui um desafio quanto à questão da estrada da Ribeira Quente e que se liga claramente também a isso que nós estamos a falar.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Vai pedir desculpa por não ter resolvido a situação em 24 anos?

**O Orador:** E é importante que se diga o seguinte: as intervenções que estão a ser feitas na estrada da Ribeira Quente são projetos que vieram do anterior Governo, quer a primeira fase que foi ainda executada no anterior Governo, quer a segunda fase que está a ser executada, e muito bem, por este Governo.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** E as soluções técnicas que estão naquelas empreitadas foram feitas após se constatar a impossibilidade ou a extrema dificuldade de construir as duas opções de estrada alternativa à Ribeira Quente, pelo Agrião ou então a partir da Ponta Garça. E, portanto, eu não percebo qual é a dúvida.

E por que razão o Governo Regional não assume claramente aquilo que para o Partido Socialista é óbvio e assumiria? A solução para a Ribeira Quente é prolongar a solução técnica de construção de semi-túnel. Não são necessários mais estudos.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Agora!

**O Orador:** Ó senhor... Agora, não!

E mais um exemplo...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Tanta pressa, Sr. Deputado! Tanta pressa que o senhor tem!

**O Orador:** Ó senhores, se me deixarem concluir...

**Deputado José Pacheco (CH):** Peça desculpa!

**O Orador:** O senhor é que devia pedir desculpa por induzir as pessoas em erro.

**Deputado José Pacheco (CH):** O senhor devia pedir desculpa ao povo da Ribeira Quente! É mentira!

**O Orador:** Mas aquilo que eu queria dizer é o seguinte: eu não percebo, neste momento, por que razão...

**Deputado José Pacheco (CH):** Não diga mentiras!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isso é que é um descaramento!

**Deputado José Pacheco (CH):** Que lata!

**Presidente:** Faça favor, Sr. Deputado. Estão reunidas as condições.

**O Orador:** Eu não percebo por que razão é que, se o próprio Governo Regional reconhece que “a obra atualmente em execução e todo o sistema de alarme instalado evitou maiores prejuízos materiais e, sobretudo, humanos, uma vez que

o sistema de alarme permitiu, antecipadamente, alertar os trabalhadores, e o semi-túnel terminado parcialmente protegeu parte da via e da obra em execução, o que demonstra a necessidade e a adequação da empreitada”... Isto foi a nota de imprensa que o Governo Regional pôs cá fora logo no dia em que aconteceu aquela situação.

E, portanto, há um compromisso claro, que da nossa parte é óbvio: a solução para ali é prolongar a solução técnica que está já em execução. É isso que é urgente, que traz segurança e que resolve, dentro dos condicionalismos que temos, obviamente, porque ninguém muda a natureza, aquela situação.

E junto a minha voz, então, ao desafio que lançou o Bloco de Esquerda. O Governo Regional assume que já está decidido que vai dar indicações para que seja prolongada aquela solução e seja construída numa maior extensão de estrada a solução técnica de semi-túnel e, eventualmente, de túnel, que está a ser implementada neste momento?

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra...

É para uma interpelação? Faça favor, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Sr. Presidente, para informar a câmara e, desde logo, V. Exa. que vou entregar na Mesa o comunicado do Partido Socialista do dia 9 de junho, portanto, de há quatro dias atrás, que diz que considera ser fundamental estudar soluções técnicas para a estrada da Ribeira Quente. Portanto, há quatro dias atrás, o Partido Socialista

reclama do Governo Regional a realização de estudos técnicos. O que ouvimos agora do Sr. Deputado Vasco Cordeiro acho que diz tudo sobre a desorientação do PS. Vou entregar na Mesa esse comunicado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta legislatura, temos algo absolutamente inédito no âmbito do nosso Parlamento, é que temos como líder do Partido Socialista, do maior partido da oposição, alguém que assumiu durante oito anos a governação da Região Autónoma dos Açores, que durante a prática totalidade do mandato do Partido Socialista teve responsabilidades parlamentares e responsabilidades em diversas Secretarias dos sucessivos Governos do Partido Socialista durante 24 anos.

E durante 24 anos, os Governos do Partido Socialista tiveram a oportunidade, somaram um conjunto enorme de apoios que foram dados por parte da União Europeia aos Açores. Qual foi o resultado de 24 anos de apoios massivos, de apoios da União Europeia, que foram dos maiores concedidos às regiões em toda a Europa? Qual foi o resultado prático da governação do Partido Socialista, na qual o Sr. Deputado Vasco Cordeiro é um dos principais responsáveis? Qual foi o resultado prático? O resultado prático é que deixou os Açores como a região mais pobre da Europa! Esse foi o seu resultado prático depois de tantos milhões!

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**O Orador:** Com desigualdades sociais tremendas, das maiores da Europa, ...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** São factos!

**O Orador:** ... com resultados escolares baixíssimos, aliás, os piores da Europa.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Agora!

**O Orador:** Com os resultados piores da Europa do ponto de vista educativo. Com problemas do ponto de vista do sistema de saúde tremendos, com listas de espera gigantescas. Qual foi o resultado, a aplicação brilhante dos fundos europeus conseguido por V. Exa.? A sua crítica, tendo V. Exa. essa responsabilidade objetiva, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tendo esse passado, essa herança, eu quero dizer-lhe que não vamos fazer igual ao que V. Exa. fez, que não vamos fazer igual porque não queremos ter os mesmos resultados que V. Exa. teve, que foi deixar esta Região como a região mais pobre da Europa.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

E quero dizer-lhe o seguinte: os dados desmentem V. Exa. Olhe para os índices de atividade económica, apesar de uma conjuntura... Diz V. Exa., que não quer saber da guerra. Diz V. Exa. que não quer saber da inflação. Diz V. Exa. que não quer saber dos problemas nos mercados de energia e do combustível. Não quer saber das subidas. Não quer saber das dificuldades de abastecimento de matérias-primas. Diz V. Exa. que não quer saber de nada disso. Mas, apesar disso e apesar destas circunstâncias, os Açores somam 24 meses consecutivos a subir do ponto de vista dos índices de atividade económica, ou seja, sempre com resultados positivos!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Como é que é possível? Se o quadro de desastre fosse real, Sr. Deputado, como é que os índices de atividade económica são tão positivos?

Sr. Deputado, diga-me uma coisa: e o desemprego? V. Exa. não fala no desemprego. Qual é o principal objetivo das políticas públicas? Está em qualquer manual de economia. Criar emprego! Pois bem, nós, do ponto de vista da criação de emprego, criámos o maior número de empregados da história dos Açores!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Este é o principal objetivo das políticas de investimento público. E V. Exa. tem aqui o resultado.

E se as perspetivas fossem tão más como V. Exa. apontou, porque é que a União Europeia prevê um crescimento de 7%, que nos coloca com a região europeia a crescer mais neste momento e a projetar nos próximos anos um crescimento explosivo dos Açores, que nos vai retirar finalmente da cauda da Europa?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Não somos nós que o dizemos, é a União Europeia que projeta esse cenário.

E, Sr. Deputado, porque é que, como ex-Presidente do Governo, não fala nessa projeção, nessa perspetiva da União Europeia, deste crescimento tão rápido e tão significativo que nos irá retirar finalmente da lista das regiões mais pobres da Europa e que nos coloca a crescer tão rápido? Sabe porque é que crescemos tão rápido? Porque as políticas são eficazes, Sr. Deputado. Sabe porque é que

crecemos tão rápido? Porque baixamos os impostos. E V. Exa. não queria. Sabe porque é que crescemos tão rápido? Porque, em relação aos fundos europeus, a Dra. Alexandra Bragança dizia: bom, este Governo tem uma perspetiva cuidadosa, de análise cuidadosa das questões.

Nós não cometemos os erros que V. Exa. cometeu e que custaram tanto aos Açores, como foi, por exemplo, na SATA. E o que isso significou do ponto de vista das responsabilidades que a Região depois teve que absorver.

Porque V. Exa., as suas políticas, aquela perspetiva de lançar dinheiro para os problemas... Estudos, dizia o Bloco, para quê mais estudos? Não, não se estuda, reage-se, olha-se para o problema. Temos aqui a solução, pronto. E essa desorganização, essa anarquia, essa forma de governar não funciona. E, portanto, nós estudamos, nós preparamos.

E, como dizia a Dra. Alexandra Bragança, não está em causa a concretização do PRR. Não está em causa. O que o Governo está a fazer é a analisar com cuidado estas questões. E diz ela que estão criadas as condições para que o PRR se possa concretizar. Mas não se vai concretizar à balda. Não se vai concretizar sem preparação. Não se vai concretizar sem planificação. Não se vai concretizar como era no vosso tempo, que teve o resultado que teve, Sr. Deputado Vasco Cordeiro. E quero-lhe dizer, finalmente, que eu apoio este Governo.

Aliás, Sr. Deputado, há um dado que foi aqui transmitido, é que o grau de execução do plano até maio é o mais alto dos últimos 10 anos.

**Deputado António Lima (BE):** Onde é que ele está?

**O Orador:** É o mais alto dos últimos 10 anos, o que demonstra, mais uma vez, que estamos a fazer melhor do que V. Exa. alguma vez fez.

Mas o que vos quero dizer é que apoio este Governo, com a convicção de saber que estamos a crescer, com a convicção de saber que os outros sabem que vamos crescer, com a convicção de que V. Exa. quer chegar rapidamente ao poder porque sabe que nós preparámos a base para um crescimento explosivo, que a União

Europeia antevê para a Região Autónoma dos Açores. Por isso é que V. Exa. está desesperado para regressar ao Governo.

**Deputado José Ávila (PS):** Vamos ver!

**O Orador:** Mas vou-lhe dizer uma coisa: os açorianos não querem que o senhor regresse ao Governo, porque, se alguma vez o Partido Socialista regressasse ao Governo, todo este panorama de grande crescimento, de uma atividade económica explosiva que se prevê para os próximos anos, ...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... tudo isso iria desaparecer e iria ser destruído, como foi nos 24 anos em que V. Exa. e o seu partido tiveram a responsabilidade de governar os Açores.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito bem, Sr. Deputado!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**(\*) Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, apenas para informar a Mesa que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fará chegar à Mesa os dados do Instituto Nacional de Estatística relativos ao inquérito às condições de vida e rendimento, que demonstram que, se até 2020 os Açores deixaram de ser a Região mais pobre do país, a partir de 2020 voltaram a ser a Região mais pobre do país.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu não iria intervir novamente, mas o Sr. Deputado do IL obrigou-me. Eu tenho que agarrar, obviamente, as palavras do “Ronaldo das Finanças”, o Sr. Governador do Banco de Portugal. E o que o Sr. Deputado do IL disse é uma inverdade. Obviamente, quer colar alguma citação da parte do Sr. Governador do Banco de Portugal para justificar a estratégia do endividamento zero para a Região, mas é totalmente errado. Não consegue fazer essa colagem porque não foi o que o Centeno disse, pelo contrário.

Eu quero relembrar que, desde o orçamento regional, neste caso a discussão do orçamento regional de 2023, o PAN, apesar de votar favoravelmente – e que o Governo não precisava sequer da votação do PAN, nós achamos à partida que tinha que ser maturidade política para o ano de 2023 –, dissemos que o endividamento zero seria uma má estratégia para o Governo.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Então o senhor vota contra!

**O Orador:** E precisamos de um endividamento, obviamente, com uma gestão criteriosa, concordo, com muito cuidado, mas não uma gestão que seja castradora, uma castração por parte do IL, que obrigou o Governo a que houvesse um endividamento zero para a Região, numa altura, num ano tão importante como o ano de 2023. E que não vou enumerar todas essas justificações.

Disse isso na altura do orçamento regional. Disse isso mais vezes em várias publicações, tanto na comunicação social, como também neste Parlamento. Aliás, até o Sr. Deputado do IL disse que eu não percebo nada de finanças. Mas ainda bem que o “Ronaldo das Finanças” dá-me razão. Porque nós precisamos,

obviamente, de uma gestão criteriosa de endividamento, mas precisamos, obviamente, de ter investimento.

E se, à partida, queremos ter uma dívida zero, não conseguimos investir da mesma forma para aproveitar o PRR. Isso é dito pelo Centeno. E eu sei que, à partida, a credibilidade económica do Pedro Neves, do PAN, não é a mesma do Centeno, mas ainda bem que o Sr. Governador do Banco de Portugal dá-me razão relativamente a isso.

E sobre outra coisa, eu tenho que fazer uma graça, sobre o grupo de trabalho interdepartamental novo, que saiu no Jornal Oficial, com a sigla GTI, só espero que autocolante do GTI... Pensam que só com o autocolante a gente vai ser mais rápidos na taxa de execução para os fundos europeus. Eu só espero é que se dê muito ao trabalho, porque a gente precisa de dar corda aos sapatos relativamente à taxa de execução.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional. Faça favor.

**(\*) Presidente do Governo Regional dos Açores (José Manuel Bolieiro):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um debate sobre investimento público é, para mim, para este Governo, uma oportunidade de definição e reflexão estratégica. O investimento público deve ser estratégico para fazer desenvolver um território, uma economia e, sobretudo, um povo.

Quero deixar, por isso, de forma clara, que o investimento estratégico deste Governo tem em conta, desde logo, a valorização das pessoas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E, sim, nós apostamos num investimento público estratégico pelo valor das pessoas, a sua qualificação, o seu cuidado, no acesso à sua saúde e ao

tratamento da sua doença, ...

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** ... à coesão territorial, à autonomia da subvenção pública, quer de empresas, quer das pessoas e famílias. Este é investimento público estratégico.

O que eu noto, com pesar, é que, muitas vezes, o debate político nos Açores sobre investimento público estratégico tem a ver com betão e com cimento.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ora aí está!

**O Orador:** E isso é revelador de uma atitude. É, sobretudo, um exercício venezuelano, quiçá, na preocupação do Bloco de Esquerda.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ah!

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Não é esta a visão deste Governo e desta maioria.

Sim, nós apostámos mais de 24 milhões em relação ao investimento estratégico, nas pessoas, na saúde, na educação, na qualificação profissional.

**Deputado Paulo Gomes (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Sim, nós investimos estrategicamente na economia, é verdade, pela redução fiscal, pela acessibilidade e a coesão territorial entre todas as ilhas dos Açores e para todos os açorianos residentes.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É deste investimento público estratégico que eu me orgulho. É deste investimento público estratégico que os Açores e o seu futuro bem precisam.

Olhando, devo dizer, com espanto, mas até com compreensão, de facto, diriam os italianos, e eu direi em português: a perda do poder faz o engano, *trovato l'inganno*, por parte do Partido Socialista e por parte do Sr. Presidente do Partido Socialista.

Pois, sim, é verdade, subscrevo a visão do Sr. Deputado do PAN, recorrendo ao Professor Mário Centeno, que, concordando ou discordando de determinadas posições que possa ter tido no passado, é uma referência, ainda para mais agora, de maior objetividade como Governador do Banco de Portugal. Pois bem, ele fez referência ao bom caminho da economia dos Açores e às boas políticas públicas de investimento estratégico dos Açores.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** A Comissão Europeia faz este reconhecimento. O indicador da atividade económica aponta 24 meses consecutivos de crescimento na economia dos Açores. Estes dados, para mim, que têm, sobretudo, a marca de objetividade, são uma referência.

Olho com espanto a intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o mesmo que, catastroficamente, fez aqui a referência ao seu entendimento da evolução das políticas públicas desta governação, foi quem disse que era contra e um descalabro a redução fiscal, ...

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** ... que era contra, impossível e ilegal a Tarifa Açores.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Que credibilidade tem, pois, um político, um antigo governante, para dizer hoje o que já no passado disse e, redondamente, foi desmentido pela realidade?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Sr. Deputado, a sua catastrófica visão, felizmente, não passa de uma subjetividade para denegrir o que não pode ser denegrido, porque está baseado em factos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E se isso é uma vantagem comparativa de governações, me conforta e me descansa? Não. Continuaremos aqui para fazer mais e melhor. E, sobretudo, confiantes no que diga respeito à análise e avaliação de entidades como o Governador do Banco de Portugal ou a Comissão Europeia. Esses, sim, têm credibilidade.

Sr. Presidente, permita-me que não termine sem antes fazer uma referência e uma resposta direta ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, António Lima, relativa à Ribeira Quente.

Pois, muito bem, quero deixar uma palavra de solidariedade a todas as populações nos Açores, em todas as ilhas, em todos os municípios, em todas as freguesias que estão sujeitas às intempéries e, com isso, ao risco de vida até, mas em particular para os ribeiraquentenses a minha solidariedade e, sobretudo, a palavra de confiança de que, sim, este Governo, já sob, aliás, a presença e liderança da Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, no local, garantiu que o que faríamos era uma aposta, desde já, na extensão daquele semi-túnel, para garantir não só a qualidade e a segurança, como até corrigir o erro de projeto que

o Governo anterior projetou para ali, porque onde houve o deslizamento de massas foi exatamente mais à frente.

**Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E por isso, sim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, como diz o povo, depois das sopas não faltam colheres.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Não faltam lapas!

**O Orador:** Nós estamos a fazer bem. Hoje, o senhor vem falar sobre o que não foi capaz de fazer, mas nós estamos a fazê-lo. E quero, por isso, tranquilizar com um estudo para a alternativa, mas, sobretudo, com a decisão, aqui confirmada pelo Presidente do Governo, de avançarmos pela extensão daquele semi-túnel que está a ser construído. E, portanto, para a Ribeira Quente, para os ribeiraquentenses, sobretudo, uma palavra de confiança e não meramente de piedade. Confiança e ação. Estaremos, pois, a fazer o que outros não fizeram.

**Deputado Berto Messias (PS):** O Hospital Digital, por exemplo!

**O Orador:** Foi aqui feita uma referência, também, sobre investimentos na área da saúde, que ficaram sempre proclamados e não foram feitos. Este Governo está a fazer e a comprometer-se. E terei a oportunidade de também sobre eles falar. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Uma interpelação? Pode ser feita depois das 15 horas, não tem problema nenhum. Estão encerrados os nossos trabalhos.

*Eram 13 horas.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

*Eram 15 horas e 05 minutos.*

Estava inscrito, antes do almoço, o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo a ausência do Sr. Presidente do Governo, que fez a sua intervenção e foi embora. Tenho pena, porque teria, naturalmente, e tenho, não vou deixar de o fazer, resposta à sua intervenção.

Em primeiro lugar, e antes de ir à resposta que, naturalmente, merece o Sr. Presidente do Governo e que não pode ficar sem resposta porque respeito a sua intervenção, começo por dizer que o Sr. Deputado Nuno Barata fez uma intervenção muito interessante relativamente ao investimento público e apontou, aliás, como tem feito a coligação, os problemas...

**Deputado Nuno Barata (IL):** Eu não tenho tempo.

**O Orador:** Eu sei que não tem tempo, mas tenho que responder. Apontou os problemas graves que encontra nas escolas por todos esses Açores fora. Nós encontramos esses problemas, Sr. Deputado. O problema é que o senhor diaboliza o investimento público. Não quer sequer recorrer à dívida para fazer e melhorar as condições das escolas que o senhor diz que estão uma desgraça, mas quer que

por milagre as coisas aconteçam. Aprova um orçamento que não prevê nenhuma resolução desses problemas que o senhor aponta e quer que por milagre as coisas aconteçam e os alunos das nossas escolas tenham melhores condições. Sr. Deputado, eu não sei como é que vai consegui-lo, mas não é o liberalismo nem é este orçamento que vai resolver qualquer problema das escolas.

E, já agora, sobre o endividamento zero, eu convido-lhe a ver os relatórios de execução orçamental. Endividamento continua a haver, o problema é que não é à banca, é aos fornecedores. Endividamento continua a existir e não é pouco.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Presidente do Governo, que não está, mas o Governo está representado, eu, em primeiro lugar, gostaria de dizer que não é muito transparente nem muito leal, pela segunda vez em dois meses consecutivos, o Governo vir falar do relatório de execução do plano neste plenário. Duas vezes, o mês passado e este mês. Diz que a taxa de execução é isto, é aquilo, é muito boa, mas ninguém conhece qualquer documento.

**Deputado Carlos Silva (PS):** É a transparência!

**O Orador:** Isso não é leal, não é transparente e não é assim que um Governo, que se diz o Governo arauto da transparência, deve lidar com o Parlamento e com estas questões.

Queremos discutir os números? Sim, senhor, mas toda a gente com os mesmos números. Aliás, já vimos isso com o relatório e contas da SATA, em que é publicada uma nota de imprensa e o relatório só aparece dias depois. Dá jeito para a propaganda. E, mais uma vez, foi isso que se viu.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** Mas o Sr. Presidente do Governo veio falar, imagine-se, da Venezuela. Bem, quando o Presidente do Governo Regional não tem uma palavra a dizer às perguntas, aos desafios e aos problemas levantados sobre a execução de fundos, sobre investimentos que são fundamentais e necessários, a resposta do Presidente do Governo é: Venezuela.

Bem, estejamos conversados sobre o nível a que chegou este Governo. É absolutamente lamentável.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Nem o senhor está convicto disso!

**O Orador:** E este é o Governo que teve negócios... Um membro do seu Governo tinha uma empresa, em que o Governo tinha negócios de ajuste direto com essa mesma empresa, ...

**Deputado José Ávila (PS):** É verdade ou não é?

**O Orador:** ... e esse Governo acha que perguntar sobre investimento público é venezuelano. Olhe, eu digo que um Governo que tem negócios com os seus membros é um Governo digno da Coreia do Norte.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Oh, quem diria!

**O Orador:** Por isso, sobre regimes, está tudo dito. É o nível e o termo de comparação que eu encontro já com este Governo, aliás, o nível do debate que nós assistimos.

Mas o Sr. Presidente do Governo falou também em betão. É curioso que o anúncio final que o Sr. Presidente do Governo fez, exatamente, dizia: nós não queremos betão. Betão, isso é coisa da Venezuela. Uma coisa impressionante. Betão, quem é que fala de betão hoje em dia? E vem o Sr. Presidente do Governo dizer, e bem, que vai fazer um túnel, que é feito de quê? De papel? De palha? Eu julgo e espero que seja de betão.

E ainda bem que fez esse compromisso, porque nós vamos estar, como é óbvio, atentos, porque compromissos desse Governo nós já estamos fartos. Concretização é que não vemos nada. E não é só do betão. Não concretiza o betão e não concretiza a tecnologia do tal Hospital Digital, dos investimentos em equipamentos, em modernização na área digital. E não só, na questão da habitação, que também é betão. Ou querem que as pessoas vivam em casotas de palha? Também é betão.

E o Governo aqui o que tem para nos oferecer são mais 4,3 milhões de euros no

PRR. Porque dizia que 60 era pouco, mas 64 já é muito.

Bem sobre a intervenção do Sr. Presidente do Governo está tudo dito. Reservarei o tempo final para a intervenção final.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora consciente que o Governo Regional não tem tempo, eu gostaria de aproveitar breves segundos para abordar um assunto que me parece particularmente relevante nesta temática.

A Comissão Europeia, dentro em breve, apresentará a sua proposta de revisão do atual Quadro Financeiro Plurianual. Estima-se que durante este ano. O Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Uma das questões que tem sido suscitada nesse âmbito é a questão do risco de divergirem fundos da política de coesão, nomeadamente do FEDER, do FSE, para outras prioridades estabelecidas pela Comissão Europeia.

Desse ponto de vista, eu gostaria de saber e gostaria de alertar, aliás, estou disponível para ceder do pouco tempo que temos, um minuto, nem que seja, ao Governo...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sabe que isso não é regimental.

**O Orador:** Pronto, OK, não é regimental. De qualquer das formas, fica o alerta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não. E nunca foi feito.

**O Orador:** Já foi.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Foi, sim, senhor.

**O Orador:** Qual foi a posição do Governo Regional sobre a questão da revisão do Quadro Financeiro Plurianual? A quem é que a transmitiu? E, sobretudo, em

que áreas foi colocada a ênfase quanto à defesa das verbas que, neste momento, a Região tem ao abrigo da política de coesão, nomeadamente nos fundos FEDER e FSE?

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Berto Messias (PS):** O Sr. Deputado Paulo Estêvão, como líder parlamentar da coligação, não responde?

**Presidente:** Sra. Deputada Alexandra Manes, faça favor.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos estado aqui numa discussão acerca do investimento. No entanto, é importante registar um dado aqui bastante importante, é que já se percebeu que a cultura foi subestimada, foi relegada para segundo plano por este Governo. E nota-se bem, até porque de cultura passou para assuntos culturais, não havendo nem assuntos agrícolas, nem assuntos do mar, nem assuntos de outra coisa qualquer. É só assuntos culturais. E é importante registar esse momento porque dá um sinal positivo a esta Casa. É que há pessoas que acompanham estes trabalhos e, ainda na parte da manhã, no decorrer do debate, recebi um e-mail que dava conta de um agente cultural, pertencente a uma associação, que está ainda a aguardar verbas de 2022. Portanto, uma candidatura que foi aprovada em 2022, que já saiu para fora e que até agora não tiveram o seu pagamento.

E para colocar a cultura cá fora e seguir com os planos da cultura e com o projeto da cultura já aprovado, o que é que aconteceu? Teve que investir do seu próprio

dinheiro. As pessoas, os intervenientes nesse projeto tiveram que pagar a sua viagem.

Sras. e Srs. Deputados, isto demonstra bem a vossa posição em relação ao investimento na cultura. É a falta de pagamentos, a falta de aprovação de candidaturas e atrasado.

E todos os dias ou todas as semanas, nos jornais: para a semana vamos ter novidades, para a semana vamos ter novidades... E as novidades não chegam. E se a gente quer produzir cultura e se as pessoas querem colocar cultura cá fora, têm que ser as próprias pessoas a investir.

Muito obrigada.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Isto não é a Venezuela!

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tivemos, hoje, um debate bastante elucidativo sobre aquelas que têm sido as prioridades da atual legislatura, em função das necessidades que os Açores têm e tinham de mudar de rumo, daquele que tinha sido o rumo socialista a que nos tinha trazido o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista.

E não deixa de ser curioso, interessante e elucidativo também que, feito o debate e tendo o Governo prestado os esclarecimentos que foram colocados por todas as bancadas, ...

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E a cultura?

**O Orador:** ... tendo o Governo feito um bom uso da sua oportunidade de explicar aos açorianos as prioridades que têm sido seguidas esta legislatura por vontade da maioria deste Parlamento em prosseguir um rumo diferente daquele a que tínhamos sido trazidos pelo Partido Socialista, não deixa de ser elucidativo, dizia

eu, que tenhamos chegado ao fim do debate, já quando o Governo esgotou o seu tempo e prestou todos os esclarecimentos, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Quais esclarecimentos?

**O Orador:** ... nos poucos minutos que restavam e que restam ainda o Partido Socialista e ao Bloco de Esquerda, tragam a insistência em questões que foram suficientemente debatidas. E se não foram, foi porque V. Exas. não geriram em termos corretos a opção de fazer o debate, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Nós?!

**O Orador:** ... porque não as colocaram quando tínhamos efetivamente tempo para o debater.

E, nesse sentido, fez todo o sentido também a interpelação inicial do Sr. Deputado António Vasco Viveiros sobre aquilo que estávamos a debater com urgência neste Parlamento, trazido este debate de urgência pelo Bloco de Esquerda.

Apesar do Sr. Deputado... ah, já voltou à sala. Queria eu dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, no tempo ainda que nos resta, que V. Exa., também, para além do debate ter sido elucidativo da posição diferente que cada um assume em termos da governação e dos resultados, sobretudo da mesma, queria eu dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que perdeu a oportunidade, por exemplo, quando V. Exa. se refere a este Governo ter investimento insípido, penso, não sei se foi essa a expressão, mas foi esse, certamente, aquele o entendimento que passou da sua afirmação, quando em valores absolutos nós tivemos, em 2019, com o Governo do Dr. Vasco Cordeiro, sem pandemias, sem guerras, sem inflações exageradas, um investimento absoluto de 420 milhões de euros, público, e em 2022, já depois de todas as circunstâncias que atenderam às necessidades também de fazer frente aos problemas que nos têm afetado, nós tivemos 517 milhões de euros, ou seja, praticamente mais 100 milhões de euros do que o último ano do Partido Socialista sem pandemias e sem problemas, em termos absolutos, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Isso está meio difícil!

**O Orador:** ... é bom nós percebermos que, realmente, há uma narrativa do Partido Socialista e do Deputado Vasco Cordeiro que é absolutamente contrária àquela que tem sido a realidade, que ficou bem expressa neste debate.

Quando o Deputado Vasco Cordeiro nos pede ou nos diz que estamos a mandar às malvas, e a expressão é dele, 140 milhões de euros que devolvemos aos açorianos por via da redução fiscal no IVA, ...

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não era até ao final do ano?

**O Orador:** ... no IRS e no IRC, quando isso é, para o Deputado Vasco Cordeiro, mandar às malvas o dinheiro dos açorianos, eu pergunto, por exemplo, quando tivemos que devolver 2 milhões de euros de fundos comunitários na agricultura, se isso foi mandar às malvas o dinheiro dos açorianos. Quando o dinheiro dos açorianos tem que pagar 40 milhões de euros do “Cachalote”, se isso é mandar às malvas o dinheiro dos açorianos. Ou quando deixamos uma herança superior a 3 mil milhões de euros de encargos futuros, se isso é mandar às malvas, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o dinheiro dos açorianos.

Eu penso, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Partido Socialista e açorianos, que ficou bem claro o que nos distingue no momento presente em termos dos objetivos futuros que queremos para os Açores, daquilo que era o passado socialista de cobrança de impostos e de grande intenção fiscal em cobrar, em meter ao bolso do Governo o dinheiro dos açorianos, e aquilo que era efetivamente gastar bem o dinheiro dos açorianos.

Queria, mesmo para terminar, porque, certamente, se o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista ainda entenderem fazer mais perguntas que não podem ter resposta, nós queremos lembrar aquilo que tem sido o percurso que nós temos desenvolvido até hoje. Queria, para terminar, reforçar aquela que foi a ideia principal, que também o Sr. Presidente do Governo fez questão de salientar relativamente ao percurso que tem sido desenvolvido em termos dos dinheiros que este Governo gasta dos açorianos, a aposta nas pessoas, na qualificação.

**Deputado Carlos Silva (PS):** A taxa de execução é uma desgraça!

**O Orador:** O Partido Socialista acha que a aposta nas pessoas é dinheiro mal investido.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Mas isso não chega às pessoas, Sr. Deputado!

**O Orador:** Pois, nós achamos que resolver o problema dos professores dos Açores é dinheiro bem investido, é investir no futuro dos açorianos, é investir na educação.

E nós achamos também que reduzir os impostos e colocar o dinheiro ao serviço da economia é dinheiro bem investido, é dinheiro no futuro e é dinheiro que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e o Partido Socialista não queriam devolver aos açorianos.

E, portanto, nós esperávamos que o Partido Socialista tivesse tido a oportunidade de esclarecer neste debate como é que chegou àquela conta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dos 400 milhões de euros. Já foi aqui suficientemente explicado os 117 milhões de euros, que não os perdemos. Que os 140 milhões de euros estão na economia dos Açores, nas mãos dos açorianos. E que aquelas verbas que V. Exa. atira para o ar e que ninguém consegue encontrar, eu pergunto se são iguais a mandar às malvas aqueles milhões de euros que os açorianos perderam em máscaras, em dinheiro devolvido em fundos comunitários ou em “Cachalotes”, que, em vez de voarem, ficaram parados e foram desmantelados.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** É para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra para uma interpelação. Faça favor.

(\*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sim, senhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente da Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai fazer chegar à Mesa da Assembleia o relatório periódico de monitorização trimestral do primeiro trimestre de 2023 do PRR, que na sua página 5, no terceiro parágrafo, refere que a qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida, que é uma das metas do PRR e um dos investimentos previstos no PRR, continua sem se saber qual é que é o ponto de situação do mesmo.

E mais, acresce que, depois dos dados que são disponibilizados, que também faremos chegar à Mesa, a propósito da sua execução financeira, é de zero. E eu queria reforçar esta ideia porque já aqui, por várias vezes...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Reforçar a ideia ou entregar os documentos?

**Presidente:** Sra. Deputada, está a fazer uma interpelação.

**A Oradora:** Sim, sim. E queria fazer chegar à Mesa esta informação, porque esta informação contraria aquilo que foi afirmado já pelo Sr. Presidente do Governo e, agora, pelo líder da bancada do PSD, em que há uma aposta nas pessoas e na qualificação das pessoas. E o que é possível, Sr. Presidente da Assembleia, constatar é que, pela execução do PRR e pelo relatório trimestral do CESA, ...

**Presidente:** Sra. Deputada, daqui a pouco não é preciso entregar os documentos.

**A Oradora:** ... não há qualquer execução a nível de qualificação.

Vou, sim, senhor, fazer chegar à Mesa dos documentos, ...

**Presidente:** Obrigado.

**A Oradora:** ... conforme dei indicação.

Obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

**(\*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dirijo-me a si, Sr. Presidente, para pedir desculpas à câmara. As críticas e as queixas que foram feitas em relação ao relatório do plano do primeiro trimestre não estar disponível tinham razão de ser. Houve um erro dos serviços. Na altura que foi para ser colocado no site, houve um esquecimento e não foi. E, portanto, eu peço desculpas à câmara. A minha intenção em revelar os dados de abril e de maio era complementar os que já deviam estar. E espero que não se repita.

Muito obrigado.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E a cultura?

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Lima para encerrar o debate.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pequena referência, Sr. Secretário Regional das Finanças. Agradeço a explicação que deu à câmara. Como é evidente, registamos. E, naturalmente, aquilo que deve acontecer e que tenho a certeza que acontecerá no futuro é a publicação atempada desses mesmos relatórios de execução.

Este debate, não posso deixar de dizer, teve muitos méritos. Em primeiro lugar, um mérito essencial, porque que estas matérias devem ter o devido debate e o devido aprofundamento neste plenário. E o Bloco de Esquerda tem-no feito, tem promovido debates mais específicos ou mais gerais, mas sempre com o propósito

de fiscalização da atividade do Governo, de questionamento sobre as opções políticas e também, como não pode deixar de ser por parte de um partido político, de apresentação de soluções e alternativas.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Quais?

**O Orador:** E isso tem de ser, naturalmente, valorizado.

E o Bloco de Esquerda cumpre o seu papel, como partido da oposição, em promover, questionar e apresentar essas mesmas soluções e alternativas.

Neste debate também ficou claro que faltam respostas aos problemas que a Região tem. Faltam respostas por parte do Governo, que tem dificuldade em resolver alguns problemas e que para outros tem nenhuma solução. Não tem soluções, não tem alternativas, tem as mesmas políticas que já vinham de trás ou então novas e erradas.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** E as suas é um poço sem fundo!

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

E nem aquilo a que se propõe fazer, como são, por exemplo, os planos de execução do orçamento, do plano de investimentos ou do PRR, que é o caso mais gritante e paradigmático. Não executa o betão, não executa a tecnologia, não executa a formação nas pessoas, que diz ser a sua prioridade, mas nem isso faz. Ou seja, no que diz respeito à execução do investimento público, que o Governo se propõe a fazer, este é um Governo efetivamente perdido. E o que acontece nos Açores não acontece graças ao Governo, acontece apesar deste Governo.

Disse.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Mas alguém acredita nisso?

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está assim encerrado este debate de urgência.

Vamos dar continuidade à nossa agenda. Ontem, encerramos os nossos trabalhos com as votações do ponto 4. Vamos dar continuidade a essa votação.

Estávamos a votar o artigo 5.º do diploma. A última proposta de alteração que tínhamos votado era em relação à alínea d).

Vamos então votar a proposta de aditamento, apresentada pelo IL, da alínea e) do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

**Presidente:** Existem agora três propostas de aditamento de uma alínea f), g) e h), apresentadas pelo IL. Pergunto à câmara... Não posso.

Vamos votar a proposta de aditamento da alínea f), apresentada pelo IL, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento da alínea g), apresentada pelo IL, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

**Presidente:** Vamos agora votar a proposta de aditamento da alínea h), proposta

pela Iniciativa Liberal, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada, com 24 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos de abstenção do BE.

**Presidente:** Está à votação a proposta de alteração, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao n.º 3 do artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Está à votação a proposta de aditamento do n.º 4, apresentada pela Iniciativa Liberal, ao artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta de aditamento foi aprovada, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado independente; e 1 voto de abstenção do PAN.

**Presidente:** A proposta de aditamento do n.º 4 apresentada pelo PAN está prejudicada.

E pergunto à câmara se posso votar em conjunto os artigos 6.º, 7.º e 8.º. Estão à votação os artigos 6.º, 7.º e 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 85/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

**Presidente:** Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 6...

Sra. Deputada Sabrina Furtado, para uma declaração de voto, faz favor, tem a palavra.

(\*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é um dia histórico nos Açores em matéria de transparência da despesa pública na nossa Região. Com a aprovação desta iniciativa, os açorianos passam a ter à sua disposição mais uma ferramenta de escrutínio às nomeações feitas pelo Governo Regional.

O Portal da Transparência constitui mais um avanço democrático, a juntar a muitos outros que têm ocorrido no sistema político dos Açores desde novembro de 2020.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**A Oradora:** O fortalecimento da democracia passa pela existência de cidadãos cada vez mais informados, o que os torna mais exigentes e o que garante sempre uma melhor governação.

O Portal da Transparência é mais um passo no fortalecimento da democracia açoriana. Ficou provada a nossa coerência política. Quer na oposição, quer no Governo, o PSD/Açores, agora acompanhado pelo CDS-PP e pelo PPM, é e foi sempre defensor da transparência. Não mudamos de opinião, como outros.

A aprovação desta iniciativa garante um presente e um futuro com mais transparência na própria atividade política. A aprovação desta iniciativa é um

corde com um passado de opacidade. E quem sai a ganhar são sempre os açorianos. Obrigada.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, alertaram-me que nós não votamos o artigo 5.º com as alterações que introduzimos. E vamos fazer essa votação. Portanto, houve um conjunto de alterações que nós votamos, umas foram aprovadas, outras não, mas coloco à votação o artigo 5.º do diploma com as alterações que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretário:** O artigo 5.º foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasco Costa.

**(\*) Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não é para fazer declaração de voto, mas sim para protestar juntar a declaração de voto por escrito, que, depois, em tempo, será distribuída a todos os Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Deputado independente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Sim, senhor. Obrigado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Pedro Pinto.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mantivemos a nossa coerência política. No passado, na oposição, considerávamos importante a criação de um Portal da Transparência que concentrasse toda a informação relevante e pública sobre as nomeações dos Membros do Governo para os seus gabinetes. Agora, no Governo dos Açores, mantemos essa coerência, continuamos a considerar importante a criação do Portal da Transparência e apresentámos a proposta que acabou de ser aprovada por unanimidade.

Maior transparência contribui para o combate aos riscos de corrupção.

É vontade dos partidos desta coligação criar mecanismos de escrutínio e de maior transparência entre a administração pública e os cidadãos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Uma coisa que vai ficar na história dos Açores. Foram os partidos da coligação, o PSD, o CDS e o PPM, que trouxeram mais transparência para a política açoriana com a criação do Portal da Transparência, numa atitude de total coerência com aquilo que defendíamos no passado, na oposição.

Muito obrigado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está ligado. Muito obrigado, Sr. Deputado. Mas tenho a certeza de que a firmeza da convicção estava a permitir que todos os deputados ouvissem aquilo que eu

estava a dizer.

Com toda a convicção, o que eu quero aqui dizer é que esta legislatura é uma legislatura de mudança muito significativa. É uma legislatura em que os mecanismos de fiscalização têm vindo a melhorar muito significativamente.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** E veja-se bem, é o conjunto de partidos que estão no poder que estão a aumentar a exigência e também que estão a aumentar os mecanismos de fiscalização do Governo.

Veja-se, logo no início da legislatura, o facto de este Governo se ter atrevido com algo que todos diziam, quando exerciam funções governativas, que não era possível, que era responder aos requerimentos, não em 60 dias, mas em 30 dias, o que melhora a capacidade de fiscalização deste Parlamento em relação ao Governo Regional. Era impossível. E este Governo demonstrou, esta maioria demonstrou que é possível.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** E é desejável!

**O Orador:** Mais do que isso, com este Portal da Transparência, que antes foi impossível, que era impossível também fazê-lo por diversos motivos, principalmente por motivos políticos, é esta própria maioria que aqui propõe um mecanismo que permite aumentar a fiscalização e, mais do que isso, tornar toda esta informação muito mais acessível à cidadania. É indesmentível que a torna muito mais acessível.

Outros, noutros momentos, tiveram medo que esta informação estivesse disponível. Esta maioria, tendo em conta aquele que é o nosso propósito de introduzir transparência na vida pública, teve a coragem de propor aqui mais um mecanismo que reforça a transparência, reforça a fiscalização por parte da sociedade em relação à ação política do Governo.

E é nesta senda de mudanças, que são mudanças fundamentais e que justificaram o voto que foi feito em 2020, um voto de mudança, nós estamos a corresponder

aqui à mudança e às expectativas que a população tem.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** A partir deste momento, a cidadania fica com mais um instrumento em que poderá verificar, de facto, todo o conjunto de informações relacionadas com as nomeações políticas. Isto é muito importante. Isto era algo que não acontecia e que passou a acontecer por vontade deste Parlamento e por iniciativa desta maioria.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Furtado.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Conforme disse ontem, ficou aqui demonstrada a vontade do povo, a vontade do povo que entendeu que a pluralidade deste Parlamento fosse por si só um ato de fiscalização à atividade governativa. Traduzir-se, através deste diploma, também, a vontade do povo ao proporcionar, agora, mais esse modelo de escrutínio à governação, aos atos de governação e às nomeações públicas. É importante realçar estes momentos, porque são estes momentos que também contribuem para que no futuro haja mais participação eleitoral nos atos eleitorais que existirão daqui por diante, porque essa transparência e esse acesso à informação são elementos extremamente importantes para que a democracia funcione.

No entanto, queria também deixar aqui um alerta. Há pouco, o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou da resposta em 30 dias dos requerimentos, que o Governo tem respondido em 30 dias. Eu acho que essa informação e a celeridade dessas

respostas é importante. Mas também queria deixar aqui um alerta: o uso abusivo de requerimentos ao Governo a pedir informação, para, a partir daí, ser uma arma de arremesso às notas de imprensa, é também um elemento que pode obstaculizar a governação e a ligeireza dos atos de governação.

Portanto, eu entendo que os requerimentos ao Governo são importantes, há informação que é importante. Agora, quando utilizada como arma de arremesso para notas de imprensa, é efetivamente um ato que atropela a ligeireza da governação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto. Penso que não.

Vamos, agora, sim, então, avançar para o ponto 6 da nossa agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – “Aprova o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+ (PEPGRA 20+)”**, apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para a sua apresentação. Faz favor.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A política de gestão de resíduos configura uma área de atuação absolutamente fundamental para o funcionamento e para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, devendo constituir-se como uma mais-valia em domínios essenciais para a qualidade de vida dos cidadãos e para a competitividade das atividades económicas.

No entanto, representa também um enorme desafio, especialmente complexo numa realidade arquipelágica e ultraperiférica como a da Região Autónoma dos Açores, exigindo, como tal, uma estratégia robusta e bem definida, alicerçada nos princípios da sustentabilidade e da economia circular e em respeito pela hierarquia

da gestão de resíduos.

É precisamente nesse contexto que a prevenção e gestão de resíduos materializam um dos eixos estratégicos que sustenta um pilar fundamental do programa do XIII Governo Regional dos Açores, que é o desenvolvimento sustentável da Região. Nesse sentido, hoje damos cumprimento a mais um compromisso assumido no âmbito do Programa de Governo para esta Legislatura, ao apresentar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, que visa aprovar o novo Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, o PEPGRA 20+.

Com a apresentação do PEPGRA 20+, propomos, assim, rever o PEPGRA, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, contemplando alterações resultantes de aspetos identificados nas avaliações intercalares, promovendo a adaptação às atuais condições económicas, sociais e ambientais da Região e conformando a legislação regional com o atual quadro normativo da União Europeia, no domínio da prevenção e gestão dos resíduos.

De acordo com o disposto no PEPGRA, a presente revisão deveria ter sido desencadeada em março de 2020, o que não se verificou. Assim sendo, um dos principais e primeiros desideratos da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas foi o de desencadear este processo de revisão, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 61/2021, de 23 de março, com o objetivo de concretizar um novo âmbito da estratégia de gestão de resíduos na Região, assente numa estrutura moderna e num quadro normativo ambicioso.

Sras. e Srs. Deputados:

No decorrer da atual Legislatura, o Governo Regional tem feito uma aposta firme na melhoria da gestão de resíduos e no fomento da economia circular, com destaque para projetos relevantes como:

- A “Reestruturação e apetrechamento dos Centros de Processamento de Resíduos das ilhas das Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Santa

Maria, para adaptação ao processo de compostagem da recolha seletiva de orgânicos e produção de composto de qualidade”, num investimento superior a 6 milhões de euros, que compreende a construção de infraestruturas para o efeito e a aquisição de equipamentos, designadamente máquinas giratórias com pinça e balde e trituradores industriais;

- Está também em elaboração o “Roteiro para a Economia Circular Regional”, para adaptação do novo Plano de Ação para a Economia Circular à Região, a concluir até ao final de 2023;
- Destaque ainda para o “projeto-piloto para a criação de um Sistema de Depósito de Embalagens não Reutilizáveis de Bebidas nos Açores”, que permitiu a instalação de 25 máquinas de logística reversa, distribuídas por todos os concelhos da Região, com o objetivo de aumentar os quantitativos de recolha seletiva de resíduos de embalagens, de fomentar a economia circular, bem como de incutir na população melhores hábitos de separação e encaminhamento dos resíduos para reciclagem;

Em menos de um ano, este projeto permitiu recolher mais de 7 milhões de embalagens de vidro, plástico e metal na Região. Como tal, dado o impacto e o sucesso deste projeto, o Governo Regional dos Açores decidiu assumir o seu prolongamento até ao final do ano de 2023.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Ao nível legislativo, em 2022, para além da aprovação, neste Parlamento, do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março, que estabeleceu medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e para a promoção da reutilização e reciclagem, estão em curso também as revisões do Regime Geral de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores e do diploma que aprova as normas que regulamentam a gestão de fluxos específicos de resíduos na Região, a concluir, em ambos os casos, até ao final do presente ano.

Evidentemente, as referidas iniciativas legislativas foram promovidas em consonância e de modo articulado com os objetivos estabelecidos no PEPGRA 20+, cuja proposta hoje apresentamos neste Parlamento.

Sras. e Srs. Deputados:

O PEPGRA 20+ estabelece a visão, os objetivos, as áreas estratégicas, as metas globais e específicas e as medidas a implementar no quadro da gestão dos resíduos urbanos e não urbanos no arquipélago, bem como a estratégia que suporta a sua execução, com horizonte de planeamento até 2035.

O PEPGRA 20+ pretende ser um instrumento de planeamento da política de prevenção e gestão de resíduos na Região, apostando numa mudança do paradigma, que promova a transição para um modelo de economia circular, permitindo assim dissociar o crescimento económico da utilização de recursos.

Na definição da estratégia, foram consideradas as particularidades da Região, que se caracterizam por estrangimentos em termos de criação de economias de escala, cooperação inter-regional, condicionantes resultantes de uma maior atividade turística, dispersão geográfica da população, multiplicação de infraestruturas, logística de transportes e a discrepância entre ilhas, que, de uma forma geral, dificultam e oneram a gestão de resíduos na Região.

Assim, o PEPGRA 20+ vem reforçar a ordem de prioridades estabelecida na hierarquia de gestão de resíduos, primando pelo desenvolvimento de novos e reforçados eixos de atuação, alinhados com os desafios estratégicos assumidos pela União Europeia, designadamente, a Prevenção da Produção, a Recolha Seletiva de Biorresíduos, a Recolha Seletiva de Têxteis, o Combate ao Desperdício Alimentar, a Recolha Seletiva de Resíduos Perigosos Domésticos, a Meta de Preparação para a Reutilização e Reciclagem de Resíduos Urbanos e a Meta de Deposição de Resíduos Urbanos em Aterro.

Neste contexto, são apresentados três objetivos estratégicos: prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente; promover a gestão integrada e

sustentável dos resíduos; e promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.

Foram ainda definidas quatro Áreas Estratégicas de atuação, que assentam na Prevenção da produção e da perigosidade de resíduos, na Promoção para a correta gestão e circularidade de resíduos urbanos, bem como de não urbanos, e ainda na Sustentabilidade técnica, económica e financeira da gestão de resíduos.

De forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e metas definidos no PEPGRA 20+, foram definidas 95 Medidas, identificando as entidades responsáveis e envolvidas na sua implementação, respetivos indicadores de desempenho e prazos de implementação.

Sras. e Srs. Deputados:

O PEPGRA 20+ assenta num modelo dinâmico e adaptativo, que pressupõe a sua melhoria contínua, ficando, por isso, sujeito a um processo de monitorização e avaliação, de forma a aferir o seu grau de implementação.

Considerando que o PEPGRA 20+ possui natureza de programa setorial, promoveu-se um vasto processo de participação pública. Com efeito, no decurso da elaboração do Programa, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas solicitou parecer às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas e às entidades com assento no Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), num total de 129 entidades, em dois momentos distintos.

Uma primeira consulta, desencadeada em junho de 2021, e uma segunda consulta, em simultâneo com o procedimento de consulta pública, que decorreu entre 8 de março e 2 de abril de 2022.

Paralelamente, face à importância que os Municípios têm enquanto entidades gestoras de resíduos, foram promovidas reuniões presenciais para auscultar as dificuldades e visões futuras, no âmbito da prevenção e gestão de resíduos.

De acordo com o disposto na legislação aplicável, o PEPGRA 20+ foi ainda

sujeito a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica, efetuada por uma entidade externa e independente, tendo decorrido simultaneamente com o processo de participação e consulta pública.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De facto, tem-se verificado um trajeto muito positivo em matéria de promoção da qualidade ambiental, com o desenvolvimento de um vasto conjunto de medidas e políticas públicas, por parte do Governo Regional, com envolvimento das populações e com constante aposta na promoção e sensibilização ambiental sobre a gestão de resíduos.

Para este percurso, muito contribuíram também o empenho e os significativos esforços realizados por parte dos Municípios, Juntas de Freguesia, operadores de gestão de resíduos e por todas as entidades com competência nesta matéria. Esta ação concertada e dedicada é determinante para uma adequada gestão de resíduos e para dar continuidade a esta evolução positiva, com vista a atingir os objetivos e as metas previstas no PEPGRA 20+, nomeadamente no que se refere às taxas de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de resíduos em aterro.

Efetivamente, esta dinâmica e conjugação de esforços continuam a gerar resultados positivos, já que os dados provisórios do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos referentes a 2022, que, a breve trecho, após validação, iremos apresentar publicamente, indicam um novo crescimento da reciclagem, de 3,4% em relação a 2021, bem como um aumento de 4,2% na retoma de embalagens, e ainda uma redução de 1,8% na taxa de deposição em aterro.

Estes resultados vêm reforçar ainda mais o empenho do Governo Regional dos Açores nesta matéria fundamental, sugerindo que, com uma adequada implementação do PEPGRA 20+, estamos no caminho certo para a transição para uma economia circular e rumo ao tão desejado desenvolvimento sustentável dos Açores.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.  
Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Podemos passar à votação se não há intervenções...

Sr. Deputado Ricardo Vieira, faça favor.

**Deputado Ricardo Vieira** (*PSD*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PEPGRA 20+ vem dar seguimento às normativas e a continuação de um alinhamento na política de gestão de resíduos da União Europeia.

Nos Açores, e na ótica de uma região sustentável que somos, é imperativo a continuação da persecução destes objetivos.

É, aliás, não só uma questão de uma mera persecução destes mesmos objetivos por uma imposição das diretrizes da União Europeia, é, também, salientar o capital político que o PSD tem nesta pasta.

O PSD desde sempre compreendeu a importância, o relevo e o peso que a preservação do ambiente e as alterações climáticas têm, especificamente aqui nos Açores e que está explanado no programa de governo deste Governo Regional.

É por tudo isto fundamental dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta matéria. E não podemos fazê-lo sem antes dar mérito e crédito às nossas autarquias neste mesmo trabalho, pois são elas que mais diretamente

lidam com esta mesma gestão dos resíduos urbanos.

De salientar também o investimento feito pelo Governo Regional nos centros de processamento de resíduos, já mencionado aqui pelo Sr. Secretário do Ambiente e alterações climáticas, que teve como objetivo reforçar e dotar estes mesmos centros de mais e melhores capacidades e condições.

Não posso terminar esta minha intervenção sem salientar o bom exemplo que é a ilha das Flores, que apresenta, mais uma vez, uma mais que satisfatória taxa de execução da recolha e separação de resíduos.

Estes números são possíveis pelo trabalho das autarquias nesta matéria e, especialmente, pela cada vez maior sensibilização da população florentina nas questões ambientais e na preservação do meio ambiente, fazendo desta mesma população um exemplo que deve ser seguido.

Uma sensibilização para estas questões e uma aposta na prevenção da produção de resíduos tem de ser o nosso desígnio e o caminho que temos de continuar a trilhar.

Obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa aguarda inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

**(\*) Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PEPGRA 20+ é, efetivamente, um documento, no meu entender, de intenções, e de boas intenções, algo que, no meu entender, é um dos problemas maiores da nossa Região enquanto desafio ambiental, que é a gestão dos resíduos produzidos

aqui na Região.

Mas este documento, concretamente na página 34, tem um conjunto de gráficos que me constroem. Constrange-me ver, por exemplo, que, enquanto açoriano, mas enquanto micaelense, a ilha de São Miguel apresente um número de quase 70% de eliminação de resíduos em aterro.

Eu, sinceramente, enquanto micaelense, não me conformo com este número. E não me conformo, porque este número, quando comparado com as outras ilhas que estão aqui mencionadas também nesta página 34, tem uma quantidade de resíduos eliminados em aterro incomparavelmente diferente de todas as outras ilhas. E não conformo porque os açorianos de São Miguel não são o que esses números mostram. Os açorianos de São Miguel são tão preocupados com os resíduos como os de qualquer outra ilha.

Esses gráficos mostram uma realidade, mas mostram-me, acima de tudo, uma realidade que foi, no meu entender, um erro grave do passado, que não pode, aqui, neste momento, ser deixado de ânimo leve, do tipo: o que é passado, é passado. Não, o que se mostra aqui neste gráfico é que, enquanto ainda se eliminem em aterro 70% dos resíduos em São Miguel, estamos a acumular resíduos em células na maior ilha dos Açores, na ilha que produz mais de 50% dos resíduos. E esse passivo ambiental está, dia após dia, a carregar a ilha de São Miguel, a ilha maior. E em cada dia que se passa, ao aumentar esse passivo, aumentará também aquilo que terá que ser no futuro a mineração desses resíduos agora depositados em aterro.

Isto para dizer que, se a solução era ou eventualmente será mais lógica a incineradora em São Miguel, muito tarde vai essa iniciativa. E muito tarde vai porque... Quanto tempo levará a eliminar este passivo, que hoje ainda representa 70% dos resíduos depositados em aterro? Isto foi um erro gravíssimo da gestão de resíduos de outros tempos, que não pode ser aqui deixado em branco.

Enquanto micaelense, fico indignado com o destino dos resíduos que foi dado em

São Miguel durante esses anos. Este foi um péssimo exemplo de gestão de resíduos, algo que as próximas gerações vão pagar. Vamos pagar esse preço durante muito tempo, porque vão ser precisos resíduos que tenham poder energético para, no futuro... Ou seja, em termos práticos, vamos ter que queimar muitos pneus, muita madeira, muita palete, que poderia ser valorizado em material e que vai ter que ser valorizado em forma de energia, para queimar esse passivo ambiental. Isto foi, como já disse, um erro gravíssimo.

E eu tenho vergonha de, enquanto micalense, fazer parte desta realidade dos quase 70% dos resíduos eliminados em aterro. Portanto, isto é um erro grave que não se deve repetir.

E apelo, Sr. Secretário do Ambiente, a que faça tudo o possível para que no seu tempo de Secretário Regional não cometa erros dessa natureza.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu venho a debate neste diploma um pouco para reiterar aquilo que aqui já disse e a reboque da última intervenção do Sr. Deputado Carlos Furtado, porque, na verdade, acho que todos concordarão, a questão da gestão de resíduos, mais do que arranjar soluções, é preciso arranjar forma de prevenir a produção de resíduos. Já aqui se falou a esse respeito há algum tempo. Já aqui deixei esse alerta, concordando com o Sr. Secretário Regional de que é fundamental fazer sensibilização ambiental e sensibilização para a gestão de resíduos também, porque de outra forma nós não chegamos lá, nós não vamos atingir metas, nós não vamos cumprir este programa, nem todos os programas que aqui conseguimos aprovar.

Aliás, este é um daqueles casos em que nós nem podemos fazer propostas de

alteração ao anexo, portanto, a nossa função aqui é quase meramente de dar o sim ou o não a um documento que vem do Governo já preparado. Mas, por melhor que esse anexo fosse, e com o qual não concordo na totalidade, mas, por melhor que esse anexo fosse, se não houver o empenho de todos os cidadãos, de todos aqueles que produzem resíduos, para melhorar a separação dos resíduos, a recolha desses mesmos resíduos, a forma como os depositam nos contentores, não há Governo, não há autarquia, não há uma única pessoa nessa Região que possa dizer: eu tenho aqui a solução, eu vou resolver.

É um facto que no passado isto aconteceu. Não foi fácil. Nós reconhecemo-lo. As autarquias, umas são do PSD, outras são do PS, há uma do CDS, todas elas lidam com o mesmo problema. Em ilhas mais pequenas, com autarquias mais pequenas, talvez seja mais fácil. Em ilhas maiores, em autarquias maiores, com áreas geográficas maiores e com densidade populacional mais elevada, obviamente, tudo isso se torna mais difícil, mais dispendioso e mais incapaz, por isso, do Estado acudir a esse problema.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente este diploma, não sem antes dizer que não concorda na totalidade com o anexo, que não pode fazer alterações. Mas deixar este apelo, um apelo que acho que todos nós devemos fazê-lo de forma séria: alertar as populações, alertar os autarcas, alertar todos nós nas nossas casas, na nossa rua, nas nossas comunidades, nas nossas redes sociais, para a necessidade de haver mais civismo no tratamento dos resíduos e menos produção de resíduos, que isso seria mesmo o ideal.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

O PEPGRA 20+, que o Governo nos traz e que está hoje em debate, vem substituir e atualizar aquele que foi o plano mais massacrado de sempre nos Açores na área do ambiente. Foi massacrado porque foi totalmente incumprido nas metas que estavam previstas. Foi massacrado porque não se avalia também neste plano o que correu mal efetivamente no anterior plano de prevenção e gestão de resíduos nem as opções erradas que foram feitas ao nível da gestão.

Como essa análise, essa crítica e essa correção dos erros não foi feita, como é óbvio, este plano incorre nos mesmos erros. E introduzem-se também novos fatores que serão novos erros, que pagaremos muito caro no futuro.

Este novo plano ou programa, como agora se chama, é ambicioso nas metas de gestão de resíduos, transpondo aquelas que são as metas comunitárias, mas capitula naquela que devia ser a necessidade de prevenção de produção de resíduos, ou seja, na redução necessária na produção de resíduos. Senão, vejamos: no que diz respeito à prevenção, este plano prevê aumentos da produção de resíduos nos Açores, resíduos urbanos, de 3% em 2025, 5% em 2030, 7% em 2035. Números face a 2019. Os números de 2020 são substancialmente inferiores. E em 2021 há um novo crescimento.

E o Governo justifica essa meta, aliás, esse crescimento, melhor dizendo, com, e cito, “o aumento significativo do fluxo turístico e a sua previsão de contínuo crescimento”. Não diz, no entanto, qual é o contributo previsto do fluxo turístico nesse crescimento. Não esclarece, não quantifica. Isto num contexto em que temos, de acordo com aquela que é a estatística disponível, uma redução da população dos Açores nos últimos anos.

E, posto isto, aquilo que esperaríamos era que, no mínimo, este plano não previsse um aumento da produção de resíduos, mas, no mínimo dos mínimos, uma manutenção da produção que tínhamos em 2019. E que já foi superior a 2019 ou que foi superior a esses anos no passado.

Ao contrário do que acontece a nível nacional, o PERSU 20+ prevê uma redução da produção de resíduos per capita em 15%, em 2030. O Governo Regional faz exatamente ao contrário, ou seja, aquilo que o Governo define como meta é um crescimento de cerca de 10% na produção de resíduos nos Açores, ou seja, o “P” de “Prevenção” que está neste plano cai por terra.

O que neste programa se prevê, então, é um aumento da produção de resíduos, contra tudo o que deve ser o objetivo de proteção ambiental, de preservação do planeta e dos recursos, de utilização dos recursos endógenos.

E, em sentido contrário, também há legislação, alguma delas bem recente e já desta legislatura, que tem vindo a ser criada e aprovada e que vai, claramente, e bem, no sentido da redução progressiva da utilização, por exemplo, de produtos descartáveis. No caso do plástico é paradigmático. E esse é um objetivo: reduzir a produção de produtos descartáveis, reduzir a produção de resíduos.

No que diz respeito à gestão, este plano, como já referi, branqueia o falhanço que foi o cumprimento das metas do anterior plano. E com a mesma política que tinha vindo a ser seguida até aqui, quer-nos fazer crer que as metas ainda mais ambiciosas até 2035 serão cumpridas. Não foram cumpridas aquelas até 2020. E vamos cumprir metas ainda mais ambiciosas até 2035. É a quadratura do círculo. O plano branqueia o incumprimento da Declaração de Impacte Ambiental do projeto do Ecoparque de São Miguel, que não cumpriu, efetivamente, aqueles que eram os objetivos firmados na Declaração de Impacte Ambiental. Branqueia o incumprimento das metas de preparação e reciclagem na ilha onde a política de gestão de resíduos se baseou na incineração e que tem números absolutamente desastrosos a esse nível. Onde a incineradora está instalada é onde as taxas de preparação e reciclagem são das piores nos Açores.

A construção de mais uma incineradora nos Açores impedirá, pois, o cumprimento das metas globais de preparação e reciclagem na Região ou, em alternativa, se as metas forem cumpridas, levará à inviabilização financeira dos

projetos em curso, o que já existe e aquele que se está a construir na ilha de São Miguel.

Aliás, é a própria TERAMB, que gere a incineradora da ilha Terceira, a alertar, no parecer que enviou à Assembleia, para a necessidade de considerar, e cito, “as capacidades existentes ao nível dos sistemas de gestão de resíduos de cada ilha e a necessidade de revisão dos valores de contrapartida que assegurem a gestão económica e financeira das operações de valorização”. Trocado por miúdos, se não pagarem mais, a empresa vai ter problemas. E esse problema está claríssimo nos números que este plano prevê. Para bom entendedor meia palavra basta.

Como é óbvio, não é viável económica e financeiramente ter duas incineradoras nos Açores com esta dimensão. Alguém irá pagar o erro, ou pagará o ambiente com o cumprimento das metas de preparação e reciclagem, ou pagarão os cidadãos com o aumento das taxas de resíduos. Das duas, uma. Alguém vai pagar. Se forem cumpridas as metas, efetivamente, que o Governo diz que quer cumprir, alguém terá que pagar para duas incineradoras sobredimensionadas, megalómanas, trabalharem sem lixo para queimar. E alguém terá que pagar esse défice. Não é preciso dizer quem é que vai pagar. Aliás, já o disse.

Este plano reconhece, como apontam os pareceres da Associação ZERO e da Associação Amigos dos Açores, que o projeto de incineração de São Miguel é desnecessário, uma vez que, cumpridas as metas de preparação para reutilização e reciclagem em 2035, serão produzidas anualmente 155 mil toneladas de resíduos urbanos nos Açores, das quais 100 mil serão recicladas e 18 mil irão para aterro, sobrando apenas 37 mil toneladas para incineração, o que é inferior à capacidade da incineradora da ilha Terceira.

Ora, este programa, perante o gritante incumprimento das metas na ilha Terceira, não obriga, por exemplo, como era exigível, a construção de mais uma unidade de tratamento mecânico e biológico, que é mais do que evidente que é necessário, para que a ilha aumente significativamente a sua taxa de preparação para

reutilização e reciclagem. Ou seja, este plano branqueia o passado para manter a mesma política de gestão de resíduos que está assente na incineração e promove uma nova política de crescimento ilimitado na produção, abandonando claramente os princípios da economia circular.

Deixarei, eventualmente, para outra intervenção mais à frente, porque, sobre esta matéria, o Sr. Deputado Paulo Estêvão é uma peça muito importante neste debate. E guardarei algum tempo para isso.

Muito obrigado.

**Deputado Berto Messias (PS):** Curiosamente, não está na sala.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O XIII Governo Regional dos Açores, através do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, apresenta-nos um diploma que dá continuidade e reforça os esforços que têm sido feitos, ao longo das últimas legislaturas, em matéria de gestão de resíduos.

É um facto que a Região Autónoma dos Açores tem tido uma ação concreta, obtendo resultados positivos relativamente aos resíduos gerados, tanto pelas empresas como pela população, onde tem um enorme peso as importações, que são de uma percentagem altíssima.

Para esse efeito, o PEGRA, Decreto Legislativo Regional n.º 10/2008/A, de 12 de maio, foi pioneiro no que concerne às políticas de gestão de resíduos, que era uma das grandes adversidades que a Região tinha de solucionar. Deu lugar ao PEPGRA, Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, que foi um instrumento fundamental para a eliminação de vazadouros, lixeiras e outros locais de destino final de resíduos, onde foram encontradas soluções ao nível de gestão

de resíduos, para todas as ilhas, seguindo uma lógica hierárquica assente na valorização de cada tipo de resíduos. Por esse facto, estão de parabéns todos os envolvidos.

O PEPGRA 20+, um renovado programa setorial, surge após a revisão do seu anterior programa. O mesmo contempla um conjunto de dados cada vez mais aprofundados, graças a todo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, que sinalizam o bom caminho que tem sido trilhado, sobretudo, nas ilhas de menor dimensão, que devido ao seu tamanho têm uma resposta muito localizada e efetiva, trazendo bons resultados, no qual quero destacar o esforço da Câmara Municipal das Lajes das Flores que tem ocupado lugares cimeiros ao nível nacional, no âmbito da separação e gestão dos resíduos dos seus munícipes e das suas empresas.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Muito bem!

**O Orador:** Como principal preocupação estão as duas maiores ilhas, São Miguel e Terceira, onde tem sido mais difícil baixar os níveis de resíduos urbanos e, conseqüentemente, atingir as metas ambientais propostas pelos vários programas, ao nível de reciclagem.

É por demais evidente que a existência de um Tratamento Mecânico e Biológico na ilha de São Miguel trouxe grande ganhos, quer ao nível de separação, quer na valorização dos resíduos indiferenciados, contribuindo, deste modo, para o melhoramento dos números relativos aos resíduos da maior ilha açoriana.

Pelo exposto, o caminho para melhorar os parâmetros regionais, principalmente das duas maiores ilhas, passa pela aplicação dos três objetivos estratégicos dispostos neste diploma:

- Prevenir a produção de resíduos e os seus impactes no ambiente;
- Promover a gestão integrada e sustentável dos resíduos;
- Promover a eficiência na utilização de recursos, contribuindo para uma economia circular.

Tendo como guia estes três objetivos estratégicos, ambiciona-se valorizar a hierarquização dos resíduos, recuperando o valor dos mesmos, seja essa uma valorização material, orgânica ou energética, reduzindo, desta forma, as deposições em aterro.

Com vista a melhoria contínua da gestão dos resíduos, este diploma tem referências sobre o lixo marinho, que é algo que nos deve preocupar imenso, devido à nossa envolvência oceânica, onde nos parece que temos de ter uma ação muito forte, seja de prevenção, seja de aproveitamento destes resíduos.

Tem como referência a um tema que, por exemplo, o Conselho de Ilha das Flores aludiu, relativamente ao cuidado que tem de se ter com os Resíduos de Construção e Demolição. É uma grande preocupação a falta de locais certificados e que recebam esses resíduos e transformem-nos num subproduto ou mesmo num novo produto, sob pena de serem despejados ilegalmente como se verifica pontualmente. Este é um exemplo de uma oportunidade da iniciativa privada, de gerar rendimento próprio com resíduos, onde o lixo de uns, é o tesouro de outros. Uma verdadeira economia circular, que pode ser promovida por privados.

Da parte estratégica e de planificação, traz-nos o Governo Regional um vasto conjunto de medidas estratégicas, com prazos de implementação imediatos, de curto, médio e longo prazo, durante a vigência do PEPGRA 20+.

Estão estipulados os seus indicadores de desempenho e a métrica para uma aferição de resultados no futuro.

Em suma, no entender do Grupo Parlamentar do PPM, este é um bom diploma, na medida em que tem uma grande ambição ao nível ambiental e está centrado numa perspetiva de melhorar o futuro da nossa Região, que, nesta matéria, tem sido um bom exemplo na Europa e no Mundo.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser curto e grosso, porque, obviamente, exatamente como o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal disse, muito pouco nós podemos fazer, a não ser: ou votas a favor ou votas contra. Acho que a abstenção aqui não vale sequer a pena.

Este programa não cumpre os 3R's. Por isso, Sr. Deputado Gustavo Alves, isto não cumpre os 3R's. Longe disso, estamos longe de pensar que vamos aumentar uma reciclagem, mas não vamos sequer ter uma política de intervenção relativamente à reutilização e à redução do lixo. Esse é que é o problema.

Outro, ter uma incineradora em São Miguel não nos diz, aliás, vai fazer exatamente o contrário de cumprir as metas. Se a Terceira não cumpre as metas com uma incineradora, São Miguel ainda vai estar pior. E este é o problema que nós temos, que também não tem uma condição relativamente a tratamento de vários tipos de produto, sejam as cápsulas café, sejam têxteis, sejam produtos hospitalares em termos de autoclavagem de nível, 4 que nós temos que mandar para o continente. Temos vários problemas, vários buracos dentro deste programa, do qual nós não podemos sequer meter uma proposta de alteração, ou é assim ou é sopas. E temos várias lacunas. A própria TERAMB diz, ZERO, Amigos dos Açores, aliás, o Conselho do Faial também diz exatamente o mesmo. Temos vários problemas.

Se eu tenho solução para o assunto? Não. Obviamente, não. Isto, obviamente, é algo concertado. Tem que ser mais pensado do que aquilo que nós tínhamos. Tínhamos o exemplo do passado. Mas aquilo que está a ser apresentado também

não é melhor. E não vamos sequer cumprir as metas de 2025. É para esquecer já completamente as metas de 2025.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Há várias metas!

**O Orador:** E este é o problema que nós temos neste preciso momento. E, para já, é aquilo que eu vou dizer.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(\*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por aquilo que já falamos e também já debatemos este assunto há bem pouco tempo com a declaração política do CDS, sem dúvida que a Região, ao longo dos anos, fez um excelente trabalho na área dos resíduos, em toda a sua hierarquia de gestão, em que a tendência depois acentuou-se em 2016, quer com a linha de estratégia que vinha do PEGRA e depois com o PEPGRA, com as instalações de todos os centros de processamento de resíduos, com a selagem e requalificação ambiental e paisagística das lixeiras nas ilhas mais pequenas, nas de menor população.

E foi isto que permitiu, com todo o trabalho das autarquias, sem dúvida, que são a frente de todo este trabalho, mas que tem que ser sustentado, apoiado e investido pelos Governos Regionais, mas foi isso que permitiu que houvesse uma diminuição regional da deposição de aterros, em 2011, de 87%, em 2014, de 77% e, em 2020, de 43%. É longe, claro que não é uma taxa que a nós também nos agrada, que deveria ser muito mais alcançada.

No entanto, e retirando uma citação que o próprio PEPGRA 20+ tem, “a operacionalização do PEPGRA foi determinante e permitiu estabelecer a coesão regional, dotando as ilhas de soluções para a gestão de resíduos, respeitando a hierarquia de gestão de resíduos, para uma aposta na recuperação do seu valor”.

No entanto, consideramos que agora é necessário mais, já não estamos no ponto de diagnóstico que estaríamos há uns anos atrás.

O que temos em análise e já com algumas questões e outras que vou realçar tendo em conta os pareceres, consideramos que falha num ponto essencial, que é a caracterização das infraestruturas de gestão de resíduos. Ela não consta neste programa. É um facto consumado, que consta até em todos os relatórios do SRIR, inclusive até o de 2021. Realmente, Sr. Secretário, esperaria que o 2022 estaria antes deste debate, uma vez que pareceu na sua última declaração que estaria mesmo para breve e que teríamos mais um dado.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** E está.

**A Oradora:** No entanto, só temos o 2021. Mas até o 2021 possui a caracterização das infraestruturas. No entanto, pegamos neste programa que temos à frente e essa caracterização desconhece-se, ou seja, desconhece-se a atualização, o que é que existe atualmente e para onde é que se pretende caminhar no futuro. Isto não foi feito.

Também, o que temos em análise e também já foi referido pelos restantes deputados, o que está em falta são medidas concretas, medidas concretas de execução, como se previa que atualmente era o que estivesse concreto. Diagnóstico já tivemos nós com o PEGRA e com o PEPGRA. Temos uma evolução nítida em todo o processo de reciclagem, sendo que, depois, esse plano, como foi dito também pelo Sr. Deputado António Lima, prevê, inclusivamente, a produção de resíduos, ou seja, a prevenção não consta.

E fazendo citar a Associação Amigos dos Açores, diz-nos que, “embora o documento tente desassociar a produção de resíduos do crescimento económico, as projeções apontam para o aumento da produção de resíduos urbanos até 2035, que preconiza o revés do nível de prevenção da produção de resíduos”. Diz ainda mais, que “a versão do documento que o Executivo Açoriano submeteu ao parecer

da associação mantém o paradigma da gestão de resíduos do ciclo anterior, orientado por um sistema que, no nosso parecer, não prioriza suficientemente a prevenção de resíduos, nem apresenta evidentes estratégias para o alcance de metas europeias a cumprir no horizonte temporal do plano e que serão progressivamente mais exigentes em função da alteração da metodologia do cálculo”. A verdade é que a metodologia mudou, daí que as taxas depois sejam um bocadinho diferentes em relação a 2020 e 2021.

Por isso, estas medidas, também o que foi dito por muitos pareceres, “são medidas que não são acompanhadas por investimento concreto, ou seja, com, depois, medidas que visem o investimento”.

Foi dito que “há inexistência de previsão dos investimentos necessários para a recolha, triagem, transporte e operações logísticas”. Também o parecer nos diz, este mesmo parecer, que “nada serve um PEPGRA 20+, que à partida todos reconhecem como definido com metas impossíveis de cumprir, especialmente tendo em conta os níveis de incrementos estabelecidos para os primeiros anos, só vai contribuir para a descredibilização das metas do plano e que, ao contrário de contribuir para cumprir as metas futuras, só vai agravar a dificuldade da sua concretização”.

Realmente, o que temos é um plano com 95 medidas, sem dúvida, sendo que apenas 12 delas têm ação imediata, ou seja, todas as outras são entre dois, cinco e dez anos. 12 delas com ação imediata, sendo que apenas cinco da responsabilidade do Governo Regional.

Se olharmos, como foi falado no lixo marinho, por exemplo, para a meta que tem como definição implementar e otimizar um sistema de recolha de resíduos resultantes da atividade do setor da pesca, bem como resíduos provenientes do mar, que acho que é um assunto que já foi debatido até nesta Casa, tem um prazo de implementação de cinco anos. Este é um exemplo, Sr. Secretário. Isto é algo que pode ter implementação quase como imediata ou pelo menos em dois anos.

Pelo menos implementar um sistema de recolha, foi algo que já debatemos nesta Casa até.

Foram trabalhos de todos o que foi feito até agora. Conseguimos alcançar, sem dúvida, metas nas restantes sete ilhas e ultrapassámos. E sabemos que em duas delas estas metas não foram alcançadas. Já foram aqui debatidas. E no plano tem a razão para tal. Ou seja, em duas ilhas, São Miguel ficou em 32,6% e na Terceira em 26,5%.

Ou seja, o que nós temos agora, Sr. Secretário, como foi dito também, em 2023 estamos a debater um plano em que prevê que daqui a dois anos a ilha Terceira tenha uma meta a atingir de 55%. E a questão que lhe faço é: que investimentos é que prevê e que alteração nas infraestruturas prevê nestes dois anos a implementar, para que passemos de uma taxa de reciclagem de 26,5% para uma taxa de 55% em 2025 e 65% na meta seguinte?

Também indicado pelo Sr. Deputado Nuno Barata e também pelo Sr. Vice-Presidente da AMRAA aquando da sua audição, e das notícias que surgiram em seguida, há uma necessidade contínua de sensibilização. Ou seja, se debatemos também na outra declaração política que há necessidade de a população continuar a ser informada de todas essas necessidades de separação, de triagem, para que a Região ou cada uma das suas ilhas possa em conjunto alcançar as metas que se estabelece, também sabemos que estas ações de sensibilização foram reduzidas substancialmente, inclusive, no relatório do SRIR, o capítulo de medidas de prevenção deixou de existir em 2021.

Por isso, isto é algo que percebemos que está a diminuir, inclusive, o ponto mais recente que nós tivemos, que foi em dia 01 de junho, cumprindo o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022, com o impedimento do uso de sacos plásticos, não houve esse acompanhamento, não houve essa sensibilização que pretende.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):**

Houve, houve!

**A Oradora:** Se houve, Sr. Secretário, alguma coisa falhou, porque ainda hoje encontramos locais com uso dos sacos. Por isso, falhou a sensibilização a cada um deles. A fiscalização está a falhar de certeza. Ainda hoje, temos uma fotografia de um supermercado com a utilização de sacos de plástico. Por isso, a parte da sensibilização sem dúvida que falhou.

Por isso, o Secretário, este plano que nós temos identifica medidas, medidas que não consegue concretizar. Esta medida não consegue concretizar. São medidas em papel e que, como dito pelos pareceres, não conseguirá executar, se calhar um bocadinho à semelhança do plano de 2022, que ficou em 56%.

Obrigada.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra. Faça favor.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a avaliar um novo programa de prevenção e gestão de resíduos nos Açores, o PEPGRA 20+, que resulta das circunstâncias de que este tipo de programa tem que ser reavaliado e reprogramado com alguma periodicidade. Mas, na realidade, o que nós estamos aqui a fazer é um julgamento da nossa sociedade de consumo. Estamo-nos a julgar a nós próprios.

Não vai ser este plano, independentemente do nome que ele tenha, não vai ser qualquer plano que o antecedeu nem qualquer plano que lhe suceda que vai impedir, que vai anular a produção de resíduos. A produção de resíduos depende de cada um de nós e da consciência de cada um de nós. Portanto, por muito mais elaborado que seja e bem elaborado que seja qualquer plano, se os cidadãos no

seu dia a dia não derem o seu contributo, de nada servirão esses planos.

E, portanto, não estou com isto a dizer que os planos são inúteis. Não. Os planos são úteis, os planos estabelecem metas, estabelecem objetivos para os quais devemos todos, enquanto sociedade, evoluir e cumprir. Agora, como disse, vai da consciência de cada um fazer, ou não, essa prevenção de produção, muito antes sequer de fazer a promoção da reciclagem.

E a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares referiu a ilha Terceira, a ilha onde eu habito, e disse que as metas de reciclagem estão muito longe daquilo que devem ser as metas que devem ser cumpridas para essa ilha. Sra. Deputada, vou-lhe transmitir aquilo que me é transmitido pelos cidadãos que vivem na ilha, que é: não vale a pena reciclar porque vai tudo para a incineradora. Portanto, há um laxismo por parte dos cidadãos, que não fazem, não se dão ao trabalho de separar, porque, na sua mente, aquilo, mesmo depois de separado por eles nos contentores de reciclagem, eles acham que aquilo vai tudo parar à incineradora.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o que é que o senhor acha?

**O Orador:** E, portanto, acham que é um trabalho desnecessário fazerem isso. Eu não estou a julgar essas pessoas. Eu estou tão só a transmitir aquilo que os cidadãos transmitem no seu dia a dia. É correto? É errado? É com a consciência de cada um.

A Sra. Deputada Andreia Cardoso está muito perturbada com as minhas palavras. Sra. Deputada, eu não lhe estou a dizer o que é que eu penso ou o que é que eu faço. Eu estou-lhe tão só a transmitir o que alguns cidadãos que vivem na sua ilha dizem e fazem.

E, portanto, não é da responsabilidade deste Governo, nem do Governo anterior, nem de qualquer governo que lhe suceda, cumprir ou não cumprir as metas se os cidadãos no seu dia a dia não fizerem a separação e a reciclagem. E, portanto, qualquer plano que se apresente pode morrer na base, exatamente porque os cidadãos não praticam, não têm inculcido esse espírito da redução, da reciclagem

e da reutilização.

E, portanto, partindo deste pressuposto, o plano que nos é apresentado pelo Governo é um plano coerente. E é um plano que está perfeitamente alinhado com aquilo que são os objetivos e os compromissos do nosso país, que estão em consonância com aqueles que são também os objetivos da União Europeia. E, portanto, é um bom plano, estabelece objetivos exequíveis e, portanto, alcançáveis nesta nossa Região.

De salientar que nós não partimos do zero, já há um percurso feito anteriormente e um bom percurso feito anteriormente. E prova disso são os inúmeros galardões e distinções internacionais que são anualmente atribuídos aos Açores, como ambiente de turismo sustentável, um paraíso. E, portanto, tudo isso nos deve orgulhar. Mas tudo isso nos deve convocar a todos para uma maior sensibilização de todos os açorianos desde a mais tenra idade, porque nós sabemos que, se conseguirmos educar as crianças e incutir nelas este espírito de preservação ambiental, elas irão levar para casa essas atitudes positivas e, amanhã, no futuro, serão cidadãos mais conscienciosos e cumpridores.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Marco Costa, tem a palavra. Faça favor.

**(\*) Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como aqui já foi afirmado, fazemos a leitura que estamos perante a terceira geração de planos de gestão de resíduos para os Açores. E nós consideramos que cada um deles com os seus méritos, com os seus créditos, de quem os

implementou. E este era o momento de apresentar este plano. Portanto, concordamos com a forma afirmativa como este Governo respondeu a esta área de governação.

Como bem referiu o Sr. Secretário, não hesitou no *timing*. E também referiu que já poderia ter sido lançada a sua revisão pelo Governo anterior.

E prova daquilo que reflete o diagnóstico efetuado é a atuação nestes últimos três meses. Se analisarmos nos últimos três meses o Governo dos Açores, lançou seis concursos públicos para a requalificação dos centros de processamento de resíduos em seis ilhas. E, portanto, consideramos que é demonstrativo da atitude e da postura com esta problemática.

Depois, já foi aqui referida a questão do diagnóstico. Ora, é mesmo deste diagnóstico das infraestruturas de encaminhamento de resíduos e daquilo que queremos para o correto encaminhamento de resíduos nos Açores que resulta o lançamento dos concursos públicos para a modernização destas infraestruturas.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Onde é que está o Paulo Estêvão?

**O Orador:** E mais, nós consideramos que estas leituras que aqui foram efetuadas não levaram em conta aquilo que é a nossa realidade de dispersão geográfica, de multiplicação de infraestruturas necessárias pelas nove ilhas, a logística dos transportes necessários, a discrepância entre ilhas e, obviamente, dos custos que estão relacionados com todo o funcionamento desta cadeia.

E, portanto, houve um momento de um PEGRA que tentou corrigir aquilo que eram atentados ambientais, vazadouros, lixeiras, autênticos crimes ambientais. Uma segunda fase de correto direcionamento dos resíduos, tentando valorizá-los ao máximo. E esta fase, que é a fase de evitar a produção. E está bem presente neste plano.

E aqui também gostava de realçar aquilo que foi o trabalho que percebemos que vem a ser desenvolvido entre vários departamentos do Governo. Consideramos que todos os atos governação têm presentes as preocupações ambientais,

mormente o setor da agricultura, em que muitas das ações previstas no plano ligadas aos resíduos se cruzam nas responsabilidades e na ação. E aquilo que também foram as notícias que acompanhamos sobre a atitude de sensibilização por parte do Governo Regional, através da Secretaria do Ambiente e Alterações Climáticas, dos trabalhos desenvolvidos com a Federação Agrícola dos Açores, que representa o setor de maior atividade económica dos Açores e que, certamente, terá um papel importante também na sensibilização.

Depois, outra questão que acho que não foi levada bem em conta, algumas abordagens, que tem a ver com: realmente, temos uma ilha que produz mais de 50% dos resíduos dos Açores, mas é preciso levar em conta as infraestruturas que neste momento já estão a entrar em funcionamento nessa ilha, nomeadamente a central de tratamento mecânico e biológico de resíduos e as capacidades que lhe estão associadas e que, se forem alcançadas, estamos a falar até ao processamento de 30 toneladas/dia, o que representa um valor anual muito significativo que, certamente, não irá para incineração.

Ligado a isso, e não menos importante, estando muito ligado ao turismo, é a atualidade da legislação regional relacionada com os plásticos de utilização única, que, certamente, vão desencorajar aquilo que é o encaminhamento para incineração, porque esse é um combustível muito importante e necessário na incineração.

E, portanto, concordamos com a atualidade deste programa, queremos ter muita esperança e temos esperança que venha resolver e atenuar muitas das problemáticas que ainda existem na gestão de resíduos dos Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, uma interpelação.

**Presidente:** Sr. Deputado, permita a interpelação do Sr. Deputado Gustavo Alves.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM):** Sr. Presidente, para lhe pedir um intervalo regimental de 30 minutos, se faz favor.

**Presidente:** Permite que o Sr. Deputado use da palavra porque eu já lhe tinha dado a palavra? Pode ficar a seguir?

**O Orador:** Não há problema que seja a seguir. Sim, senhor. Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para dizer, de forma rápida, que nós acompanhamos este diploma.

Sim, obviamente que ter um plano é sempre melhor que não ter nada. E nós precisamos nesta terra de traçar planos. Nós não precisamos é de fazer estudos atrás de estudos para dar em coisa nenhuma.

Quanto ao ambiente, já noutro diploma o tínhamos dito, nós não acompanhamos os fundamentalismos, mas acompanhamos a defesa do bem-estar, do nosso ambiente e da prevenção.

Como disse aqui o Sr. Deputado Pedro Pinto, eu subscrevo as palavras dele, o segredo está, certamente, nas nossas crianças, no trabalho que nós temos que fazer nas escolas. E que está a ser feito, que não é de agora, um trabalho que está a ser bem feito. É uma questão cultural. É uma questão bastante difícil.

A verdade é que querer mandar lixo para a terra dos outros não é solução. Querer esconder o lixo não é solução. Querer insistir na utilização de produtos que nós sabemos que são difíceis de reciclar ou até de decomposição não é solução.

Eu interrogo-me até sobre a questão de que se começou a cobrar os sacos

plásticos. Porque é que não se introduziu o papel reciclado nos supermercados, algo que já vemos há dezenas de anos nos supermercados de vários países? Não percebi. Eu acho que o Estado preferiu ganhar mais 10 cêntimos do que propriamente trabalhar em prol da natureza ou em prol do ambiente.

Outra questão também, que agora há dias colocaram-me essa questão, que são os saquinhos transparentes que são semelhantes àqueles que se utilizavam na fruta nos supermercados. Os padeiros estão a utilizar isto ou estavam a utilizar isto para deixar o pão à porta de casa. E a pessoa colocou-me isso com alguma aflição, e eu compreendo as dificuldades de cada um. Como é que ia pôr o pão? A pergunta que eu fiz foi: como é que se fazia há 30 anos? Com uma saquinha. Cada um tinha uma saquinha de pano, que hoje até é muito fácil ter acesso e é barato. Deixa à porta e põe lá o pão. Ou seja, há solução. Agora, eu não percebo é como é que se criam tantos problemas no mundo ambiental quando as soluções já existiam no tempo em que eu nasci, dos meus pais, etc.

Nós temos que ter essa preocupação ambiental. Eu reconheço que alguns setores, autarquias, Governo Regional, fazem a sua parte. Não tem sido suficiente. E como dizia o meu colega, é cultural. E, sendo cultural, nós temos que combater também esta mentalidade. E temos que combater uma coisa muito importante, que é a preguiça que há também nisto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos conceder o intervalo regimental pedido pelo PPM, de 30 minutos. Voltamos às 17 horas e 15 minutos.

*Eram 16 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos, se fazem favor.

*Eram 17 horas e 22 minutos.*

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições para a discussão deste diploma. Bom, não havendo mais inscrições, vamos então...

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, faça favor, tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É um conjunto vasto de questões que foram colocadas pelas Sras. e Srs. Deputados. Tentarei, naturalmente, responder a todas estas questões. E se ficar alguma por responder, com certeza que teremos mais oportunidades nas próximas rondas para o fazer.

Dizer que este é um instrumento, de facto, fundamental para o desenvolvimento sustentável da nossa Região, para o planeamento ao nível da prevenção e da gestão de resíduos. É um documento que foi muito bem elaborado. Faço aqui um elogio aos técnicos da Divisão de Gestão de Resíduos da Secretaria, porque, de facto, é um trabalho aturado e empenhado. E é um trabalho que foi também acompanhado pela Professora Graça Martinho, professora associada com agregação da FCT e que é atualmente coordenadora da Comissão Científica do Pacto Português para os Plásticos, coordenadora do Plano Nacional de Gestão de Resíduos e coordenadora do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, o PERSU 2020-2025. Portanto, melhor acompanhamento neste plano não poderia ter havido.

O PEPGRA considera na sua conceção as particularidades da Região Autónoma dos Açores, aposta nesta mudança de paradigma, promove uma mudança para uma economia circular. E tudo isto é fundamental, porque, até agora, o PEPGRA, que ainda está em curso e que está ainda em vigor, teve um trabalho importante

ao nível da construção de infraestruturas de gestão em alta e de selagem de aterros, para o Aterro Zero, mas não fez uma aposta ao nível da prevenção de resíduos e uma aposta, também, na economia circular. E é esta a grande diferença para este novo PEPGRA 20+.

O processo de consulta deste plano, agora chamado programa, foi, de facto, também, bastante abrangente e bastante espaçado no tempo. Portanto, toda a gente teve oportunidade de participar na conceção deste programa. Foram feitos dois momentos de participação: uma primeira consulta que envolveu também os membros do CRADS; uma segunda consulta, já em 2022, que foi também muito abrangente e voltou a envolver os membros do CRADS, no âmbito da qual foi feita a discussão pública. Foram feitas reuniões com os municípios para este efeito. Portanto, um processo mais abrangente e transparente que este não poderia ter sido.

Sr. Deputado Carlos Furtado, com certeza, compreendo a sua preocupação, mas este é um diagnóstico. É o que é. É um diagnóstico que resulta das políticas que foram tomadas e assumidas ao longo dos anos e da evolução que o processo teve. Não é possível mudar o diagnóstico. O que é possível e contrariá-lo.

E, também, na verdade, algumas notícias são boas, é que a reciclagem continua a crescer nos Açores. Por vezes, não com o ritmo que nós gostaríamos, mas continua a crescer nos Açores. A taxa de deposição de resíduos em aterro também continua a ser reduzida progressivamente. E terá aqui, naturalmente, uma evolução muito positiva com a conclusão do Ecoparque da Ilha de São Miguel. Neste momento, já está inaugurado o tratamento mecânico. A breve trecho, será inaugurado também o tratamento biológico. E está em construção a Central de Valorização Energética. Portanto, haverá uma redução enorme ao nível da taxa de deposição de resíduos em aterro, que é, na verdade, a solução menos desejada de todas e a última solução da hierarquia da gestão de resíduos.

Sr. Deputado Nuno Barata, no fundo, este é um programa que aposta fortemente

na prevenção. E a verdade é que o primeiro objetivo deste programa é precisamente a prevenção. A primeira área estratégica é a prevenção. E o programa tem 23 medidas específicas direcionadas à prevenção de resíduos. Portanto, é efetivamente a grande aposta.

Dar nota também, Sr. Deputado, já o fiz no passado, faço-o agora outra vez, na última discussão, tivemos, de facto, esta troca de argumentações, neste caso de concordância, porque a solução, a chave está evidentemente na sensibilização. É preciso continuar a apostar na sensibilização. Nós temos feito um trabalho muito empenhado nessa matéria. Verdade seja dita, ao longo dos últimos anos, tem havido uma forte aposta nesta matéria por parte do anterior Governo Regional. Tem havido também por parte deste Governo Regional. E uma palavra para o trabalho que é desenvolvido também pelas câmaras municipais, pelas juntas de freguesia e pelos operadores de gestão de resíduos. De facto, esta ação coordenada e concertada é fundamental para encarar os novos desafios que nós temos.

Ao nível da Secretaria, para além de nós termos adicionado à oferta de atividades de sensibilização ambiental escolar a temática da economia circular, e tem sido, de facto, um foco desta oferta educativa, dar nota de que, em 2021, foram realizadas 140 sessões de sensibilização sobre gestão de resíduos e prevenção de resíduos. 140 sessões que envolveram 1922 participantes. Em 2022, foram realizadas 86 sessões, envolvendo 1811 participantes diretamente. E, em 2023, nestes meses que já decorreram, já foram realizadas 12 sessões, envolvendo 474 pessoas diretamente. Ou seja, desde que este Governo tomou posse, nós realizamos 238 sessões, com um somatório de 4207 participantes envolvidos diretamente, fora, naturalmente, as atividades desenvolvidas pelas outras instituições e também fora a Semana de Resíduos, na qual, obviamente, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas muito se empenha.

Sr. Deputado Pedro Neves, metas impossíveis. Com certeza, Sr. Deputado, e aqui também já fazendo uma ponte àquela que foi a intervenção do Sr. Deputado

António Lima, este exercício é um exercício muito apetecível e eu já esperava que o Sr. Deputado António Lima o fizesse, que tem que ver com o seguinte: se nós tivéssemos chegado aqui, hoje, e tivéssemos optado por definir metas específicas para a Região, como fez a Madeira, ...

**Deputado António Lima (BE):** Eu não disse isso!

**O Orador:** ... e não tivéssemos optado por definir as metas de reciclagem e deposição em aterro que foram definidas pela União Europeia, os senhores viriam aqui dizer que tínhamos atirado a toalha ao chão, que era um programa vergonhoso, que não tinha ambição.

**Deputado António Lima (BE):** O senhor não ouviu o que eu disse!

**O Orador:** Ouvi perfeitamente.

Pelo contrário, nós assumimos as metas que estão definidas. As metas são aquelas. Nós não nos podemos desresponsabilizar em relação a um compromisso que foi assumido pelo Estado-membro, que é Portugal, e nós temos que dar o nosso contributo.

Se no fim não cumprirmos as metas... Como sabe, as metas são da responsabilidade do Estado-membro, não são das regiões. Mas nós temos que fazer a nossa parte e temos que dar o nosso contributo. E não poderíamos definir uma meta que fosse inferior àquela que tinha sido definida pelo Estado-membro. E essa foi a opção. Com certeza que outras podiam ser.

Mas sabia perfeitamente que o Sr. Deputado António Lima viria a este Parlamento fazer esse exercício, que é um exercício apetecível do ponto de vista do Bloco de Esquerda.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Em relação ao Sr. Deputado Pedro Neves, falou nas lacunas que existem e nas dificuldades que existem nos sistemas de recolha e de tratamento de alguns resíduos, como as cápsulas e os têxteis. Sr. Deputado, esse é um

problema mundial. Não é um problema da Região, não é um problema do País, não é um problema da Europa, é um problema mundial.

E, portanto, com certeza que nós estamos a acompanhar as soluções que vão aparecendo.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Faltou um, os resíduos hospitalares.

**O Orador:** E os resíduos hospitalares, com certeza, também falou neles, que são incinerados, porque pelo menos do nível 4 não há uma temperatura suficiente de incineração na Região para que se possa fazer o tratamento desses resíduos e a valorização. São enviados para o continente.

Com certeza que em todos estes fluxos nós estamos sempre a acompanhar as soluções que vão surgindo em todo o mundo e, sobretudo, aquilo que vai sendo feito a nível nacional. E quando aparecerem essas soluções, nós, com certeza, usaremos desse bom exemplo e traremos estas soluções também para a Região.

Em relação à meta de abrandamento que foi falada pelo Sr. Deputado António Lima, Sr. Deputado, convenhamos, estas metas foram definidas também com base na análise prospetiva que foi feita antes da realização deste programa. E é inevitável. Com a retoma da economia, com o aumento dos fluxos turísticos, com um conjunto de condições e de particularidades que nós temos, nomeadamente estarmos dependentes da importação da grande maioria dos produtos, que vêm, ainda por cima, com duplo embalamento, nós não temos hipótese...

Ou seja, nós podemos criar medidas para prevenir a produção de resíduos, e temo-lo feito através da via legislativa, com o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2022/A, de 4 de março, que falamos há pouco, dos produtos de utilização única, com a criação dos guias metodológicos para a implementação de sistemas PAYT, SAYT e RAYT, para apoio às câmaras municipais. Mas nós não podemos, num mundo globalizado, condicionar as opções dos consumidores. Não é possível. Nós vivemos no meio do Oceano Atlântico e grande parte dos produtos que nós temos chegam cá embalados. E, portanto, há aqui fatores de produção de resíduos aos

quais nós somos absolutamente alheios. E isso não é possível contornar.

Definir uma meta igual àquela que tinha sido definida, de redução, quando nós sabemos que não será possível reduzir a produção de resíduos, muito mais aos níveis que estão definidos a nível comunitário, de nada servirá, porque a realidade do país é uma, a realidade da Europa também é a mesma, mas a nossa realidade é muito particular. E nós temos que nos adaptar a ela.

Depois, questões da incineradora, com certeza, também, já era expectável que pudessem aparecer. Sr. Deputado, essa foi uma opção da MUSAMI. Foi uma opção legítima tomada, por unanimidade, pelos seis municípios da ilha de São Miguel e que irá permitir, também, melhorar a hierarquia da gestão de resíduos porque irá eliminar a deposição de resíduos em aterro.

As contas que estão feitas no parecer da Associação dos Amigos dos Açores, no parecer da ZERO, são contas que não estão adequadas porque apenas contabilizam os resíduos sólidos urbanos. Existem resíduos em que não é possível valorizar em São Miguel. A quantidade de resíduos que não é possível valorizar em São Miguel, só por si, é maior do que a capacidade da incineradora da ilha Terceira. Essa discussão já foi tida em comissão, já foi tida no âmbito da discussão de outras iniciativas. E, portanto, julgo que essa matéria está bem esclarecida.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, nós temos feito grandes investimentos desde 2021 até a este momento. Há pouco, dei exemplos: o sistema de posse de embalagens não reutilizáveis de bebidas dos Açores, um investimento de 1 milhão de euros; a reestruturação dos centros de processamento de resíduos da Região, das seis ilhas que referi, um investimento superior a 6 milhões de euros, portanto, um investimento muito significativo;

**Deputado Carlos Silva (PS):** Isso já vinha planeado de trás! Qual é a sua medida nova?

**O Orador:** ... os guias metodológicos para a implementação dos projetos PAYT, SAYT e RAYT; a revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos; a

revisão do diploma que regula os fluxos específicos. E, portanto, temos feito os investimentos todos que podemos fazer.

A Sra. Deputada diz: este programa tem medidas que não são concretas e que não têm um investimento definido. Com certeza que não é possível fazê-lo. São medidas abrangentes, muitas delas serão assumidas pelos municípios, que, após a aprovação do PEPGRA 20+, terão de fazer planos de ação...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Secretário.

**O Orador:** ... que lhes permita depois implementar estas medidas. Portanto, não era possível ser mais específico.

Mas queria terminar dizendo o seguinte, Sra. Deputada: nós teríamos tido mais tempo para cumprir essas metas se o Partido Socialista tivesse desencadeado a revisão do PEPGRA em março de 2020, quando devia, se tivesse preparado a Região para esta nova realidade, reestruturando os centros de processamento de resíduos. E não o fez. Portanto, se não temos tempo, ao Partido Socialista o devemos.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições. Vamos passar então à votação deste...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me posso ausentar um bocadinho do plenário. Sei que fui objeto de referências.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** A gente sente logo saudades suas!

**O Orador:** Eu dou sempre a cara em qualquer circunstância sobre as minhas posições políticas. Desde que estou aqui presente, não fui questionado, mas mesmo assim eu acho que a coragem intelectual, a coragem política e a coragem física são fundamentais na política. E em todas as atividades é fundamental.

Portanto, aqui estou, com toda a convicção, para dizer o seguinte: o PPM, eu próprio, fizemos um combate político contra a construção da incineradora em São Miguel. Fartei-me de perder dinheiro à custa disso. Mas perdi, perdi nos tribunais, perdi nos procedimentos que foram desenvolvidos até junto da União Europeia. Portanto, não o consegui impedir.

Portanto, a minha posição continua a ser a mesma de sempre. Sou contra, acho um erro. Sou contra a construção da incineradora. Tenho uma posição diferente da que tem o Sr. Secretário do Ambiente nesta matéria. Mas a minha posição é minoritária no âmbito da coligação. E, portanto, assumir que tenho uma posição diferente. Se estivesse em questão uma votação em relação à incineradora, continuaria a votar contra, da mesma forma que o fiz até hoje em todas as votações. E, portanto, é esta a coerência que eu tenho nesta matéria.

Dizem-me: há alguma referência à Central de Valorização Energética de São Miguel. Não existe nenhuma referência direta, mas percebe-se, através das metas que estão definidas, que se está a contar com o efeito da Central de Valorização Energética de São Miguel. É isso que é importante dizer e é isso que é verdade.

Isso afeta aquela que vai ser a votação do PPM em relação a esta matéria? Nós, a análise que fizemos é a seguinte: é um documento importantíssimo para o futuro da Região. Eu não consigo impedir que a central seja construída votando contra, não o consigo fazer, mas consigo afetar gravemente os interesses da Região na área do ambiente e na área do tratamento de resíduos se o fizer. Portanto, a nossa posição já foi aqui definida pelo Sr. Deputado Gustavo Alves. Vamos votar este documento, este diploma, favoravelmente.

Mantenho a minha posição de sempre contra a construção da incineradora. Não o consegui impedir. É um erro tremendo. Daqui a uns anos, a população em geral terá consciência disto. Os municípios, todos os envolvidos terão a consciência do impacto tremendamente negativo. Não o consegui fazer, mas também tenho sempre nestas matérias uma posição de responsabilidade. E, portanto, não será pelo PPM que um documento desta importância não será aprovado.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O prometido é devido. E guardei algum tempo para o Sr. Deputado Paulo Estêvão e para a sua posição sobre esta matéria.

Não sem antes dizer ao Sr. Secretário, naturalmente, agradecendo a sua intervenção, que, em primeiro lugar, não deve ter ouvido bem, no que respeita às metas de preparação e reciclagem, aquilo que eu disse. Saudei essas metas, não critiquei. Disse foi uma coisa diferente, é que elas não são possíveis de cumprir com duas incineradoras. Ou então uma delas, ou as duas, vão ter graves problemas financeiros, como já diz a TERAMB. E terão que refletir esse défice de exploração, esse prejuízo por falta de resíduos, nos produtores, ou seja, nos cidadãos, que vão pagar taxas de resíduos superiores. É esse o problema deste plano.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):**

Está na MUSAMI!

**O Orador:** E nós não vamos de forma alguma compactuar com isto e aprovar um plano que assume essa contradição de não cumprir aquilo a que se propõe ou então de retirar do bolso dos cidadãos dinheiro para pagar a exploração das incineradoras.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** É este documento que determina a existência das incineradoras?

**O Orador:** Nós não podemos concordar com isso.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma última referência. Tenho pena que o senhor tenha desistido. Desistiu desta luta, desistiu da incineradora, do combate à incineradora. E não tem a coragem de votar contra este plano, que, efetivamente, tem dois problemas, como disse na minha primeira intervenção: branqueia o passado e aprofunda a política da incineração para o futuro. E o senhor está a compactuar com isso. E é lamentável. O que só indica que a sua luta feroz contra a incineradora nos últimos anos foi mais aproveitamento político do que outra coisa. Está muito mais do que óbvio, foi aproveitamento político. E a convicção foi nenhuma.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

(\*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra também para esclarecimento, concordando com o Sr. Deputado Pedro Pinto quando referiu que é necessário trabalho de sensibilização. Mais uma vez, sem dúvida, sou comum com esse discurso.

Infelizmente, como também já referimos, fiquei um bocadinho surpresa com os dados do Sr. Secretário, em que estamos em junho e são 12 sessões sobre resíduos, única e exclusivamente. 40 escolas, 12 sessões...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Não, não. Fora a oferta da sensibilidade ambiental!

**A Oradora:** Pronto, pensava que ia apresentar os dados da atividade da educação ambiental, porque são apenas para o segundo e o terceiro período e apenas do primeiro ao terceiro ciclo. É apenas uma atividade.

Claro que tudo aquilo que referiu como investimentos que estão a ser feitos, inclusive com o sistema de embalagens não reutilizáveis, quando o debatemos, percebemos que era um processo que já estava na sua Secretaria, que lhe foi passado. A candidatura não foi feita por si.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Quantos projetos estavam na gaveta?

**A Oradora:** A candidatura foi feita pelo Governo anterior.

**Deputado Gustavo Alves** (*PPM*): O que é que isso interessa?

**A Oradora:** Assim como no processo, agora, da compostagem que vai investir, o processo estava iniciado. O processo inicialmente estava iniciado.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Está enganada!

**A Oradora:** A minha questão: uma vez que a recolha seletiva passa a ser obrigatória a 1 de janeiro de 2024, porque o limite é 31 de dezembro deste ano, que trabalho é que está a ser feito de acompanhamento aos municípios para garantir que realmente isto irá acontecer? Ou seja, a partir de 1 de janeiro do próximo ano, em que é obrigatória essa recolha seletiva, que trabalho é que está sendo feito?

E volto a reforçar, mais uma vez, Sr. Secretário, a pergunta que lhe fiz: que investimento para a ilha Terceira? Pois, isso foi a minha questão e foi aquela que, infelizmente, não conseguiu responder, que é: ...

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Esse investimento não é feito pelo Governo, Sra. Deputada, é pelos municípios.

A senhora sabe isso!

**A Oradora:** ... esta questão é nítida, ou seja, nós temos uma meta que em dois anos tem que ser cumprida. É claro que não vai ser cumprida. Não é só por ser uma meta da União Europeia que nós vamos colocá-la em papel, sabendo de antemão que a Região assim já vai entrar em incumprimento já daqui a dois anos. Acho que é nítido. E esta, infelizmente, conseguiu não me responder.

E, mais uma vez, tendo em conta também que este plano foi apresentado em 2022, já tínhamos o conhecimento da tal produção de resíduos e, realmente, estes dados, depois, não são tidos em conta, este aumento de produção de resíduos urbanos, em algum lado.

E todos os pareceres iam nesse sentido, há um aumento da produção. Aumento da produção esse que é nítido nas duas ilhas. Já abordamos porquê. Já sabemos porquê.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, realmente, tenho pena que o senhor seja apenas só contra o PS e não contra a incineração, porque, se assim fosse, mantinha a sua posição até agora.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

**(\*) Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, eu não percebi em que parte deste programa de prevenção de gestão de resíduos é que está escrito, é que está plasmada a obrigatoriedade de implantação de uma central de valorização energética. E, portanto, eu pedia a V. Exa. o esclarecimento, que nos diga onde é que neste plano

está dito que tem que ser implementada uma central de valorização energética em São Miguel. E, portanto, deixo para já essa pergunta.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Essa questão é para o Sr. Deputado Paulo Estêvão!

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Não, quem falou foi o Sr. Deputado António Lima!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pronto, abriu-se a Caixa de Pandora. Já toda a gente ia para votação, mas eu já sabia que, se falasse, a seguir iríamos ter outras intervenções. Eu sabia disso. Eu sabia que me encaminhava para este debate.

Bem, mas o que eu quero aqui dizer é que o Sr. Deputado António Lima diz que falta coragem política ou que aquela luta foi um aproveitamento político. Eu quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que foi com toda a convicção, continua a ser com toda a convicção, mas não é votando contra o PEPGRA que eu vou conseguir parar a construção da incineradora. Não é possível. Aliás, ela está a ser construída. Está a ser construída.

O que vou lhe dizer é que havia duas formas de tentar parar a incineradora, que era através do ponto de vista político, se se criasse uma maioria política contra a construção da incineradora. Isso não aconteceu nem nos municípios de São Miguel nem neste Parlamento. Não aconteceu. Uma minoria não pode impor a sua vontade a uma maioria. Há outra questão, que é a questão legal. Eu continuo convencido, apesar das decisões dos tribunais noutro sentido, continuo absolutamente convencido que aqueles procedimentos não são procedimentos corretos.

Depois, há a questão da convicção. Prejudica ou não prejudica em termos de

saúde? Prejudica ou não prejudica do ponto de vista da recolha seletiva, daquilo que deve ser feito? Porque o que ali se está a fazer é queimar. E, pronto, não vamos melhorar a qualidade ambiental, não se vão melhorar os processos. É a solução mais simples, mas é uma solução com um forte impacto.

Continuo a ter a mesma opinião sobre essa matéria, isso é uma coisa, mas uma enorme responsabilidade seria votar contra este documento, que é um documento tão fundamental.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Aliás, nem sequer o Governo precisa do voto do PPM nesta matéria. Nem sequer o Governo precisa de voto porque que já vimos qual é a posição do Partido Socialista nesta matéria.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ai não viu, não!

**O Orador:** Portanto, nem sequer o Governo precisa do meu voto favorável nesta matéria.

Portanto, Sr. Deputado, o que eu lhe quero dizer é: total coerência e coragem política sempre, em todas as circunstâncias.

E digo-lhe mais: no âmbito da negociação da coligação, eu coloquei uma das muitas condições, que era, realmente, o PPM manter a sua autonomia nesta matéria. E mantivemos sempre.

Mas o que eu considero é que não é essa a questão que está a ser aqui discutida. E não se ganha nada com chumbar um documento desta importância para a qualidade ambiental nos Açores. São duas questões diferentes. A posição do PPM sobre a construção da incineradora não terminou.

E digo-lhe outra coisa... Mas vou ficar com mais um minuto para poder responder a seguir. Respondo-lhe a seguir.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu recordo-me que, em 2017, eu, como cidadão unicamente e não como deputado, na altura, fui fazendo parte do movimento contra a incineradora da ilha de São Miguel, um movimento cívico apenas, não existia sequer o Salvar a Ilha, era um movimento de pessoas preocupadas. Foi a primeira vez que eu conheci o Sr. Deputado Paulo Estêvão na Assembleia, tivemos uma reunião na Assembleia Regional, neste caso na Delegação de São Miguel. E foi a primeira vez que...

Aliás, não morri de amores pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, pelo contrário. Da forma como tratava o PAN aqui nesta Assembleia, nessa legislatura, sem dúvida que não me deixava como uma pessoa agradável. Mas vi uma pessoa extremamente convicta. E gostei do Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma pessoa de convicção implacável. Vi exatamente o meu espelho. Apenas tinha uma coisa a mais do que eu, era deputado e podia mudar mais do que apenas um cidadão unicamente sozinho.

E fizemos uma reunião, uma reunião da qual elaboramos que éramos contra a incineradora e o que é que nós poderíamos fazer, tanto da forma política, da forma cívica, como também da forma técnica. Lamentavelmente, hoje, eu vejo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão deixou cair a toalha, depois de tantos anos em luta. Pensava que continuávamos agarrados a essa convicção.

E diz que o Governo não precisa do PPM. Precisa, porque, não sabendo à partida o que é que o PS vai fazer... Vou assumir, vou fazer um cenário: o PS vai votar contra. Se o PS votar contra, o Bloco de Esquerda vota contra, o PAN vota contra porque também já afirmou, o IL vai votar a favor, o Chega vota a favor, o Deputado independente vota a favor, o CDS vota a favor, o PSD vota a favor e o Sr. Deputado Gustavo Alves vota a favor, porque só falou na sua pessoa e já vi o PPM noutras alturas a votar de diferentes formas. O Sr. Deputado Paulo Estêvão votou uma vez contra e o Sr. Deputado Gustavo Alves... Neste caso, não há aquela lei da rolha no PPM, ainda bem, porque existe a democracia e existe essa

independência e autonomia por cada deputado. Se o Sr. Deputado Paulo Estêvão votar contra, ao lado, e vamos assumir que o PS vai votar contra, este PEPGRA 20+ vai abaixo.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** E o que é que resolvemos com isso?

**O Orador:** Vamos repensar de uma forma mais aprofundada, se calhar deixar cair os pressupostos relativamente à incineradora que nós temos aqui.

Eu vi o Sr. Deputado Paulo Estêvão, que sempre foi uma pessoa extremamente coerente, só o vi uma vez a perder a coerência, mas eu sei, porque presumiu que seria impossível algo e então disse na campanha de 2020 que nunca faria Governo com o Sr. Presidente do Governo, José Bolieiro. Nós sabemos que era quase impossível que isso acontecesse, mas aconteceu e assumiu essa incoerência. Mas foi a única que eu vi.

**Deputada Ana Luís (PS):** Há mais!

**O Orador:** E todos nós temos a incoerência de alguma coisa. Mas esta, Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi a segunda. E, neste caso, tocou-me no meu coração, porque foi uma luta de muitos anos, da qual nós fazemos parte os dois e mais alguns cidadãos de São Miguel.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu também sou incoerente nessa matéria, Sr. Deputado Pedro Naves. Eu também era contra a incineradora e agora não sou. O que eu fui percebendo ao longo do tempo é que, para mal dos nossos pecados, nos Açores, as coisas duram menos do que era esperado. E por aquilo que já fui percebendo, a incineradora da ilha Terceira também tem os dias contados, ou seja, ela vai queimar o passivo de resíduos que existe...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É como o molhe norte do Porto da Horta!

**O Orador:** ... e daqui por dez anos, se calhar, já não existe. Ou seja, cedo ou tarde vamos ter que ter novamente uma incineradora.

Ora, se a União Europeia agora apoia, acho, em 58 milhões a construção de uma incineradora, mais vale que seja União Europeia a pagar agora uma do que daqui por dez anos arranjarmos financiamento para outra. Portanto, essa é a lógica das coisas. Portanto, eu não tenho problema em assumir essa questão, porque, daqui por dez anos, eu, enquanto micalense, não vou ter problema nenhum e receber lixo da Terceira para queimar em São Miguel. O que parece é que atualmente há aí umas pinças que impedem que se queime lixo de São Miguel na Terceira. Mas, pronto, quando for ao contrário, não tem problema nenhum. Eu nunca me manifestarei contra isso, porque, acima de tudo, acima dos bairrismos e das quezílias, tem que haver objetividade das medidas que têm que ser tomadas.

E nessa base de objetividade, sim, que venha mais uma incineradora porque a outra já está em meio da sua vida útil. Essa é a conclusão a que cheguei. Por isso, votar favoravelmente esse PEPGRA, percebendo que...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... (já terminarei) as metas que se propõem nesse documento, obviamente, têm que se socorrer de uma incineradora, neste caso em São Miguel. Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu coloquei uma questão objetiva ao Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda, que não quis responder, porque não há resposta plausível à pergunta que eu fiz. E não há resposta plausível porque o Sr. Deputado António Lima, mais uma vez, estava a tentar criar aqui um discurso falso em torno desta iniciativa.

Não é o Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores que determina a implementação, ou não, de incineradoras. O que este programa estratégico faz é estabelecer metas. E, portanto, obviamente que estabelece metas para a Região, estabelece metas para cada ilha em particular e elenca em cada ilha quais são os mecanismos, os dispositivos, os equipamentos que existem para o processamento e tratamento de resíduos e, obviamente, faz uma previsão do tratamento da quantidade que cada um desses dispositivos ou equipamentos irá realizar. E, portanto, não é este documento ou os anteriores que este substitui que determinam ou determinaram a instalação de uma incineradora.

Como já foi muito bem explicado pelo Sr. Secretário neste debate e noutros debates sobre a incineradora de São Miguel, é da competência exclusiva dos municípios a instalação, a edificação da incineradora, como foi na ilha Terceira e está sendo na ilha de São Miguel.

E, portanto, querer trazer esse debate outra vez para um diploma que nada tem a ver com a incineradora, mas tem a ver com o processamento de resíduos, é querer trazer uma falsa questão para um debate sobre aquelas que devem ser as metas de processamento de resíduos nos Açores.

Como eu já disse e o Sr. Secretário também, as metas que estão aqui definidas não são metas específicas dos Açores, são as metas que o nosso país se comprometeu perante a União Europeia a cumprir e que não são mais do que as metas que a própria União Europeia estabeleceu para o conjunto dos países que compõem a União.

E, portanto, são metas que estão enquadradas naquilo que são os objetivos da União Europeia. Somos cidadãos europeus, pertencemos à União Europeia. Gostamos muito de receber os subsídios que a União Europeia nos manda para tudo e para mais alguma coisa. E, portanto, é coerente da nossa parte, naquilo que nos diz respeito, também, cumprir com aquilo que são as orientações da União Europeia. É tão só o que está aqui neste documento. É tão só isso que está em

votação.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Pinto, a sua intervenção respondeu à sua pergunta. O plano tem pressupostos de equipamentos. E dois deles são as tais incineradoras.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não ia intervir mais, mas eu não ia perder a oportunidade de ler um escrito seu neste plenário.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Já sei! “O Incinerador”...

**Deputada Ana Luís (PS):** Leia, leia!

**O Orador:** Bolieiro, “O Incinerador”, e cito: “A hipocrisia faz parte, desde o princípio dos tempos, da política. Devo confessar que, ao fim de todo este tempo na política regional, pouca coisa me surpreende. Já vi políticos realizarem, sem sequer pestanejarem, discursos a condenar violentamente pessoas e projetos que, pouco antes, defenderam com unhas e dentes. Já vi todo o tipo de piruetas, malabarismos e contorcionismos.”

**Deputado Carlos Silva (PS):** Grande contorcionista!

**O Orador:** E agora vou abreviar, não tenho tempo. Continuando a citar: “Mas não consigo habituar-me. Veja-se o caso da relação de José Manuel Bolieiro com a defesa do ambiente. Sabem o que é que eu acho? [Saltei umas linhas.] Acho que a desfaçatez de políticos como José Manuel Bolieiro é insultante e não pode ser

tolerada.”

Sr. Deputado, para além destas críticas ao Presidente do Governo, os malabarismos e os contorcionismos que o senhor criticava, ...

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Isso foi em que ano?

**Deputada Ana Luís (PS):** Não foi assim há tanto tempo!

**O Orador:** ... eu consigo ver hoje em si. E, realmente, o seu escrito está muito atual.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já vi que aprecia os artigos que eu escrevo. Não sei se quer ler aquele que eu escrevi a seu respeito também. Eu posso ler noutras oportunidades.

O que eu lhe quero dizer é que eu aqui não reconheço nenhuma incongruência nesta matéria, porque nós não estamos a votar... Aqui não está nenhuma autorização da incineradora. Não está aqui nenhum documento que viabilize a incineradora. A votação desfavorável em relação a este diploma, em nenhum momento, provocaria qualquer problema do ponto de vista da continuação, ou não, da construção da incineradora. Não é isso que nós estamos aqui a votar.

E, portanto, o que há aqui, Sr. Deputado, é uma tentativa de aproveitamento da sua parte, do ponto de vista político, para me tentar colocar numa posição de incoerência.

Mais, quero só dizer-lhe... Pronto, já não tenho tempo para mais intervenções, fico sem defesa possível. Mas ainda temos a declaração de voto... Termina, Sr. Presidente, só para dizer o seguinte: não estamos a votar a incineradora. O PPM continua a votar, votaria e está contra a construção da incineradora. Continuará a fazer tudo o que está ao seu alcance. Mas nesta votação, mesmo que nós

votássemos contra, em nada alteraria o processo de construção da incineradora. Em nada alteraria.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Essa é que é essa!

**O Orador:** E mais, eu aposto consigo o que for necessário, eu pago-lhe o jantar esta noite, como o Partido Socialista irá também viabilizar este documento através do voto favorável ou de uma abstenção. Não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, não tem tempo. Para uma interpelação? Faça favor.

**(\*) Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):**

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a câmara que farei chegar à Mesa, atendendo à preocupação demonstrada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pela possibilidade de incumprimento das metas previstas para 2025, farei chegar os dados que comprovam que também as metas previstas para 2020 foram incumpridas na altura da gestão socialista.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** E então, Sr. Secretário?

**O Orador:** Farei chegar também à Mesa um documento com as competências do Governo Regional e da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, em matéria de gestão de resíduos, que claramente demonstram que a competência do Governo e da Secretaria é no traçar de linhas estratégicas para a gestão de resíduos e que o Governo não é um gestor de resíduos nem um operador de resíduos. Essa função cabe, em alta, aos centros de processamento de resíduos e aos ecoparques e, em baixa, aos municípios.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos*

*Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Assim que a Mesa rececionar os documentos, irá distribuí-los.

Deputado José Eduardo, inscreveu-se? Faz favor, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Eduardo (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Do muito que já foi aqui referido sobre este plano, já se ouviu tratar de um manual de boas intenções, mas também se ouviu a necessidade da assunção clara de um compromisso financeiro por parte do Governo Regional para com as entidades envolvidas na Região Autónoma dos Açores na gestão de resíduos. E se o ouvimos aqui, também o ouvimos como sendo uma crítica e uma chamada de atenção por parte das muitas entidades ouvidas a propósito do diploma agora em análise neste Parlamento.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Também relembro, sabendo que não tem tempo e não é em jeito de provocação nem para o Sr. Secretário nem para o Sr. Deputado em causa, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando, em 2015, na análise do anterior PEPGRA, dizia que a lixeira do Corvo a céu aberto está a transbordar. Bem, temos que ouvir também o que disse o Conselho de Ilha do Corvo neste parecer ao diploma em análise, agora em 2023. A Câmara Municipal do Corvo alerta que o Governo Regional deve empenhar-se na otimização da gestão do Centro de Resíduos do Corvo. Tem que acelerar o transporte de resíduos do Corvo para o exterior. Tem que reparar a cobertura do edifício. E este tem que ser equipado com equipamentos adequados.

Mais ainda, chama-se a atenção para os vários alertas das ilhas mais pequenas. O Corvo, já citado. Santa Maria, que, também, no estudo dos dados que é apresentado nesta proposta legislativa, é afirmado que o sistema se encontra

otimizado ao máximo nas ilhas pequenas. Consideramos que tal afirmação não corresponde à realidade mariense, pois continua a haver necessidade de investimento contínuo nas instalações, equipamentos e formação dos colaboradores do nosso centro de processamento de resíduos para que haja uma verdadeira otimização na sua gestão.

Também, o Conselho de Ilha das Flores referiu a necessidade de reforçar a capacidade do centro de processamento de resíduos para a receção e encaminhamento de algumas tipologias de resíduos, nomeadamente de RCD, para as quais não existe nenhum outro operador licenciado na ilha das Flores.

Muito recentemente, visitei o Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa. E demos conta de muitas dificuldades também naquela que é a seleção e a separação de resíduos.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quanto é que já se gastou lá?

**O Orador:** Mas sobre as Flores, Sr. Secretário e Srs. Deputados, quero deixar aqui um alerta, sabendo que não tem tempo, um alerta sobre a situação, que tem vindo a público, da sobrelotação dos resíduos que estão no Centro de Processamento de Resíduos das Flores. O Sr. Secretário referiu na Antena 1 que estava a articular a operação de transporte. No Conselho de Ilha das Flores da passada semana foi dito que teria sido solicitado pelo Sr. Secretário uma proposta de voltarmos a enterrar os resíduos que lá estão. Eu deixo este alerta nesta câmara: nós não podemos voltar a deixar de ter Aterro Zero na ilha das Flores, para uma proposta destas, de voltar a enterrar resíduos na ilha das Flores.

Muito obrigado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 50/XII – Programa Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores 20+.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Decreto Legislativo Regional foi aprovado na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; com 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Pronto, já podem pagar o jantar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O senhor pode ter ganho o jantar, mas perdeu muito mais!

**Presidente:** Vamos entrar no debate e votação na especialidade. Pergunto se há inscrições. Não havendo...

O diploma tem cinco artigos. Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto. Portanto, estarão à votação o artigo 1.º, com o respetivo anexo, o artigo 2.º, o artigo 3.º, o artigo 4.º e o artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos colocados à votação foram aprovados, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; com 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como

estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Decreto Legislativo Regional foi aprovado, com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do IL e 1 do Deputado independente; com 2 votos contra do Bloco de Esquerda e 1 do PAN.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou aqui fazer a declaração de voto do PPM. E o primeiro ponto que eu quero referenciar é a capacidade que o Grupo Parlamentar do PPM teve de antecipar o resultado desta votação, como tinha dito ao PAN e como tinha dito também... Eu não devia fazer referências aos partidos, peço desculpa, Sr. Presidente. Como vários grupos parlamentares tiveram a oportunidade de referenciar essa dúvida. Essa dúvida nunca existiu. Aliás, eu exprimi bem essa minha total falta de dúvida em relação à posição que teria o grupo parlamentar maioritário neste Parlamento. Portanto, não tinha nenhuma dúvida sobre essa matéria.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PPM não votou no sentido... Porque era necessário, era absolutamente necessário para viabilizar uma proposta do Governo. Nós já o sabíamos. Eu tinha essa convicção.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** O Sr. Deputado disse-o há pouco nesta Casa.

**O Orador:** Aliás, se assim não fosse, um dos Srs. Deputados desta Casa estaria, a seguir a esta sessão, a comer um jantar gratuito.

Portanto, eu tinha absoluta noção de qual seria... Depois de tantos anos também, não me engano nestas coisas.

O que lhe posso dizer a esta câmara é que isto só avaliza aquela que foi a posição do Grupo Parlamentar do PPM e o seu sentido de voto, que é isso que eu estou aqui a explicar. É que não era necessário para que a proposta do Governo pudesse

prevalecer. Não era necessário. E, portanto, a nossa votação não foi tática, não foi estratégica, não foi em necessidade do Governo nesta matéria. Não foi nesse sentido.

E, portanto, também não foi incoerente, como ao longo do debate alguns dos Srs. Deputados quiseram fazer passar. Não estava em votação a construção, ou não, da incineradora. Não estava. Não era isso que estava em debate.

Se este diploma não tivesse sido aprovado, isso não impediria a construção da incineradora. E, portanto, não era isso que estava em debate. Mas se este diploma não fosse aprovado, aí sim, seria grave para os Açores.

E, por isso, da nossa parte, não sendo necessário, não sendo matematicamente necessário, que eu já o sabia, já tinha esta absoluta convicção, que já espregueei durante o debate, o PPM tinha uma posição sobre esta matéria, uma posição responsável. E foi essa a posição que aqui exprimimos.

Em relação a uma questão específica, também, que está ligada... E termino, Sr. Presidente, a minha declaração de voto. Também, em relação a esta matéria, uma matéria que aqui foi referenciada, que é em relação aos resíduos na ilha do Corvo.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Ó Sr. Presidente!...

**Deputado Berto Messias (PS):** Isso é uma declaração de voto?

**O Orador:** É uma declaração de voto. Os Srs. Deputados têm medo daquilo que eu vou dizer? A Sra. Deputada Ana Luis diz que não. Sr. Presidente, não o vou colocar em problemas nesta matéria, porque o Partido Socialista não quer que eu diga aquilo que iria dizer, que era de quem é que é a responsabilidade daquele assunto. Portanto, como não o posso dizer, eles não querem que eu diga, eu também não quero colocar em dificuldades V. Exa., eu termino a minha declaração de voto dizendo apenas o seguinte: votámos com toda a convicção, na defesa dos superiores interesses da Região Autónoma dos Açores nesta matéria, em matéria ambiental.

E posso ter muitas incoerências na vida, mas nesta matéria não, não fomos

incoerentes. Não, não estava em votação a construção, ou não, da incineradora em São Miguel.

**Deputado Gustavo Alves (PPM):** Muito bem!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Pedro Neves.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN, quando entrou nesta semana, neste Parlamento, com a apresentação desta iniciativa, estava com uma convicção, uma convicção que nunca perdeu desde 2015. Continuo a ter, desde a reunião na Assembleia Regional com o Sr. Deputado Paulo Estêvão, com o Sr. Deputado António Vasco Viveiros, com a ex-Deputada Catarina Furtado, essa convicção de quando eu entrei aqui. Independentemente se o PS votasse contra ou a favor, se o PSD votasse contra ou a favor, ou o PPM, já vínhamos convictos relativamente ao nosso sentido de voto, porque havia pressupostos relativamente ao centro de valorização de resíduos. Nós iríamos votar contra, independentemente se iria pagar jantares ou não. Interessava era o que é o PAN vai votar. Independentemente se matematicamente é possível, se é importante ou não é importante, é a convicção. E continuamos convictos, desde sempre, sobre a incineradora.

Muito obrigado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Mas não é isso que está em questão! Pelo amor de Deus!

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor, para uma declaração de voto.

(\*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que nós tivemos, aqui, hoje, foi no seguimento dos trabalhos de Governos anteriores, também no seguimento na área de resíduos, que permitiu dotar as ilhas

de soluções para a gestão de resíduos, tendo em conta a realidade de cada uma das ilhas, com uma visão anteriormente estratégica que implementou e que, inclusive, deixou ações planeadas e candidatadas e que agora foram implementadas, que permitiu alguns dos trabalhos que estão sendo feitos. O trabalho permitiu também chegarmos ao ponto em que se chegou hoje, com dados concretos e que têm o alcance em metas, em percentagem, de sete ilhas.

No entanto, o que debatemos, aqui, hoje, foi um documento mal preparado, um documento que aponta o crescimento de resíduos, tendo em conta todas as alterações, tudo aquilo que foi debatido, tendo em conta a prevenção e que não caracteriza as infraestruturas tecnológicas na gestão de resíduos. Ainda, metas que consideramos impossíveis e de um plano que, também, à partida, já se prevê entrar em incumprimento.

Mas, acima de tudo, gostaríamos de realçar aquilo que foi realçado por pareceres e também pelas autarquias, que é a falta dos investimentos. E que foi realçado por estas, porque sentirão dificuldades para a sua implementação, provavelmente, já nos próximos seis meses.

Obrigada.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Mas, afinal, votou a favor ou contra?

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Pedro Pinto.

(\*) **Deputado Pedro Pinto** (*CDS-PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS votou convictamente a favor desta iniciativa, desta proposta do Governo, para o estabelecimento de novas metas para a prevenção e gestão de resíduos nos

Açores.

Trata-se de um documento muito bem elaborado pelos funcionários da Secretaria. Trata-se de um plano que não custou dezenas ou centenas de milhares de euros, contratado a alguma empresa externa, eventualmente até do continente. Foi feito com a prata da casa, foi feito com o conhecimento específico e especializado dos técnicos da Secretaria. Portanto, estão todos de parabéns.

As metas que aqui estão são as metas que a União Europeia estabeleceu para o conjunto de países da União Europeia, que Portugal subscreveu. E, portanto, são as metas que existem. Se são exequíveis, se não são exequíveis, se algumas serão alcançáveis, se outras não serão alcançáveis, isso não depende do documento em si, não depende dos técnicos que o elaboraram, não depende da vontade ou falta de vontade do Governo ou deste Parlamento, que aprovou com uma larga maioria de votos este documento, trata-se de um documento que é aceite pela esmagadora maioria dos partidos com assento parlamentar.

E, portanto, significa isso que estamos todos comprometidos com as metas que aqui estão plasmadas, mesmo sabendo que o documento anterior, que é substituído agora por este, também tem metas que não foram cumpridas. E esse incumprimento resultou de alguma vontade ou falta de vontade de algum dos deputados ou de algum membro do Governo? Não resultou. Resultou do facto de vivermos nos Açores. Como foi muito bem explicado aqui, estamos no fim de uma cadeia de um longo transporte de mercadorias. A maior parte dos bens que adquirimos vêm de fora e vêm embalados. Portanto, tudo isto condiciona, obviamente, quer a produção, a quantidade de produção de resíduos, quer, obviamente, a sua reciclagem. E a sua reciclagem e reutilização depende da vontade individual de cada um dos 250 mil açorianos que vivem nos Açores.

E, portanto, isto é um documento enquadrador, é um documento que estabelece metas, com as quais o CDS concorda, sabendo à partida que umas serão cumpridas, felizmente, outras, infelizmente, não serão. Resta-nos a esperança de

que os açorianos se consciencializem cada vez mais na necessidade de praticarem a reciclagem, a reutilização e, portanto, contribuírem ativamente no seu dia a dia para uns Açores cada vez mais ambientalmente sustentáveis.

Muito obrigado.

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado António Lima.

**(\*) Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, que aprova o novo programa de prevenção e gestão de resíduos, porque ele tem, a nosso ver, vários problemas. Em primeiro lugar, do ponto de vista das soluções para a gestão, é, uma vez mais, tal como era o anterior, o chapéu político que dá a legitimidade e a orientação para os caminhos para a gestão de resíduos.

Tal como no anterior PEPGRA, as soluções para a criação e a construção de duas incineradoras na Região constavam nas linhas estratégicas. Este plano dá a continuidade a esse plano. Efetivamente, a nossa posição sobre esta matéria é clara. E, por isso, não poderíamos, de modo algum, compactuar com este caminho, com esta decisão.

Mas, mais do que isso, e é preciso dizê-lo, a opção do Governo em assumir, não as metas de reciclagem, que não temos nada contra a que elas que sejam aquelas, e que devem ser, que a União Europeia preconiza, mas o Governo assume metas

na redução de resíduos que são exatamente contrárias ao caminho que nós consideramos que deve ser seguido, o caminho da economia circular, que é a redução da produção de resíduos.

Não é aceitável, quando estamos numa crise climática, quando toda a preocupação de tanta gente e dos jovens em particular é com os recursos do planeta, com as alterações climáticas, com o futuro, que se diga à população da Região que o nosso caminho é continuar a produzir cada vez mais resíduos, sem o esforço fundamental de reduzir essa produção.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Onde é que isso está escrito?

**O Orador:** Está escrito...

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Onde?

**O Orador:** ... no programa que o senhor acabou de aprovar, Sr. Deputado Pedro Pinto. E peço desculpa de me dirigir, mas os apartes são dirigidos a mim.

Posto isto, o Bloco de Esquerda discorda desse caminho, discorda dessa visão e discorda desse deitar de toalha ao chão, que é assumir que a Região não tem nada a fazer, tem que continuar a produzir mais e mais e mais resíduos, esquecendo que nós já há muitos anos que importamos produtos e há muitos anos que importamos quase tudo.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):**

Claro, por isso é que está a crescer!

**O Orador:** E, mesmo assim, já tivemos anos de redução da produção de resíduos. E é esse esforço que temos que fazer. Deitar a toalha ao chão, como propôs o Governo e como aprovou o Parlamento, nós não aceitamos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Votei convictamente este programa de prevenção e gestão de resíduos, porque, como cidadão responsável que acho que sou, sinto-me na obrigação de assumir também, enquanto deputado, mas enquanto cidadão, a minha quota de responsabilidade na gestão dos resíduos dos Açores.

Não podemos, jamais, virar costas a este problema, que é a produção de resíduos e o armazenamento resíduos, que se tem verificado nos moldes que aconteceram até agora na Região. Temos que assumir a nossa responsabilidade, porque o passivo ambiental que poderemos deixar às próximas gerações é algo que nos envergonha.

E, em função disso, a votação com que terminou esta votação prova isso mesmo, as Sras. e os Srs. Deputados desta Casa honraram a sua responsabilidade, no sentido de que, assumindo que esse é um documento embora ambicioso e com objetivos quase impossíveis de concretizar, comprometeram-se a fazer o seu melhor.

Esta é que é a mensagem que, acima de tudo, deve persistir na aprovação deste documento: homens e mulheres que representam o povo assumiram, de forma corajosa, embora sendo um documento de difícil cumprimento, que estaremos aqui para fazer o nosso melhor. Esta é uma mensagem importante neste momento, porque o passivo de resíduos dos Açores é algo que não pode ficar às costas dos nossos filhos e netos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(\*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e

Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este diploma, porque ele, não obstante conter metas ambiciosas com as quais gostaríamos de acreditar que fosse possível

cumprir, mas que sabemos que dificilmente serão cumpridas, como, aliás, não foram cumpridas no passado, não obstante ele contar com a central de valorização energética no seu conteúdo, é bom sempre lembrar que o Partido Socialista também votou a favor deste diploma e também foi sempre contra a central de valorização energética e a incineradora, aliás, inviabilizou-a em 2007, salvo erro, mas este é um documento que vai permitir ao Governo Regional dos Açores melhorar aquilo que está a ser feito neste momento, quer em termos de sensibilização ambiental, quer em termos de prevenção, o tratamento de resíduos urbanos na Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, não poderíamos deixar de votar favoravelmente, até porque a construção da central de valorização energética, vulgarmente denominada de incineradora, é uma inevitabilidade. Aliás, já o era em 2007, quando foi travada, porque, de facto, o crescimento da economia dos Açores e o aumento da população flutuante vai levar e levou, inevitavelmente, a este aumento da produção de resíduos, por via até da importação de alimentos empacotados.

Não há dúvidas que a política dos 3R's seria o ideal, sendo que o primeiro R está comprometido pelo próprio crescimento da economia e os outros dois R's dependem muito mais, daquilo que eu já disse aqui várias vezes, do comportamento das pessoas do que daquilo que o Governo possa fazer pela sua implementação.

Neste sentido, parece-nos que seria muito mais grave sairmos daqui, hoje, sem um documento dessa natureza aprovado do que com este documento, com todos os problemas que ele possa ter, com todas as dificuldades de implementação que ele possa ter. Mas seria muito mais gravoso, digo eu, se saíssemos daqui sem um documento aprovado.

Disse.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas** (*Alonso Miguel*):

Diz e diz bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(\*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD votou convictamente a favor deste documento, porque acredita na ambição que ele representa, com princípios de diminuir a produção de resíduos e com a responsabilidade de reconhecer as infraestruturas que estão aprovadas e que estão construídas e que devem ganhar eficiência em todo o processo de preparação e reutilização dos resíduos.

O PSD votou a favor, porque reconhece as estruturas que já existem e reconhece a ação que este Governo já está a desenvolver para as apetrechar e o ganho de eficiências que ambiciona para todas elas.

O PSD reconhece o trabalho que foi feito pelos programas anteriores. E vota a favor, porque percebe, também, que com este documento se querem corrigir erros nalgumas destas infraestruturas, do passado, nomeadamente pelo Governo do PS. Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos avançar na nossa agenda para o ponto 7: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XII – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA”**. É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural para a sua apresentação.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo propõe a esta Assembleia uma alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 3/2020/A, de 22 de janeiro, que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, IPRA. Isso, cirurgicamente, ao seu n.º 3, alínea b), no sentido de criar a base jurídica que irá permitir recolher aquilo que são os custos de produção nas diversas ilhas, trabalhar esses dados e publicitar esses dados.

Depois da elaboração dos planos estratégicos para a bovinicultura de leite, a bovinicultura de carne, a horticultura e a vitivinicultura, ou seja, pela primeira vez temos documentos participados por todos e com orientação, com planeamento, com metas e com objetivos, sabemos onde estamos e sabemos por onde queremos ir, depois do compromisso político no Plano e Orçamento para 2023 de criar o Observatório Agroalimentar dos Açores, torna-se essencial esta alteração jurídica aos Estatutos do IAMA, para que possamos prosseguir com uma política que contribui para atingir-se os preços justos dos agroalimentos, que permite conhecer o custo primário da produção, que permite o conhecimento da formação dos preços do produtor, essencialmente do produtor, permite ao produtor ter uma força negocial perante as agroindústrias, permite criar transparência dos preços no âmbito da sustentabilidade, permite que o Governo Regional e esta Assembleia tenham uma melhor segurança naquilo que são as propostas para uma política pública para a agricultura, estará na base, sempre, da elaboração de políticas no âmbito da agroprodução e evita especulações sobre os preços. Estamos, assim, a dar um contributo para preços justos, para não governarmos às cegas, a olhómetro, mas com maior segurança naquilo que é a realidade dos custos de produção.

Que todos nós, como decisores políticos, quer seja no âmbito de decisões nesta

Assembleia Regional, quer seja no âmbito da governação, possamos decidir, possamos propor políticas que vão de encontro a uma melhor realidade daquilo que são as nove ilhas dos Açores.

Não há custos de produção igual ilha a ilha, por isso é necessário, é um imperativo, conhecer-se, ilha a ilha, quanto custa produzir um litro de leite, um quilo de carne, um quilo de hortaliças ou um quilo de uvas. É essencial este conhecimento para que possamos todos progredir numa melhor política pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do CDS, aquilo que foi a introdução e a apresentação deste diploma, por parte do Sr. Secretário da Agricultura, é, efetivamente, suficiente e clara para, no fundo, demonstrar aquilo que é a pertinência desta alteração e o objetivo da mesma.

Efetivamente, como disse e bem o Sr. Secretário, é através desta alteração que se cria, no fundo, a base jurídica que permitirá a recolha dos custos de produção em cada uma das nove ilhas dos Açores.

E, por sua vez, ir ao encontro daquilo que foi definido, desde a entrada em funções deste XIII Governo Regional, como um objetivo e algo a perseguir, e foi anunciado, que era a criação de instrumentos que permitissem aferir o real custo da produção das diversas produções agrícolas nos Açores, seja da produção

animal, seja da produção leiteira, seja dos hortofrutícolas, dos agroalimentos. E, efetivamente, também, conseguir-se perceber quais é que são os mecanismos e os fatores que interferem na formação de preços.

Isso é algo que há muito se tem vindo a falar. Tem-se falado mais do que criado e implementado esses instrumentos. E, por isso, neste momento, esta alteração, na avaliação que o Grupo Parlamentar do CDS faz, efetivamente, este instrumento criará essa base jurídica, permitirá então essa recolha de dados e que, no fundo, concorrerá para atingir este objetivo.

É um objetivo que é transversal. Parece-me que a todos os partidos políticos e a qualquer açoriano interessado neste setor, que tem uma elevada importância económica na Região, a todos nós nos interessa aferir esse custo, porque também é através dessa aferição e através destes instrumentos que nos permitem, também, com propriedade, depois, reivindicar junto da comunidade europeia, junto do país, ou até os produtores junto do Governo Regional reivindicar aquilo que é a devida e justa compensação por aquilo que sejam fatores externos ou que pesem muito nessa própria produção.

E, por isso, vamos, naturalmente, acompanhar esta proposta aqui trazida pelo Governo Regional. E, sem mais delongas, dizer que é, efetivamente, a melhor proposta neste momento para concorrer para aquilo que é um objetivo...

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** ... que foi, desde muito cedo nesta governação e deste XIII Governo, anunciado e que está aqui concretizado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Gustavo Alves, faça favor.

(\*) **Deputado Gustavo Alves (PPM)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional apresenta-nos uma alteração ao diploma relativo à organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA), IPRA, isto após a aprovação dos estatutos deste mesmo instituto.

De forma a dar as ferramentas anunciadas de acompanhamento dos produtos agrícolas e pecuários devido à volatilidade dos preços dos agroalimentos e por força dos fatores de produção, apresenta o Governo Regional um aditamento da alínea b) ao artigo 3.º, sendo que é importante salientar que esta é apenas uma alteração cirúrgica, mas essencial para esse desiderato.

Desse modo, fica em letra de lei a capacidade deste instituto em acompanhar esses mesmos preços em toda a linha, dando informação sobre essa matéria aos diversos intervenientes, como aos industriais, aos produtores e à população em geral, que poderá ter esse interesse em perceber quais as variações existentes.

O IAMA é um instituto fundamental para a Região Autónoma dos Açores e deve continuar a dar o seu máximo em prol do setor agrícola. Neste caso tem o voto favorável do PPM para ter esta ferramenta de aferição dos variados preços.

Disse.

**Deputada Nídia Inácio (PSD)**: Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente**: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado, tem a palavra. Faça favor.

(\*) **Deputado Carlos Furtado (Independente)**: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Essa alteração legislativa que propõe essa iniciativa, no meu entender, tem um pecado: peca por ser tardia.

Era importante que a Região, há muito, estivesse dotada desse tipo de informação, uma informação que permitisse aos produtores açorianos perceber as diferenças do custo de produção entre uma ilha e outra ilha, entre um setor e outro setor, algo que permita que os *players* da atividade agrícola saibam onde estão e para onde querem ir, porque, quando não se tem a devida informação, todo o processo estratégico da atividade fica comprometido.

Portanto, pecando por ser tardia. Mas, como se diz na nossa terra, mais vale tarde do que nunca. É importante que ela agora pareça. É importante que ela funcione e funcione de forma célere, para que os nossos produtores agrícolas nas mais diversas áreas possam estar munidos de informação adequada para o bom desempenho e o crescimento das suas atividades, para que, assim, a Região possa, de forma consolidada e informada, caminhar numa melhor sustentabilidade do nosso setor alimentar na Região.

Portanto, é bem-vinda essa iniciativa, vou acompanhá-la com toda a convicção. E faço votos que ela, em pouco tempo, tenha informação adequada aos nossos produtores agrícolas, para que possa surtir o efeito necessário, que é bem preciso no setor.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Obviamente que já devem saber qual é que será o meu sentido de voto.

E sobre qual é que será a imagem dos nossos mercados... Falamos sobre o nosso

setor agrícola, que não é setor agrícola. Nós aqui estamos a pensar, obviamente, no setor agropecuário, leite e carne, ponto final. Eu fiz essa pergunta ao Sr. Secretário relativamente às hortícolas e frutícolas. Disse que, à partida, precisávamos de mais uns dados, que é muito mais fácil termos os dados do leite e da carne. E o resto, eh pá, fica para depois. Não sabemos é quando é que é o depois.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Está-se a excluir!

**O Orador:** E esquecer completamente de todo o mercado agrícola regenerativo, que tanto precisamos em termos evolutivos. Um pensamento evolutivo, não sectarista, de obsoletismo, pensar apenas unicamente desse setor e não abranger. O Sr. Secretário Regional da Agricultura teve, obviamente, uma visão inicial, em 2021, mais abrangente, em que conseguia abranger mais o setor agrícola e não apenas o agropecuário. Mas aqui, obviamente, não é o caso.

**Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Alonso Miguel):** É, é!

**O Orador:** Se vai mudar alguma coisa, e parece que estamos a dizer que vai haver uma grande mudança, se calhar não, se calhar é pouquinho até. Por isso, também, não é de muita preocupação da parte do PAN.

Nós vamos votar contra, nem que seja por causa desse posicionamento. Falta bastante em termos agrícolas, o que é que é o sistema agrícola dos Açores ou aquilo que deveria ser. Pelo menos, o Sr. Secretário mostrou essa visão, da qual conseguiríamos ver futuro, mas é apenas um argumento retórico e não de ação. E precisamos dessa ação.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

(\*) **Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

A proposta que nos encontramos a debater, da iniciativa do Governo Regional, pretende, e bem, criar suporte jurídico que atribua competências, nas suas Missão e atribuições, ao IAMA, IPRA, para o acompanhamento da evolução dos mercados agrícolas ao nível da comercialização e transformação dos produtos agrícolas e pecuários, emitindo recomendações e informações.

Há realmente essa necessidade. No entanto, já não irei abordar aquilo que o Sr. Deputado Pedro Neves abordou, que é relativamente ao sectarismo dessa proposta, que deixa parte da produção agrícola de fora.

Sabemos que desde o cenário da pandemia e com uma guerra na Europa que ainda perdura, sem haver previsão do seu término, houve um acréscimo acentuado do aumento de preços nos fatores de produção no setor agrícola, nomeadamente adubos, fertilizantes, energia e rações para animais, que se refletem no preço final ao consumidor.

Face a estas dificuldade que o setor agrícola atravessa, o que faz o Governo Regional?

- Adita uma alínea ao DLR n.º 3/2020/A de 22 de janeiro;
- Entra numa guerrilha com o Governo da República, chantageando e manipulando a opinião pública;

**Deputado Marco Costa (PSD):** Onde a senhor já vai!

**A Oradora:** – E continua sem concretizar as suas promessas para o setor agrícola.

Vejamos:

- Há atrasos nos pagamentos dos apoios prometidos;

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Outra vez? Não há atrasos! Eu já disse isso!

**A Oradora:** – Só há poucos dias o Governo transferiu para o IFAP os recursos para pagar uma única parcela daquilo que lhes é devido;

– O apoio à redução da produção de leite demonstra bem o desnorte do Governo Regional relativamente de agricultura: inicialmente seria pago em 70% até outubro de 2022. No entanto, sucedeu-se um conjunto de adiamentos. Relembremos: inicialmente seria pago em 70% até outubro de 2022; depois o pagamento seria efetuado no 1.º trimestre de 2023; depois passou ainda para ser durante o ano de 2023; e, espantemo-nos ou não, agora já pode ser até ao final da legislatura.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Não é nada disso! A senhora confunde tudo! Que confusão vai aí!

**A Oradora:** Portanto, o apoio de 15 cêntimos por litro de leite reduzido em 2022, ainda não foi visto nem achado.

Se estamos todos a falar das dificuldades do setor agrícola, ora, faz toda a questão falar naquilo que o Governo prometeu e até agora não cumpriu, porque já se sabe que se esses dinheiros tivessem sido pagos, se essas promessas tivessem sido cumpridas, neste momento os agricultores não estavam com tantas dificuldades.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Ó senhora, pelo amor de Deus! A senhora não percebe nada disso, mas eu já lhe vou explicar!

**A Oradora:** É verdade que os custos de produção sofreram aumentos impactantes, o que dificulta e aumenta substancialmente a vida do setor agrícola, no entanto, como eu já disse, se o Governo pagasse o prometido e devido a tempo e horas, mitigaria com certeza os efeitos negativos destes aumentos.

Ao invés de pagar o que deve e criar medidas que permitam atenuar esses efeitos devastadores, temos um Governo que, devido à sua inábil eficácia, atira e empurra os problemas do setor para a falta de solidariedade do Governo da República, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Desculpe, a senhora não é açoriana!

**A Oradora:** ... preferindo uma postura de guerra, de vitimização, de chantagem

e manipulação, em vez de agir para apoiar as agricultoras e os agricultores.

Enquanto isto, quem é que continua a ser prejudicado? Exatamente estas pessoas que servem de arma de arremesso à batalha que o Governo Regional decidiu travar, e os consumidores que pagam, se assim o conseguirem.

Ou seja, se este Governo Regional está realmente preocupado com o setor agrícola, comece por pagar o que lhes é devido, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Não há atrasos nenhuns!

**A Oradora:** ... cumprindo as suas promessas fáceis de fazer informal e formalmente, trabalhe no sentido de lhes apoiar neste momento de crise e, depois, faça contas com o Governo Central. Mas primeiro, e antes de mais, chegue-se à frente que é para isso que é governo. Quem não pode esperar são as e os açorianos!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

**Deputada Alexandra Manes** (*BE*): E o Sr. Secretário não diz mais nenhuma vez que eu não percebo nada disto!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Não percebe! Não percebe!

**Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Já é a segunda vez que já disse aqui!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): E vou continuar a dizer que não percebe! Não percebe! Não percebe! É tão simples quanto isto. E vou dizer ao microfone!

**Presidente:** Faz favor, Sra. Deputada.

(\*) **Deputada Patrícia Miranda** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

São conhecidos e reconhecidos por todos nós os constrangimentos que têm recaído sobre a agricultura, daí ser importante debater tudo o que se pode fazer de

forma urgente e atual para ultrapassar essas dificuldades, como é o caso dos aumentos nos custos de produção e o preço pago à produção, situações com impacto direto no rendimento dos nossos agricultores.

Hoje, o Governo traz a debate uma alteração ao DLR que aprova a organização e funcionamento do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas, uma alteração que, segundo declarações do Sr. Secretário da Agricultura, é essencial para analisar os custos dos fatores de produção e a formação dos preços.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito essencial!

**A Oradora:** No início do seu mandato, este Governo criava o Conselho Científico Agroalimentar, uma estrutura revolucionária que iria dar respostas aos problemas do setor, dizia o Governo. Bem, como todos nós sabemos, foi um projeto ou uma estratégia que morreu na praia.

Passou então este Governo a falar no Observatório Agroalimentar, da mesma espécie, mas com um nome diferente.

O Sr. Secretário diz hoje que estava dependente da aprovação desta alteração, mas analisando o DLR em pormenor, a questão que se coloca é a seguinte: há alguma coisa que impeça que tais competências não possam já ser postas em prática? Vejamos, a alteração aqui proposta pelo Governo incide essencialmente numa alínea que diz: emitir recomendações e informações. Ora bem, analisando o DLR, nós conseguimos analisar, artigo 24.º: “Promover e coordenar a realização de estudos de mercado relativamente aos produtos agroalimentares, editar publicações periódicas ou ocasionais sobre as matérias da sua área de competências e assegurar a respetiva distribuição.” Ainda vou mais além: “Assegurar a realização de outras tarefas [ainda deixa em aberto] que, no âmbito da sua área de competências, lhe sejam distribuídas ou cometidas à sua responsabilidade.” Ou o Sr. Secretário não leu os decretos até ao fim, ou então está mesmo a arranjar desculpas.

Diz que para tomar decisões é preciso saber quanto é que custa produzir. Concordo consigo, Sr. Secretário, plenamente. E analisando os planos estratégicos para as várias fileiras, que também foram aqui mencionados por si, não esquecer que foram desenvolvidos pelo anterior Governo do Partido Socialista e que este Governo fez questão de adotar, e bem, reconhecendo o bom trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Mentira! Mentira!

**A Oradora:** ... e analisando os planos estratégicos em questão, por exemplo o plano estratégico para o setor de leite, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Grande mentira!

**A Oradora:** ... depreende-se o seguinte: o custo de produção de um litro de leite é 34 cêntimos. A alimentação tem um peso de 50%. Os fertilizantes têm um peso de 20%. O gasóleo tem um peso de 5%. São tudo dados do plano estratégico. Sabendo que hoje estes fatores de produção sofreram aumentos astronómicos... Sr. Secretário, a fórmula está definida. É só ajustar os valores, as margens e fazer as contas. É preciso ficar à espera da aprovação de uma alteração, que nada altera, aliás, apenas funciona como o Melhoral?

O que é preciso e faz falta ao setor é ação, Sr. Secretário. Mais trabalho e menos queixinhas.

**Deputada Andreia Cardoso** (*PS*): Muito bem!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): É ação... Já lhe vou mostrar a ação! Esperam lá, eu já vou mostrar a ação!

**Deputado João Vasco Costa** (*PS*): E as queixinhas, vai mostrar também?

**A Oradora:** Sr. Secretário, ouça.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António*

*Ventura*): Eu estou a ouvir muito bem! E vai ouvir já a seguir!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Quem diz o que quer...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura)**: Ouve o que não quer.

**A Oradora**: Continuando a falar de preços, lembrando que a partir do dia 1 de junho o preço regional pago ao produtor passou a ser de 42 cêntimos, mas nas prateleiras dos supermercados um litro de leite UHT meio gordo está a custar uma média de 93 cêntimos. E se formos mais rigorosos, um litro de leite gordo, que é o que mais se assemelha ao leite cru, está a ser vendido a mais de um euro. Ou seja, estamos a falar de 50 cêntimos que está a ser perdido nesta cadeia de valor e que não estão a chegar a quem é mais devido, que é ao produtor.

Sr. Secretário, é preciso estudar para perceber quem é que está a ficar com a fatia de leão?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura)**: Mas diga a verdade!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Mais trabalho, menos queixinhas!

**A Oradora**: Sr. Presidente, eu gostava de continuar.

**Presidente**: E vai continuar, Sra. Deputada. Faça favor, Sra. Deputada.

**A Oradora**: Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, este Governo, de facto, não está preocupado em resolver os problemas da agricultura, porque se este Governo tivesse, de facto, interesse em resolver nem que fosse parte do problema, já tinha posto em prática, por exemplo, medidas apresentadas pelo Partido Socialista há quase dois anos ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura)**: Paciência!

**A Oradora**: ... para o relançamento económico do setor de leite e laticínios, aprovadas por maioria, inclusive pelos deputados que comportam este Governo.

Recorrendo ao diário das sessões, o Sr. Deputado Paulo Estêvão votou a favor, mas diz que era apenas um conjunto de princípios. Com esta declaração já anunciava o futuro desta resolução: o fundo da gaveta. É esta a consideração que este Governo e os partidos que o compõem têm para com os nossos agricultores.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Não apoiado!

**A Oradora:** Este Governo anda distraído, preocupado em esconder as suas falhas, a sua falta de empenho político e a sua incompetência. Sempre que fala de agricultura e, em especial, sempre que fala de leite, contradiz-se. Não sabe o que está a fazer ou então não quer saber. Relembremos: em 2021, apoiava para produzir; em 2028, apoiava para reduzir. Uma estratégia que apenas serviu para retirar à Região, para retirar aos bolsos dos produtores mais de 15,5 milhões de euros. E, em 2023, o Sr. Secretário anuncia que este Governo não tem previsto qualquer novo apoio para os produtores de leite para fazer face às descidas recentes no preço de leite. Ou seja, este Governo manda os produtores diminuir a produção. Corre mal. E, agora, os agricultores que se desenrasquem, porque deste Governo não vêm mais apoios.

Aliás, seria bom este Governo começar a honrar era os apoios que prometeu desde 2021. Estamos a falar de mais de 13 milhões de euros que, hoje, este Governo deve aos agricultores regionais, quer no suplemento ao abate de bovinos machos em 2021, o apoio de 15 cêntimos à redução voluntária da produção de leite em 2022 e o apoio extraordinário pelo impacto da guerra nos custos de produção.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Isso é o que se chama uma noite de insónia!

**A Oradora:** Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, o não pagamento deste apoio é um rateio encapotado, que é ainda pior.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Deputado Berto Messias (PS):** Queremos ouvir a resposta do Sr. Secretário Ventura!

**A Oradora:** Fica claro que o tempo deste Governo não é o tempo dos agricultores. **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** E no tempo do PS, que cortava milhões?

**A Oradora:** Ainda no debate da Proposta de Resolução do Partido Socialista, para o relançamento económico do setor do leite e laticínios, o Sr. Secretário era questionado se o Governo podia fazer alguma coisa para mitigar estes constrangimentos, ao que o Sr. Secretário respondeu com toda a convicção e muito bem: claro que pode. Bem, os agricultores continuam à espera. E em três anos de governação, este Governo continua igual a si mesmo, embrenhado em estudos e ausente de ação.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

**(\*) Deputada Vitória Pereira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada Patrícia Miranda, esperávamos que a senhora apresentasse propostas e que estivesse feliz com uma medida importante para o setor agrícola. O seu partido levou 24 anos para o fazer.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Afinal, está é de consciência pesada. Devia ser mais açoriana do que socialista.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Pelo contrário, está a defender o Governo da República, que discrimina os agricultores açorianos.

Tudo aquilo que acabou de dizer é só uma fraca tentativa de desviar as atenções do facto de o PS/Açores ter-se posto ao lado do Governo da República e contra os agricultores açorianos.

Mas falando do diploma em apreço, esta iniciativa do Governo Regional vem dar resposta a questões do presente e a incertezas do futuro no setor agrícola dos Açores.

Este é um passo essencial nesta Assembleia para que possamos avançar com a criação do Observatório Agroalimentar dos Açores.

É necessário conhecer a formação dos preços dos agroalimentos produzidos na Região. Este conhecimento insere-se numa política de “preços justos”, crucial perante a atual conjuntura económica, pelo aumento da inflação, pelo aumento dos fatores de produção.

Numa fase inicial, o Governo da Coligação pretende acompanhar a formação dos preços das agroproduções da Região, como a bovinicultura do leite, da carne, hortícolas e frutícolas.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Não, não!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Foi há um ano!

**A Oradora:** Foi há um ano atrás. Já se passou um ano. Houve trabalho feito.

Esta iniciativa possibilitará um melhor conhecimento sobre a formação dos preços, com o suporte dos planos estratégicos setoriais.

Este é um trabalho que demonstra que a cooperação entre as instituições garante melhores resultados para todos os envolvidos num setor tão importante.

Este é um trabalho de mudança de estratégia. Este é um trabalho de mudança de paradigma no setor.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Burburinho)*

**A Oradora:** Sr. Presidente, posso continuar?

**Presidente:** Pode e deve, Sra. Deputada. Faça favor.

**A Oradora:** É fundamental apurar e divulgar periodicamente esta informação aos produtores agrícolas, às indústrias, aos consumidores, bem como aos decisores políticos, para que estes possam apresentar propostas fundamentadas e com suporte científico.

É nossa intenção, de forma progressiva, continuar o trabalho de transparência que este Governo tem vindo a efetuar, avançando posteriormente para o conhecimento da formação dos preços noutras produções agrícolas, nomeadamente, floricultura, apicultura, vitivinicultura e outras culturas que venham a consideradas necessárias.

A proposta que aqui estamos a debater surge de uma lacuna que foi imediatamente identificada pelo Governo da Coligação, no início da legislatura: a falta de monitorização e de informação sobre a formação dos preços dos produtos agrícolas.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Caso esta iniciativa seja aprovada, será possível disponibilizar informação aos agentes económicos, com transparência sobre o processo de formação de preços.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**A Oradora:** Ao nível das políticas públicas, vão beneficiar também de uma informação organizada e integrada, em falta no passado, para que haja um

equilíbrio no funcionamento do mercado em toda a cadeia de valor, desde o produtor até ao consumidor final.

O Governo da Coligação, quando tomou posse, encontrou o setor fundamental da economia dos Açores sem vida, sem esperança, asfixiado.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Não apoiado!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** É isso mesmo!

**A Oradora:** Mas estamos a recuperar do tempo perdido do passado, sim.

De forma proativa, este Governo está a enfrentar os problemas, firmando compromissos com o setor agrícola, implementando medidas estratégicas necessárias para criar liquidez nas explorações agrícolas.

O Governo do PSD, CDS-PP e PPM está devolvendo a esperança a todos os agricultores Açorianos.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito bem! É isso mesmo!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**A Oradora:** Em tão pouco tempo já muito foi feito e muito ainda há para fazer no que respeita à sustentabilidade da Agricultura dos Açores.

E como o futuro se prepara no presente, a criação do Observatório Agroalimentar dos Açores será mais um compromisso cumprido pelo Governo da Coligação, com o setor agrícola e com os Agricultores Açorianos.

Este é um Governo que valoriza o trabalho dos nossos produtores, faça sol ou faça chuva, os agricultores açorianos são incansáveis, pelo que merecem um rendimento justo e digno para continuarem a desempenhar o seu trabalho, de

excelência.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo às questões colocadas, começando pelo Sr. Deputado Pedro Neves, efetivamente, o Sr. Deputado Pedro Neves disse... Eu vou passar à frente e esperar que o Sr. Deputado Pedro Neves chegue, só para ouvir.

Bom, passando então à Sra. Deputada Alexandra Manes, Sra. Deputada, nós estamos de acordo que é essencial o conhecimento da formação destes preços. Sempre foi assim. E já era essencial no passado.

Então, eu pergunto-lhe, Sra. Deputada: porque é que o Bloco de Esquerda, em 23/02/2011, uma proposta minha sobre a criação do Observatório do Leite e Produtos Alimentares, se absteve da proposta? Porque é que não votou a favor? O PS votou contra em 2011. Nós já queríamos saber da formação dos preços em 2011. E, nesta Casa, o PS votou contra e Bloco de Esquerda absteve-se, como dizendo: isto não serve para nada, isso não interessa. E a senhora vem reclamar uma política que na altura foi contra, lavou as suas mãos dela!

**Deputada Alexandra Manes (BE):** Ó senhor, não foi nada disso!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, portanto, é uma hipocrisia política reclamar e dizer que vem tarde, quando em 2011 lavou as mãos da proposta!

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Bom, isso é, de facto, interessante, é demagógico e é hipocrisia política relativamente ao discurso do Bloco de Esquerda.

Mas antes de 2011, em 2007, também fui o deputado que apresentei na Assembleia a criação do Observatório dos Preços dos Produtos Agroalimentares. E o PS voltou a votar contra!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voltou não, ainda não tinha votado porque isso foi antes!

**O Orador:** Voltou a votar contra. Votou em 2007. E em 2011 votou sempre contra o conhecimento dos custos de produção, votou sempre contra o conhecimento da formação dos preços e votou sempre contra a divulgação destes mesmos custos. Ou seja, era uma política a olhómetro, era uma política às cegas, era como calhava. Não era uma política de segurança, de realidade, com dados estatísticos, que pudéssemos nesta Casa todos elaborar políticas, que pudéssemos reivindicar junto da Comissão Europeia, que pudéssemos reivindicar junto do Governo da República!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E, portanto, os Governos PS e os Deputados do PS foram sempre contra este conhecimento. E estar contra este conhecimento é estar contra o

progresso e o desenvolvimento da agropecuária dos Açores e é estar contra o progresso do desenvolvimento da economia dos Açores! É estar contra os açorianos votar contra estas duas propostas!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** O PS tem passado contra. O Governo do PS tem passado contra. E, portanto, é uma hipocrisia. E deviam era estar bem calados, porque nunca quiseram conhecer os preços e os custos de produção! Sempre prejudicaram os agricultores e sempre prejudicaram as políticas públicas relativamente à agricultura!

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Mas mais, vem o PS dizer que há apoios em atraso. Ora, este Governo, quando tomou posse, não só pagou os apoios agendados em calendário pelo IFAP, como pagou antecipadamente àquilo que era normal pagar, pagou dias antes daquilo que os Governos do PS pagavam. E com uma diferença: pagou na totalidade. Enquanto que os Governos do PS pagaram com cortes que iam até 50% nos apoios comunitários.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Isso não é verdade!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Esta é a diferença: nós estamos a pagar mais cedo e estamos a pagar aquilo que se anuncia, sem cortes. Foram mais de 10 milhões de euros por ano que os Governos do PS cortaram aos agricultores. Cortar aos agricultores é cortar aos açorianos, porque o desenvolvimento dos Açores também pertence à agricultura!

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** E mais, vem o PS agora dizer que há atrasos em determinados pagamentos. Bom, é que o PS nunca teve a coragem. Por exemplo, para além destes pagamentos do POSEI e do PRORURAL, nós criamos medidas extraordinárias na Região.

O PS nunca teve coragem de apoiar em um cêntimo e meio por litro de leite durante seis meses. Nunca teve esta coragem.

O PS nunca teve a coragem de agendar uma política pública de pagamento ao quilo da carne.

O PS nunca teve a coragem de pagar em 60% os apoios à compra de sementes de leguminosas e sementes de milho e de sorgo.

O PS nunca teve, de facto, a coragem de criar planos estratégicos, como o leite, como a carne, como a horticultura, como a floricultura, ...

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Isso não é verdade! Sempre existiu!

**O Orador:** ... porque estávamos sem saber, estávamos a navegar à vista.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Ou seja, o PS vem reivindicar apoios extraordinários regionais que nunca, nesta dimensão, na história dos 24 anos de governação, foram capazes de fazer e ter a coragem de os pôr em prática!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Os únicos pagamentos que transferiam para o IFAP eram os pagamentos do POSEI, com cortes 50%. Mais nada. Nesta dimensão de apoio nunca existiram.

E os apoios regionais estão todos a ser articulados e agendados com os produtores.

Não há um único apoio em atraso.

E Sra. Deputada, permita-me dizer que até a questão da Ucrânia, que tem uma parte de dinheiro comunitário, o regulamento comunitário, e nós sempre dissemos que era para outubro, diz o seguinte: “O apoio assume a forma de um montante fixo a pagar até ao dia 15 de outubro de 2023.” Não há atrasos! Anunciamos para outubro, e é até 15 de outubro vamos pagar!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** É mentira aquilo que estão a tentar fazer, porque aquilo que estão a tentar fazer é esconder o Governo da República da sua responsabilidade perante os açorianos. Aquilo que estão a tentar fazer é dar autorização ao Governo da República, permitir que o Governo da República exclua os agricultores dos Açores. Aquilo que estão a tentar dizer é que há portugueses de primeira e portugueses de segunda.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Aquilo que estão a tentar dizer é que o Governo da República não reconhece as autonomias, não reconhece os Açores, não reconhece os açorianos, mais uma vez! E é grande o rol de posturas de incumprimento!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Os senhores, neste momento, estão contra os açorianos. Os senhores estão contra os açorianos e a favor de um Governo da República moribundo, dia após dia, que nem sequer a Ministra da Agricultura foi convidada para a maior feira de agricultura em Portugal, como protesto, porque os agricultores todos os meses estão na rua. É esta política que os senhores estão a defender. Os senhores estão contra os açorianos e a favor de um Governo da República que todos os dias ignora os açorianos. É uma vergonha aquilo que os senhores estão a fazer aqui a nível regional, escondendo o Governo da República e protegendo um Governo que é contra os açorianos.

E não me hei cansar de dizer, porque a eliminação dos apoios da República nasce daquilo que foi o compromisso político com a Sra. Ministra, que não havia a ativação da reserva agrícola. E como não havia ativação da reserva agrícola, que foi ativada em 2022 e não ativada em 2023, havia uma ajuda do Estado para todos os agricultores, sejam do continente, dos Açores ou da Madeira.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** É verdade!

**O Orador:** Faltou à palavra e apoiou só os agricultores a nível nacional, do continente! Faltou à palavra! É mentirosa!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Este foi o compromisso político estabelecido com a República e com a Ministra da Agricultura. E este foi o compromisso falhado à última da hora!

**Deputado José Ávila (PS):** Sr. Secretário, respire um bocadinho!

**O Orador:** Eu não posso respirar quando está em causa o desenvolvimento dos

Açores!

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Porque é grave demais o que está a acontecer ao nível da política nacional relativamente aos Açores e às autonomias.

Não, não nos calaremos. Os agricultores não se calarão. Sabem bem o que é o apoio deste Governo Regional. Sabem bem os milhões que os Executivos do PS estiveram a cortar. Sabem bem a falta de diálogo e articulação com as suas associações. Sabem bem que com este Governo podem contar, podem ter confiança e credibilidade.

Vamos em frente, a bem dos Açores!

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

**Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, prescindo por enquanto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Prescinde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

**(\*) Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo:

Eu também paro de respirar quando está em causa o futuro dos Açores e dos açorianos.

**Deputado António Lima (BE):** Mas não pare muito tempo!

**O Orador:** Como é óbvio, a Iniciativa Liberal não apresenta qualquer proposta de alteração a este miserável diploma, exíguo diploma, que altera aqui e acolá, cirurgicamente, as funções e a orgânica do IAMA. A Iniciativa Liberal era muito mais arrojada e queria para os Açores e para a agricultura açoriana muito mais do que isto que está aqui. Por isso, não respiro, contendo a respiração.

Vem este diploma do Governo, em boa hora, diga-se, apesar de ínfimo, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Entrou antes do seu!

**O Orador:** Ínfimo, Sr. Secretário. Este é mesmo ínfimo. O meu era abrangente. O meu era grande. O meu trazia dignidade à agricultura açoriana. Este nem por isso.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** O seu foi rejeitado!

**O Orador:** Mas eu vou votar favoravelmente, esteja tranquilo, porque antes disso do que nada. O senhor faz pouco, mas ao menos faz pouco. Houve quem não tivesse feito nada. O IAMA não vê qualquer alteração à sua orgânica e ao seu funcionamento desde a sua fundação.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Não é verdade!

**O Orador:** Umhas coisinhas aqui, outras acolá. Não foi mais do que isto. Finalmente, alguém se lembrou de mexer alguma coisa nisso e fazer do IAMA aquilo que está no seu próprio nome, a promoção dos produtos e a avaliação daquilo que são os mercados agrícolas na Região Autónoma dos Açores. Porque,

no fim das contas, é isso que é preciso fazer neste momento.

E nós alertamos desde o princípio, no acordo de incidência parlamentar, no nosso programa eleitoral, no discurso de aprovação do programa do Governo. Alertamos sempre para isto. E tomamos a iniciativa.

Sr. Secretário, temos pena que o Partido Social Democrata não tenha tido a coragem de acompanhar a proposta da Iniciativa Liberal e de, verdadeiramente, com arrojo, alterar aquilo que é preciso alterar em sede dos mecanismos que a Região tem ao seu dispor para melhor fazer funcionar a agricultura açoriana. Tenho muita pena mesmo que não tenham tido a coragem de reformar com coragem reformadora. É muita pena minha, mas, enfim, é o que temos.

Sr. Secretário, eu vou aprovar o seu diploma, apesar de ele ser ínfimo, porque antes pouco do que nada.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ora, após a intervenção do Sr. Secretário, eu tive, como não podia deixar de ser, de ir ver aquilo a que se tinha referido relativamente às duas abstenções daquilo que, à altura, era a proposta do Sr. Secretário da Agricultura enquanto deputado.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Duas abstenções do BE!

**A Oradora:** Ora, vejamos bem onde é que está a incoerência que o senhor nos acusou, é muito simples, é que naquela altura o senhor queria criar uma entidade para fazer o trabalho que o IAMA podia fazer. E, agora, o senhor o que é que faz? Já quer o IAMA. Ó senhor, a incoerência não é nossa. A incoerência é exatamente sua, que enquanto deputado queria criar uma entidade nova para fazer aquilo que agora o IAMA já pode fazer, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Então porque é que o BE não fez a proposta?

**A Oradora:** Portanto, o Sr. Secretário é que tem que ver os diários, tem que ler os diários e lembrar-se essencialmente daquilo que disse. O senhor queria criar mais uma entidade, era um observatório.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Não é verdade!

**A Oradora:** Era, sim, senhor. É o que está aqui na proposta.

É que o Sr. Secretário tem a mania de lançar os foguetes e depois vai apanhar as rocas. Faz o seu comício e acusa todas e todos de não saberem nada. Não percebe daquilo, depois a outra também não percebe... E o senhor é que vem salvar a agricultura nos Açores.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Isso é verdade!

**A Oradora:** O que o senhor veio lançar foi um caciquismo, que já não sentia há anos. Foi isso que o senhor veio fazer.

Mas voltando à sua intervenção...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): E salvei outras coisas! E sabe do que é que eu estou a falar!

**A Oradora:** Vou voltar à sua intervenção. Sr. Secretário, o Sr. Secretário também me acusou, a mim e ao Bloco de Esquerda, de estar a compactuar com o Governo da República. Não. Se o Sr. Secretário tivesse ouvido bem a minha intervenção, o que eu disse foi que o Governo Regional, em vez de andar em guerrilhas, que se chegasse à frente e apoiasse os agricultores nesta altura de grande dificuldade...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): É o que estamos a fazer!

**A Oradora:** ... e que, depois, então, fizesse contas com o Governo da República. Portanto, não há nada mais solidário do que isto.

Portanto, Sr. Secretário, duas coisas: a incoerência não está no lado do Bloco de Esquerda, porque o que o Bloco de Esquerda votou foi contra a criação de outra entidade. Está a perceber? Porque, nessa altura, se tem proposto isso, já era diferente. Portanto, a incoerência está da sua parte, que fazia uma coisa enquanto deputado e agora como secretário faz outra totalmente diferente.

Em relação ao resto dos apoios da agricultura, não sou eu que o digo porque eu não sou agricultora, são os agricultores que apontam as suas falhas como secretário e a falta de pagamento de promessas por parte do Governo Regional.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Diga quem são os agricultores que disseram!

**A Oradora:** Não sou eu que o digo, porque, realmente, não trabalho na agricultura. São os agricultores que o dizem. E ainda dizem mais, ainda dizem que, informalmente, promete-se mundos e fundos, mas que, depois, na hora de chegar o dinheiro, não chega nada, Sr. Secretário.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Eu só quero saber qual foi a associação que disse isso!

**Deputado Carlos Silva** (*PS*): Eles têm medo!

**A Oradora:** Se os agricultores estão neste momento a atravessar um problema com os custos de produção, sabe o que é que tinha que fazer o Governo Regional? Era apoiá-los. Em vez de manipular e chantagear a opinião pública a dizer que a culpa é do Governo da República, que não é solidário, Sr. Secretário, faça aquilo para que foi nomeado, que é governar. E o Governo Regional que faça aquilo que tem que fazer, que é governar e apoiar o setor.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Ó senhora, que pobreza! É uma forma de proteger o Governo da República!

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(\*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me também cumprimentar o Dr. Pedro Martins, da bonita região de Vila Franca de Xira. Tem tudo a ver com agricultura.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** É a minha terra.

**O Orador:** É a tua terra? Pronto. Nem tudo o que vem de lá é mau.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Já não é açoriano. Pensava que era açoriano, agora é de Vila Franca de Xira.

**O Orador:** Brincadeiras à parte, nós acompanhamos este diploma. E até nos focamos aqui um bocado na história dos preços.

*(Burburinho)*

Esta água anda mesmo perdida. Anda tudo excitado. É o café, não é?

Nós, Chega, temos batido aqui, não só, mas o Chega trouxe aqui a questão dos preços. Aqui vimos essa questão dos preços. É muito importante defender os nossos agricultores e combater aquilo que é especulação. Ela existe, ela existe e ela existe. Dizer que não existe é que é ruim, porque o Sr. Duarte Borges, que produz pepinos a 20 cêntimos, depois vê os seus pepinos a 1,69 euros. Isto é realidade do mundo. Quem não quer ver isso, não quer ver nada.

A nossa terra foi abençoada para a agricultura. Infelizmente, nem sempre vi esta agricultura ser bem tratada. Espero que possamos mudar isto. Deixemos das monoculturas. Porque quando falamos de agricultura, eu acho que todos, na cabeça, vemos uma vaca.

**Deputado Pedro Neves (PAN):** Eu não!

**O Orador:** Não sei porquê. A vaca é muito importante. A lavoura é muito importante. É um setor muito importante. E eu quero que continue a ser

importante nos nossos Açores. Mas quero também que outras culturas sejam muito importantes.

Ainda a propósito, esta manhã, tive uma boa conversa ali com a Sra. Deputada Andreia Cardoso, se me permite essa inconfidência, em que trocávamos umas impressões sobre algumas culturas que já dão nos Açores, outras que podíamos investir. E é isto. O caminho é este. Nós não podemos viver só do turismo, não podemos viver só da lavoura. Não podemos viver... Olha, das pescas vivemos pouco, mas já deu um almocinho hoje, pronto. Nós temos que viver um pouco de tudo. Quando um falhar, o outro avança, o outro sustenta. E a agricultura continua, para mágoa de muitos agricultores, para mágoa de muita gente que vai abandonando este setor, continua, às vezes, a ser um parente pobre.

Travar a especulação de preços pode ser um caminho para defender os nossos agricultores. É esta também um pouco a nossa missão. É isto que nós temos pedido enquanto Chega. Esta Assembleia, sabe só Deus porquê, o Diabo talvez, Deus não, travou a nossa proposta, que também vinha um pouco nesse sentido. A verdade é esta: daqui a dias, queremos para comer e não temos, vamos ter que comprar tudo fora, quando houver navios. Quando não houver navios, olha, a coisa, enfim... E vamos evitar. Vamos celebrar aquilo que temos de bom, a terra maravilhosa que temos, com o solo que nós temos, fértil, tirar o proveio.

E podermos cativar alguns jovens, que eu gostava muito de ver novos jovens na agricultura, mas sabendo que estão a exercer uma profissão que é valorizada, especialmente por nós os políticos, particularmente pelo Governo Regional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura. Faça favor.

(\*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo,

Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo agora ao Sr. Deputado Pedro Neves, que há pouco não estava e por isso não respondi, dizendo que, efetivamente, tem razão, o objetivo do observatório é um objetivo lato.

E há um ano atrás, quando eu fui à Comissão, há um ano atrás, eu disse que só estávamos em condições de aferir os preços para a carne e para o leite, é verdade. Mas disse que estava em desenvolvimento, que também é verdade. Neste momento, nós já temos condições para aferir para o leite de bovinos, para a carne de bovinos, para a horticultura e para a fruticultura. Continuamos a desenvolver para atingir outras áreas, como seja a floricultura, a apicultura e a vitivinicultura. Esse é o objetivo, perceber a formação dos preços de todas essas áreas. Há um ano atrás, estava em condições de dizer que era só para aquelas duas áreas. Hoje, estou em condições de dizer que são para quatro áreas. E, certamente, no final do ano, estarei em condições de dizer que são para todas essas áreas. Portanto, não há um limite, não há aqui uma exclusividade para a bovinicultura de leite ou bovinicultura de carne. Aliás, não fazia qualquer sentido que obviamente assim fosse. Mas há um ano, eu dizendo, transparentemente, o que é que eram os dados da atualidade, sem ainda ter dados sobre outras áreas, disse que só poderia avançar com aquelas. Hoje, digo que são mais quatro áreas. E, no final, nós teremos sete áreas de intervenção.

Depois, respondendo também à Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, na altura, nós propusemos a criação do Observatório dos Agroalimentos. Não era uma estrutura nova. Mas supondo que fosse uma estrutura nova, porque é que o Bloco de Esquerda não avançou com uma iniciativa parlamentar também? Se concordava, porque é que não avançou?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ou seja, absteve-se, lavou as suas mãos e assim ficou.

**Deputada Alexandra Manes (BE):** E porque é que os outros também não

apresentaram?

**O Orador:** Bom, mas, então, porque é que não aproveitou pelo menos a ideia para avançar com uma iniciativa nesse sentido? E, portanto, para o Bloco de Esquerda foi indiferente, absteve-se e não teve qualquer consequência, porque o que parece que estava em causa na discussão é que tinha que ser uma coisa que já existisse, para não ser uma coisa nova. Bom, então, para ser uma coisa que já existisse, sem ser nova, o Bloco de Esquerda deveria avançar, para ser coerente, com uma proposta para aquilo que já existia. Mas não avançou. Esta é que é a coerência política.

É verdade, todos acham que é importante conhecer a formação dos preços. Acho que é importante, de facto, conhecer os custos de formação por ilha, porque não há ilhas iguais nem há explorações iguais. Estamos todos de acordo. Mas a verdade é que nunca se fez até agora. A verdade é que nenhum Governo fez até agora. A verdade é que nunca houve iniciativa parlamentar de outros grupos parlamentares que estavam na altura e que não estão agora. E aí excluir o PAN, a Iniciativa Liberal e o Chega. Excluir estes. De facto, os Srs. Deputados não estavam na altura e, portanto, sobre esses não posso fazer qualquer juízo político. Mas os que estavam na altura nunca avançaram com nenhuma iniciativa parlamentar, nem nenhum Governo do PS também quis conhecer a formação dos preços. Agora estamos todos de acordo. Mas quantos anos nós já perdemos?

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Ora aí está!

**O Orador:** Quantos anos nós já perdemos com isto? Quantos anos nós já perdemos naquilo que é a construção de políticas públicas, naquilo que é a reivindicação? Porque a Comissão Europeia o que mais faz é desconfiar de todas as propostas dos Açores, porque, por vezes, faltam dados credíveis. É verdade. Aconteceu no passado e até acontece agora. Por isso é necessário muito conhecer desde a formação dos preços até ao consumidor, para nós sermos credíveis nas nossas reivindicações.

O POSEI, como sabem, a Comissão da Agricultura do Parlamento Europeu diz que é necessário aumentar a dotação. O POSEI, a dotação já não sofre um aumento há 14 anos, desde 2009. Há um subfinanciamento deste instrumento comunitário, ao abrigo do artigo 349.º. Mas para isso, para nós termos uma reivindicação de confiança e credível com a Comissão Europeia, temos que ter dados reais e suportados em todas as ilhas. Isto é fundamental. Por isso é que é difícil e foi difícil até agora construir uma opinião sustentada.

Bom, sim, nós somos ultraperiféricas, tudo bem, já todos sabemos. Temos nove ilhas, sim, já sabemos. Temos custos associados, nós sabemos. Mas mais, e para suportar uma nova política, uma nova dinâmica, novos objetivos, uma nova política para a ultraperiferia, onde é que estão esses dados?

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do PPM:** Muito bem!

**O Orador:** E, portanto, tudo isto dificulta o trabalho. E não é do Governo Regional, é de todos os açorianos e é deste Parlamento também, que dificulta o trabalho. E, portanto, é fundamental e já era fundamental há mais de 20 anos conhecer, de facto, a formação dos preços. Estamos todos de acordo, mas a verdade é que nada foi feito até agora.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, obviamente que a informação que deu agora, eu não tinha essa informação na Comissão.

Apesar de haver essa vontade para que fosse para mais setores do que apenas do leite e da fileira da carne, o Sr. Secretário afirmou que não seria, porque tinha grandes dificuldades, obviamente. Isso foi há um ano. Agora já está a dizer que vamos ter mais quatro setores, neste caso a horticultura, fruticultura, vitivinicultura e apicultura. O que são boas notícias. Mas se ouvir as nuances do seu argumentário nesta iniciativa, desde o início até agora, não só o seu, mas de todos os partidos... Menos do Chega, que eu estou admiradíssimo, está a usar aqui a bandeira do PAN relativamente à diversificação agrícola e regeneração dos solos. Espetacular.

**Deputado José Pacheco (CH):** Oh, a bandeira do PAN!

**O Orador:** É não olhemos sempre para o leite e para a vaca. E de incineradora, Sr. Deputado Paulo Estêvão. É isso mesmo.

Mas o seu argumentário, pela nuance, neste caso pela legenda, eu consigo ver que 90% daquilo que falou foi sobre o leite e sobre a carne, 10% foi horticultura. Mas eu vou-lhe dizer o que é que você falou: leguminosas, nomeadamente o milho, que é para quem? Vaca! Sorgo, que é para quem? Vaca! Faltava mais uma, já não me recordo...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Hortícolas.

**O Orador:** E hortícolas. Muito obrigado. E do trevo, falou do trevo também.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** É fundamental para a fixação das hortas.

**O Orador:** Estas foram as hortícolas que o Sr. Secretário Regional falou durante esta iniciativa. E esse é o problema. Será só apenas uma nuance de um argumentário, ou se isso vai passar para a ação? Vamos esperar para ver.

Sr. Secretário, obrigado pela sua resposta.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Acho que pelo menos devia dar o benefício da dúvida.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(\*) **Deputada Patrícia Miranda** (*PS*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bom, em primeiro lugar, eu queria dizer à Sra. Deputada Vitória Pereira que, quanto a lições de como ser açoriana e como defender os agricultores regionais, eu não recebo. A senhora não me conhece, não conhece o meu percurso de vida. Portanto, não tem esse direito, nem a mim, nem a nenhum deputado desta Casa, diretamente.

**Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito bem!

**A Oradora:** Relativamente ao Sr. Secretário, eu percebo o seu desespero, já começa a ser prática vir aqui gritar no Parlamento, mas não é gritando que passa a ter razão, Sr. Secretário. Aliás, só lhe fica mal.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Mas não é mentindo! Não é mentindo que tem razão! Eu digo a verdade! Agora, mentir...

**A Oradora:** Mentir?!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Sim, sim! Mentir!

**A Oradora:** Para já, o Sr. Secretário também não me aponta o dedo!

**Deputado Berto Messias** (*PS*): O senhor está de cabeça perdida!

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Apontou para mim!

**A Oradora:** E mentir foi o que o Sr. Secretário teve a fazer até há pouco. Portanto, em questões de mentiras, quando o Sr. Secretário as invoca, diz muito mais de si,

da sua governação, do que de mim e do que do Partido Socialista.

Mas, mais uma vez, eu percebo o seu descontrolo e o seu desespero, o cerco está-se começando a apertar, os agricultores estão começando a reclamar e não tarda estão começando a cobrar ainda mais do que aquilo que já cobram, porque este é um Governo que promete muito, mas tem executado muito pouco.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não é verdade!

**A Oradora:** Discursos bonitos e retóricos estão sempre prontos, mas para se chegar à frente com aquilo que é devido, estão muito atrás.

**Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Sra. Deputada, não ouviu a intervenção?

**A Oradora:** E o Partido Socialista, nesse aspeto, está, como sempre esteve, ao lado da agricultura e dos agricultores açorianos.

Olhe, eu vou dar dois exemplos que são muito claros e muito fáceis de perceber. O Sr. Secretário fala no desenvolvimento do setor da carne? Pois bem, se hoje nós temos um setor da carne que até está forte e solidificado, foi porque nós fizemos investimentos na rede regional de abate de mais de 50 milhões de euros. E isso, Sr. Secretário, é a herança do Partido Socialista.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

Nós para termos desenvolvimento, como o Sr. Secretário fala, manutenção e cuidado nos custos de produção é preciso competitividade nas explorações agrícolas. E para isso é preciso investimento. Qual foi a herança do Partido Socialista? Mais de 27 milhões em infraestruturas agrícolas.

E deste Governo o que é que nós temos? Cortes atrás de cortes. E os caminhos agrícolas completamente ao abandono. E não é o Partido Socialista que o diz, são os agricultores açorianos que todos os dias se levantam para ir trabalhar.

E eu poderia continuar a enunciar todos os apoios e medidas criadas pelo Partido Socialista no passado, mas não o vou fazer por respeito aos agricultores açorianos.

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** E os caminhos agrícolas completamente degradados na ilha do Pico, intransitáveis?

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Patrícia Miranda faça a sua intervenção. Uma coisa são apartes, outra coisa é impedir que a senhora faça a sua intervenção. Faz favor, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Obrigada, Sr. Presidente.

Como eu estava a dizer, poderia continuar a enumerar e enunciar todos os apoios criados e desenvolvidos pelo Partido Socialista enquanto foi Governo, ...

**Deputado Rui Martins (CDS-PP):** E que não pagaram!

**A Oradora:** ... mas não o vou fazer por respeito aos agricultores açorianos, porque os agricultores açorianos vivem no presente, trabalham no presente a pensar no futuro, ...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Deviam ter pensado isso no passado quando votaram!

**A Oradora:** ... que é o que este Governo não faz, não pensa no futuro e prefere atirar pedras ao passado, prefere está colado ao passado, porque não tem nada para apresentar de novo aos agricultores açorianos.

E, não, o Partido Socialista não está contra o desenvolvimento da agricultura. O Partido Socialista está é contra a inércia que se tem aplicado neste setor. Há inércia, há incompetência e há falta de preparação deste Governo.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes.

**(\*) Deputada Alexandra Manes (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

Ora, não me apetecia nada centrar novamente o debate nisto, na intervenção do Sr. Secretário Ventura, mas é importante, face àquela que foi a sua última intervenção, registar mais uma incoerência, é que, Sr. Secretário, não sei se percebeu ontem, mas se o Bloco fizer alguma coisa no sentido de que algum partido já tenha feito, é acusado de plágio. Portanto, torna-se um bocado difícil. Depois, Sr. Secretário, vejamos uma coisa: o senhor acusou o Bloco de se ter absterido, de ter ficado fora da proposta e de não ter apresentado mais nada. É verdade, Sr. Secretário, mas é engraçado que o Sr. Secretário não reparou que, na mesma altura, o PPM e o CDS abstiveram-se, ou seja, os seus parceiros de coligação. Mas o senhor não se virou para eles e não perguntou porque é que não fizeram nada! Portanto, é muito fácil atacar o Bloco por se ter absterido. Então, mas por que razão o CDS e o PPM também não podiam apresentar uma proposta?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Isso é responsabilidade deles!

**A Oradora:** Tinha que ficar à espera que o Bloco apresentasse essa proposta? Pergunte também a eles! Pergunte-lhes! Porque é que insistiu só no Bloco?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Porque a senhora é que falou comigo!

**Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): E sobre a proposta?

**A Oradora:** Para não criar algum problema? O CDS-PP deu-lhe cinco abstenções e o PPM deu-lhe uma abstenção. Portanto, os seus atuais parceiros de coligação também não concordavam...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Mas isso é responsabilidade deles, não é minha!

**A Oradora:** ... com a sua proposta em 2011. Também não concordavam. E também não apresentaram alternativa nenhuma, Sr. Secretário.

Portanto, registo a sua incoerência no querer uma coisa enquanto deputado, e

enquanto secretário já pode ser o IAMA a fazer. Portanto, em 2011 criava-se mais uma entidade, agora vai para o IAMA. Registe-se a incoerência de que, em 2011, tanto o PPM e o CDS abstiveram-se, mas o Sr. Secretário não lhes perguntou porque é que não apresentaram.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Falaram comigo? Não falaram!

**A Oradora:** Mas eles podiam ter apresentado uma alternativa.

Terceira incoerência é prometer e não cumprir.

Mas há uma coisa aqui importante e é isto que importa às pessoas que trabalham na agricultura, é que o Governo Regional se chegue à frente...

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): E estamos a chegar!

**A Oradora:** ... e os apoie nesta hora de grandes dificuldades. É isso que é necessário, é pagar o que está por pagar e apoiar no que for necessário.

**Presidente:** Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira. Faça favor.

(\*) **Deputada Vitória Pereira** (*PSD*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Patrícia Miranda, vamos apurar responsabilidades. Foi a inação do Partido Socialista dos últimos anos que levou ao estrangulamento do setor, levando os produtores a não terem capacidade financeira para assumirem as suas responsabilidades. Foi o Governo da coligação que devolveu a esperança aos produtores agrícolas e aos açorianos, pondo fim aos rateios e devolvendo 36 milhões aos agricultores açorianos.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

(*Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo*)

**A Oradora:** Sra. Deputada, o Partido Socialista falhou no passado com os agricultores açorianos e no presente continua a falhar ao pôr-se ao lado do Governo da República.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

**(\*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pelo Bloco de Esquerda. Em 2011, não apresentaram nenhuma proposta. E até 2022, não apresentaram também nenhuma proposta. E nesta legislatura, nem sobre os preços, nem sobre nada para a agricultura, não apresentaram nenhuma proposta. Eu não conheço uma única proposta do Bloco de Esquerda para o agroprodutivo nos Açores, uma única proposta!

**Deputada Alexandra Manes** (*BE*): Deixa-me ver o CDS e o PPM onde é que andavam.

**O Orador:** E, portanto, por aí está tudo dito. Nem nos planos e orçamentos, nem nos plenários, nem uma proposta. Aliás, nem nenhuma tomada de posição pública sobre a agricultura, sobre apoios, sobre ideias, sobre pensamento crítico.

Depois, dizer-vos que parece que, para o PS, os Açores começaram em novembro de 2020. Parece que não há passado. Parece que os Açores antes de 2020 eram desconhecidos, ninguém os tinha descoberto, não existia Governo do PS. E,

portanto, conta de 2020 para cá. Mas é preciso perceber que os resultados de agora, que nós estamos a alterar as políticas, também resultam de 24 anos de governação do PS. E os 24 anos foram anos de corte anual nos apoios a que os agricultores tinham direito, cortes entre 30 a 50%.

E a questão do abate de bovinos, Sras. e Srs. Deputados, sabem porque é que atingimos o maior número de abate em 2022 nos matadouros da Região Autónoma dos Açores, 84 mil cabeças?

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Por causa do VITIS!

**O Orador:** Porque deixou de haver cortes em 30% no prémio ao abate. E tornou-se mais rentável abater os animais na Região do que exportá-los vivos. Tão simples quanto isto. E, portanto, temos mais economia, temos mais emprego, temos mais empresas, ...

**Deputada Vitória Pereira (PSD):** E sucesso!

**O Orador:** ... temos mais abate local, porque deixaram de ter cortes no prémio ao abate e ficou mais apetecível abater nos matadouros da Região.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Sim, a Região ganhou. Sim, os açorianos ganharam esta batalha progressiva por um melhor rendimento dos produtores.

**Deputada Patrícia Miranda (PS):** 15 milhões de euros a menos!

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Foi o VITIS!

**O Orador:** Olhe, Sr. Deputado, o VITIS foi uma aldrabice política do anterior Governo, que trocou 2 milhões de euros...

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Aldrabice política. Eu tenho a carta da Sra. Ministra, que dizia ao anterior Secretário da Agricultura: sim, senhor, eu troco os 2 milhões por 600 mil, porque este ano é um ano eleitoral, 2020.

**Deputado José Ávila (PS):** O senhor sabe que não foi assim!

**O Orador:** E, portanto, essa é a vossa postura pública! Essa é a vossa articulação com o Governo da República!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Venderam os Açores! Venderam os apoios que os vitivinicultores tinham direito em troca de benefícios eleitorais!

Mas ainda bem que os açorianos deram outro rumo à governação dos Açores.

Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(\*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de participar neste debate, centrando-me exatamente na proposta que o Governo...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Finalmente, finalmente!

**O Orador:** ... traz a esta Casa, tentando, no fundo, perceber o alcance e os objetivos que se pretendem alcançar com esta proposta.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem! Bem-vindo ao debate!

**O Orador:** E isso é importante, porquê? Porque, conforme já foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata, em termos bastante efusivos e veementes, a proposta consiste no seguinte: na alteração de uma alínea de um artigo do Decreto Legislativo Regional que criou o IAMA.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Foram dezenas de propostas que aqui foram apresentadas!

**O Orador:** Ó Sr. Deputado, deixe-me terminar! O senhor tem tempo, vai intervir. E em que é que consiste esta proposta? Bom, talvez, para percebermos, seja bom responder à seguinte pergunta: até começarmos este debate...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não faça apartes ao seu líder!

**O Orador:** Eu pedia que o tempo parasse, porque não tenho condições...

**Deputado Carlos Freitas (PSD):** Os seus deputados é que estão a fazer apartes!

**Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Mas o que é isto?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O senhor acha que tem um estatuto especial aqui dentro?!

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, vamos reunir as condições para que o orador possa prosseguir a sua intervenção...

*(Burburinho)*

Sras. e Srs. Deputados... Está parado, como está parado em outras circunstâncias em que a câmara fica sem o orador a poder fazer as suas intervenções.

Faça favor, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado.

E a questão principal, na minha opinião, que se coloca na discussão deste debate

é a seguinte: até começarmos este debate, havia, ou não havia, condições para analisar a evolução dos preços de mercado no setor agrícola?

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Claro que havia!

**O Orador:** Havia, ou não havia, condições para desenvolver um trabalho de ajudar as empresas da comercialização, da transformação, com informações, com dados que pudessem ajudar o setor?

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Então, porque é que não fizeram?

**O Orador:** Havia, ou não havia, condições para que, nomeadamente no setor leiteiro e no setor da carne, houvesse esse trabalho de informação? Bom, havia.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Então, ainda é pior! Se havia e não fizeram, ainda é pior!

**O Orador:** É porque, à entrada para este debate, há pelo menos quatro entidades que têm a responsabilidade de fazer esse trabalho, quatro entidades, antes desta alteração. Olhe, a primeira é exatamente o IAMA, que, já antes desta proposta de alteração, tinha por função “acompanhar a evolução dos mercados agrícolas ao nível da comercialização e transformação dos produtos agrícolas e pecuários”. E também tinha como função “prestar aos seus utentes, cidadãos e empresas ligadas à agricultura, à pecuária e ao comércio agroalimentar, um conjunto de serviços que lhes permitam implementar e consolidar sistemas de produção e comercialização conducentes ao sucesso técnico-económico das suas atividades”. Esta proposta de alteração vem trazer alguma coisa de novo aqui? Não.

**Deputado Nuno Barata (IL):** Nada! Por isso disse que era ínfima!

**O Orador:** Em segundo lugar, havia, especificamente, no setor do leite e de laticínios, o Centro Açoriano de Leite e Laticínios, que, não sendo uma entidade pública, é uma associação de direito privado, na qual o Governo está representado, bem como outros setores, e que tem também essa função.

Havia, também, aquilo que é o Centro de Estratégia Regional para a Carne dos

Açores.

Havia, também, o Grupo de Trabalho para a Crise no Setor Leiteiro, criado, vai agora para dois anos, por este Governo e que tinha também como função “acompanhar a evolução do preço do leite pago ao produtor, as tendências e preços de mercado, a avaliação e ajustamento das medidas de apoio implementadas e propositura de novas medidas”.

**Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Temporárias.

**O Orador:** Não, não é temporário.

Já agora, eu perguntava qual foi o trabalho que esse grupo de trabalho fez.

**Deputado Nuno Barata** (*IL*): Zero!

**O Orador:** Qual foi o trabalho que esse grupo de trabalho fez? É que aquilo que nós estamos a assistir aqui, e eu não ponho em causa a boa vontade do Governo, é apenas e tão só introduzir, na tal única alínea do único artigo que o Governo pretende alterar, que o IAMA possa “emitir recomendações e informações com base em sistemas de indexação, visando garantir, não só a transparência do mercado, mas também uma distribuição equitativa de encargos e proveitos, promovendo assim o acordo entre os diversos intervenientes”.

E a minha pergunta, Sr. Secretário, é esta: o que é que antes impedia o IAMA de fazer isso? Ou melhor, o que é que impediu o Sr. Secretário de, legitimamente, não estando satisfeito com o trabalho que o IAMA fazia, dizer ao IAMA: eu quero agora que os senhores façam isso assim e assim?

É porque, recordo, a missão do IAMA é exatamente essa. Eu passo a ler novamente a missão do IAMA. A missão do IAMA é “prestar aos seus utentes, cidadãos e empresas ligadas à agricultura, à pecuária e ao comércio agroalimentar, um conjunto de serviços que lhes permitam implementar e consolidar sistemas de produção e comercialização conducentes ao sucesso técnico-económico das suas atividades”.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Quer dizer que o senhor só descobriu isso estando na oposição?

**O Orador:** Esta proposta traz zero. Do ponto de vista de criar novas áreas de atuação do IAMA, trazer algo de novo à atuação e ao acompanhamento de mercados, permitir a emissão e fornecimento de informações às explorações agrícolas e aos empresários agrícolas, essa proposta traz zero. É essa a minha leitura.

Mas, Sr. Secretário Regional da Agricultura, eu peço-lhe que o senhor me explique qual é o alcance prático, em que é que esta proposta vai para além da missão do IAMA, como ela está definida no Decreto Legislativo que a aprovou. Muito obrigado.

**Vozes dos Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

**(\*) Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Serei muito breve. Tenho que dizer, Sra. Deputada Patrícia Miranda, que cada vez que nos traz uma intervenção é sempre o relambório das políticas socialistas, que era uma maravilha cor-de-rosa, que a agricultura açoriana era uma maravilha. E, depois, chegou este Governo e, pronto, trouxe o negrume.

Mas eu vou-lhe dizer qual era a maravilha socialista. A maravilha socialista, que a senhora diz que não há investimento, que é falta de apoios, que é tudo, são dezenas de milhares de euros em rateios que os agricultores não receberam.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Exatamente! Muito bem!

**O Orador:** Esse é que é o facto. Foi isso que depauperou a agricultura açoriana.

Isso depauperou mais à agricultura açoriana de qualquer dos atrasos ou de qualquer das tentativas de ataque que a senhora está a fazer a este Governo ou às políticas deste Governo.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Vou-lhe perguntar outra coisa: o que é que aconteceu aos caminhos agrícolas? Deterioraram-se ontem? A semana passada? O ano passado? Qual é que foi o investimento do Governo Regional? Diga, Sra. Deputada! Diga! Vem para aqui sempre com um relambório, com uma autoridade moral, como se o Partido Socialista tivesse deixado a agricultura açoriano nos píncaros. Não deixou, Sra. Deputada! Não deixou! Infelizmente, não deixou!

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enumerando as competências do IAMA, pergunta o que é que esta alteração traz de novo. A pergunta que eu lhe faço, e só lhe faço uma pergunta, Sr. Deputado Vasco Cordeiro... Não traz nada de novo. O Partido Socialista nunca teve interesse... Vou-lhe fazer mais perguntas, afinal. O Partido Socialista nunca teve interesse em saber qual era o custo de produção da carne, do leite, dos produtos hortofrutícolas? Nunca teve interesse, é isso que quer dizer ao dizer que o IAMA podia fazer isto e nunca fez? É a única ilação que consigo tirar.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Eu não disse que nunca fez!

**O Orador:** Porque senão a pergunta que eu lhe faço, Sr. Deputado, é: qual é o custo de produção de um litro de leite numa qualquer ilha dos Açores? Olhe, no Faial, quanto é que custa a produzir um quilo de tomate. No Faial ou no Pico, quanto é que custa a produzir um quilo de carne? Diga-nos, por favor. Gostaria

de ser elucidado nesse aspeto.

Muito obrigado.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Deputada Alexandra Manes (BE):** O Sr. Deputado não explicou ao Sr. Secretário porque é que não apresentaram nada!

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bem, começando de forma cronológica, temos aqui uma referência à Sra. Deputada Alexandra Manes, cuja tática de debate é a chamada intriga. Vem aqui com intrigazinhas deste tipo: ah, mas a sua proposta, o PPM e o CDS não estavam contra, mas abstiveram-se. E não disseram bem de si. E, depois, diz ao PPM e ao CDS: mas, estão a ver, ele agora está a fazer uma coisa que os senhores não concordavam. O que é que vai acontecer? Quais são as consequências? Continuam amigos, ou vão zangar-se?

A tática da Sra. Deputada é esta, faz parecer aquela que está nos livros do Asterix, que é o Tullius Detritus. Não sei se sabem. O Sr. Deputado Berto Messias já fez uma referência, mas copiou a minha de 2003. Portanto, a minha é anterior. O Tullius Detritus é um personagem que eu tenho a glória de trazer pela primeira vez aqui para o Parlamento. E agora volto a trazer. Portanto, a Sra. Deputada é o novo Tullius Detritus.

O Tullius Detritus era um personagem que entrava no barco dos piratas e provocava a discórdia. Terminava sempre as cenas quando o Tullius Detritus, que

era um romano, queria causar a discórdia aos piratas. Terminava sempre da mesma forma, o barco afundava-se porque provocava a discórdia entre os piratas. Sra. Deputada, a sua tática de debate é a do Tullius Detritus. E, portanto, V. Exa., para este debate, é o que traz. Para este e para os outros todos.

Eu pensei que V. Exa. trouxesse tática. Eu pensei que V. Exa., depois de algum descanso parlamentar, trouxesse uma nova energia, uma nova garra, mas traz é esta tática de debate. Perdoe-me que lhe diga, mas é a verdade. E os Srs. Deputados concordarão comigo. Concordam, está a ver? Concordam.

Portanto, não conseguiu criar a discórdia entre nós.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Pior é que o seu líder, se calhar...

**O Orador:** Quero também dizer o seguinte: em relação ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agora sou eu que vou criar discórdia, utilizando a tática da Sra. Deputada. Então, a Sra. Deputada pouco falou da proposta. Disse logo no início que era má. Isto é mau. Isto é mau para a agricultura dos Açores. E a seguir, depois, tem ali um catálogo de acusações, que a agricultura não funciona, que o Governo não faz nada...

E agora, a seguir, aparece o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que diz o seguinte: esta proposta é igual à nossa, não traz nenhuma alteração. Esta proposta não traz nenhuma alteração. Tudo o que aqui estava escrito, já nós tínhamos escrito. Qual é a novidade? Então, mas é má ou é igual? Ou era má e continua má?

Portanto, Sra. Deputada, há aqui uma incongruência entre V. Exas. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro não acha que a proposta seja má. Sabe porque é que não acha? Porque a proposta era dele, portanto não pode ser má tendo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a interpretação de que é igual à que ele fez, à que o Governo dele apresentou aqui. Portanto, não teria apresentado uma má proposta.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Que confusão vai nessa cabeça!

**O Orador:** Eu já sei, Sr. Deputado, se não compreende isto, também começo a compreender porque é que não compreendeu tantas outras coisas, Sr. Deputado.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

Finalmente, Sr. Deputado, vou-lhe dar uma ajuda e uma ajuda à Sra. Deputada que fez a intervenção. Olhe, não é exatamente igual. Há aqui uma diferença muito significativa, que é o propósito. Veja bem, diz aqui: “(...) bem como emitir recomendações e informações com base em sistemas de indexação, visando garantir [oiça bem], não só a transparência do mercado, mas também uma distribuição equitativa [uma distribuição equitativa!] dos encargos e proveitos, promovendo assim um acordo [promovendo um acordo!] entre os diferentes intervenientes.” Portanto, esta é uma missão fundamental. E é isto que os seus Governos não fizeram, Sr. Deputado Vasco Cordeiro! É por isso que este Governo precisa de fazer isto!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Boa noite a todos. Até amanhã.

*Eram 20 horas e 02 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**XII Legislatura**

**Número: 113**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 14 de junho de 2023**

***Partido Socialista (PS)***

**Berto José Branco Messias**

*O redator, André Silva*